



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

---

**Formação de jovens, trabalho e educação: a percepção dos jovens sobre o  
ProJovem Urbano em Santa Luzia, no período de 2009 a 2013.**

**Giovanna Isabel Fernandes Costa**

Belo Horizonte (MG)

2017

Giovanna Isabel Fernandes Costa

**Formação de jovens, trabalho e educação: a percepção dos jovens sobre o ProJovem Urbano em Santa Luzia, no período de 2009 a 2013.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFT-MG como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sabina Maura Silva

Linha de Pesquisa: Processos Formativos em Educação Tecnológica

Belo Horizonte (MG)  
2017



Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica  
Mestrado em Educação Tecnológica. Portaria MEC nº 1.077, de 31/08/2012,  
republicada no DOU em 13/09/2012

Dissertação intitulada “**Formação de jovens, trabalho e educação: a percepção dos jovens sobre o ProJovem Urbano em Santa Luzia, no período de 2009 a 2013**” de autoria de Giovanna Isabel Fernandes Costa. Apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Aprovada pela banca examinadora constituída dos seguintes professores:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabina Maura Silva  
Orientadora

---

Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães  
Membro Titular

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Hallak Martins da Costa  
Membro Titular

---

---

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2017.  
Av. Amazonas, 7675, Gameleira, Belo Horizonte, MG – CEP: 30510-000- Brasil.  
Tel.: (31) 33196722 ou (31) 33196806

Costa, Giovanna Isabel Fernandes

C837f Formação de jovens, trabalho e educação: a percepção dos jovens sobre o ProJovem Urbano em Santa Luzia, no período de 2009 a 2013. / Giovanna Isabel Fernandes Costa. -- Belo Horizonte, 2017.

125 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2017.

Orientadora: Profa. Dra.

Sabina Maura Silva Bibliografia

No real da vida  
As coisas acabam com menos formato,  
nem acabam. Melhor assim.  
Pelejar por exato dá erro contra a gente.  
Não se queira. Viver é muito perigoso...  
Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas

“O deserto que atravessei  
Ninguém me viu passar”  
Zélia Duncan

Dedico este trabalho aos jovens que contribuíram para a concretização deste estudo e dedicaram parte do seu tempo para me acolherem. Por meio deles, dedico à toda juventude com a qual já tive a oportunidade de trabalhar e de conviver.

Dedico à minha filha - “minha extensão” - que sofreu comigo durante esses 30 meses e sentiu comigo o quão doloroso é abrir mão de muitas coisas em prol de um sonho, de um projeto de vida.

Dedico ao meu pai, inspirador primeiro e maior no gosto pelos estudos, que mesmo diante das dificuldades, teve a coragem própria da classe trabalhadora e sempre lutou para que eu pudesse priorizar os estudos em minha vida.

Dedico à Liliane e ao Ulisses, que ingressaram no Programa de Pós-Graduação em Educação no CEFETMG em 2015, no mesmo processo seletivo que eu, mas, por motivos que não cabe aqui discutir, não puderam concluir.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço de maneira especial à Professora Sabina Maura Silva! Primeiro, por ter lido e contribuído com meu projeto de pesquisa na etapa da qualificação. Segundo, por ter me acolhido já quando deveria ser o final da minha trajetória no mestrado. Após tantos desencontros e desacertos vivenciados no processo de dois anos, tanto na vida acadêmica, como na vida pessoal e por se fazer presente na banca desta

Agradeço à Professora Monica Hallak e à Professora Sabina, que dedicou tempo em ler meu projeto na etapa da qualificação. E ao Professor Ailton Vitor, que fez preciosas contribuições no texto da dissertação.

Agradeço à banca, Prof. Ailton Vitor, Prof.<sup>a</sup> Monica Hallak e Professora Sabina, por aceitarem contribuir com essa pesquisa e se fazerem presença neste momento.

À minha família: ao meu pai, João Alvânio, que dedicou tempo em conduzir a construção da minha casa, no momento em que eu não dispunha desse tempo; à minha mãe, Maria da Conceição e ao meu pai, que sempre me apoiam em minha trajetória acadêmica, que estão sempre na torcida por mim, incentivando e, sobretudo, acreditando em meu potencial; ao meu irmão, Alexson, que sempre me salva em momentos em que preciso, à minha filha, Isabel Luísa, que me ajudou no processo de numeração dos depoimentos dos jovens sujeitos desta pesquisa e vivencia comigo meus sonhos e angústias.

Agradeço à Priscila, que mediou o contato com os jovens egressos do PJU em Santa Luzia, tornando possível a realização desta pesquisa.

Agradeço por todas as experiências vivenciadas no CEFET-MG, ora felizes, ora difíceis, mas sempre intensas! À Prof.<sup>a</sup> Maria Aparecida, que me orientou na construção do meu projeto de pesquisa. Agradeço aos professores com os quais pude aprender, tanto nas aulas, tanto em outros diversos espaços de pesquisa: Maria Aparecida, Irlen, José Geraldo, Maria Rita, Sabina, Ailton Vitor, Antônio Tomasi e Raquel Quirino. Aos funcionários do CEFET-MG! Aos colegas do PETMET e aos colegas do mestrado, obrigada por compartilharem conhecimentos.

Agradeço à equipe da Gerência de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Ribeirão das Neves, por compreenderem os momentos em que não pude me disponibilizar para contribuir mais com o trabalho, em especial ao Edmilson, que sempre me incentivou, acreditou no meu

potencial e comprometimento profissional e, mesmo diante dos meus desafios, possibilitou meu crescimento profissional.

Agradeço aos companheiros e companheiras do Instituto de Pastoral da Juventude do Regional Leste II (IPJ Leste II), lugar privilegiado de discussão sobre as juventudes, lugar onde venho construindo e reconstruindo a mim mesma e, por conseguinte, agradeço por confiarem em minha representação na Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude e no grupo que trabalha na sistematização das propostas para a construção do Plano Estadual de Juventude da Assembleia Legislativa; são lugares onde tem sido possível o amadurecimento das reflexões sobre política pública de juventude.

Agradeço aos meus amigos e amigas, que não desistiram de mim, mesmo diante de tantas e constantes ausências.

## RESUMO

COSTA, Giovanna Isabel Fernandes. *Formação de jovens em relações de trabalho e educação: a percepção dos jovens sobre o ProJovem Urbano em Santa Luzia, no período de 2009 a 2013*. 2017. 125f. (Mestrado em Educação Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

O presente estudo vincula-se à linha de pesquisa “Processos Formativos em Educação Tecnológica”, no Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET - MG). De caráter qualitativo, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender o processo de formação de jovens em relações de trabalho e educação: a experiência no ProJovem Urbano (PJU), no município de Santa Luzia, no período de 2009 a 2013. O referencial teórico que subsidiou a análise é sustentado por reflexões sobre trabalho e educação, aliado à produção acadêmica sobre juventude, cuja abordagem leva em conta o foco central deste estudo. A pesquisa foi realizada com a participação de jovens egressos do PJU no município de Santa Luzia, como sujeitos de pesquisa. Os dados foram coletados nos documentos oficiais que criam o PJU, estabelecem normas e critérios de funcionamento, bem como discorrem sobre a metodologia do Programa e por meio de entrevistas com os jovens. Os dados foram analisados por meio da análise temática de conteúdo e foram identificadas 7 categorias de análise: Adversidades; Mundo do Trabalho; Processo Educativo; O que significou a experiência do PJU; Projeto de Vida; Contribuição do PJU na formação dos jovens; Dimensão da Cidadania. O PJU surge no contexto de aumento da preocupação com a realidade social dos jovens brasileiros, com proposta de possibilitar a inclusão social de jovens por meio da elevação da escolaridade, da qualificação profissional e do exercício da cidadania. O PJU foi apresentado como proposta para desenvolver uma política nacional integrada e de inclusão social, tendo como meta o rompimento do ciclo de reprodução das desigualdades. Por meio da análise documental do Projeto Pedagógico Integrado do PJU (PPI do PJU), foi possível identificar que o PJU construiu proposta de um processo formativo com abordagem voltada, especificamente, para jovens, fato de destaque tendo em vista que não se tem conhecimento de programas e projetos direcionados ao público jovem, que tiveram êxito nesse quesito. O conteúdo de ensino também teve êxito na relação entre a formação básica para a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e a participação cidadã. A análise evidenciou, entretanto, que o programa não conseguiu ter êxito em garantir a permanência de jovens que necessitam conciliar trabalho e estudos para sobreviverem e, dessa forma, não conseguiu atingir a meta de romper com o ciclo de reprodução das desigualdades sociais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Juventude; Trabalho; Educação; Política Pública de Juventude; ProJovem Urbano.

## ABSTRACT

COSTA, Giovanna Isabel Fernandes. Training of young people in labor relations and education: ProJovem Urban in Santa Luzia, from 2009 to 2013. 2017. 125f. (Master's Degree in Technological Education) - Post-Graduation Program in Technological Education, Federal Center for Technological Education of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

The present study is linked to the research line "Formative Processes in Technological Education", in the Master in Technological Education of the Federal Center of Technological Education of Minas Gerais (CEFET - MG). In a qualitative way, this research had as general objective to understand the process of training of young people in labor relations and education: the experience in ProJovem Urbano (PJU), in the municipality of Santa Luzia, from 2009 to 2012. The theoretical reference subsidized analysis is supported by the marxian perspective on reflection on work and education, combined with academic production on youth, whose approaches take into account the central focus of this study. The research was carried out with the participation of young graduates of the PJU in the municipality of Santa Luzia, as subjects of research. The data were collected in the official documents that create the PJU, establish norms and criteria of operation, as well as discuss the methodology of the program and through interviews with young people. The data were analyzed through the thematic analysis of content and 7 categories of analysis were identified: World of Work; Educational Process; What the experience of the PJU meant; Life Project; Contribution of the PJU in the training of young people; Dimension of Citizenship; Adversities. The PJU arises in the context of increasing concern about the social reality of Brazilian youth, with a proposal to enable the social inclusion of young people through higher education, professional qualification and the exercise of citizenship. The PJU was presented as a proposal to develop an integrated national policy and social inclusion, aiming to break the cycle of reproduction of inequalities. Through the documentary analysis of the PPI of the PJU, it was possible to identify that the PJU constructed a proposal of a formative process with an approach specifically directed at young people, a fact of note in view of the lack of awareness of programs and projects aimed at the public Young people, who have succeeded in this respect. The content of teaching has also been successful in the relationship between basic training for the completion of elementary education, professional qualification and citizen participation. The analysis also showed that the program could not succeed in the need to consider the reality of young people who need to reconcile work and studies in order to survive, being a crosscutter between the program's goal of breaking the cycle of reproduction of social inequalities and demand Of young people assisted in ensuring the reproduction of existence.

**KEYWORDS:** Youth; Work; Education; Youth Public Policy; ProJovem Urbano.

## FIGURAS

Figura 1 - População Jovem Mundial .....	34
Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Juvenil .....	41
Figura 3 - Organização dos Temas I .....	54
Figura 4 - Organização dos Temas II .....	53
Figura 5 - Organização da Carga Horária Semanal .....	52
Figura 6 - Transição da relação entre estudo e trabalho .....	87

## GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade.....	80
Gráfico 2 - Sexo.....	81
Gráfico 3 - Raça / Cor.....	82
Gráfico 4 - Filhos.....	84
Gráfico 5 - Escolarização dos pais.....	85
Gráfico 6 - Escolarização dos pais.....	85
Gráfico 7 - Profissão dos pais.....	85
Gráfico 8 - Profissão dos pais.....	86
Gráfico 9 - Lugares para diversão.....	93
Gráfico 10 - Projeto de vida .....	99
Gráfico 11 - Projeto de vida .....	99

## QUADROS

Quadro 1 - Contexto das políticas públicas de juventude.....	45
Quadro 2 - Linha do Tempo: Histórico da Construção da Política Nacional de Juventude.....	46
Quadro 3 - Programas destinados a jovens incorporados ao Projovem Integrado .....	58
Quadro 4 - População jovem no Brasil por grupo de idade segundo a situação do domicílio.....	60
Quadro 5 – Dados de Santa Luzia.....	76
Quadro 6 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de anos de estudo – Brasil - 2015.....	81

## TABELAS

Tabela 1 – Mapa da População Jovem da RMBH.....	76
Tabela 2 - Assuntos que mais interessam aos jovens .....	90
Tabela 3 - Problemas que mais preocupam os jovens .....	91
Tabela 4 - Principais conceitos associados ao trabalho .....	92

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAPP – Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNJ – Conselho Nacional de Juventude  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico  
GI – Grupo Interministerial de Juventude  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHE – Índice de Desenvolvimento Humano Educacional  
IDJ – Índice de Desenvolvimento Juvenil  
IPJ Leste II – Instituto de Pastoral da Juventude do Regional Leste II  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC – Ministério da Educação  
MP – Medida Provisória  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PEA – População Economicamente Ativa  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PJU – ProJovem Urbano  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PPJ – Políticas Públicas de Juventude  
PUCMINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
SMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem  
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais  
UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal do Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## **LINGUAGEM DE GÊNERO**

Este trabalho se preocupa com a linguagem inclusiva. Porém, para preservar a fluidez da leitura, optou-se pelo emprego masculino genérico. Todas as menções estão representadas tanto no masculino como no feminino.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1 Justificativa.....	19
1.1.2 A questão da juventude no exercício profissional.....	20
1.1.3 A questão da juventude na Literatura.....	21
1.1.4 A problemática da pesquisa e a produção acadêmica.....	23
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	25
1.3 Sobre a estrutura da dissertação.....	26
<b>2 Capítulo 1 - JUVENTUDES</b> .....	28
2.1 A construção sócio histórica do conceito de Juventudes.....	28
2.2 A realidade social do público atendido pelo PJU.....	33
2.3 Política Nacional de Juventude: o contexto brasileiro.....	37
2.3.1 Evolução das Políticas Públicas de Juventude nas últimas décadas.....	39
<b>3 Capítulo 2 -Programa Nacional de Inclusão de Jovens – O ProJovem Urbano – PJU</b> .....	48
3.1 O contexto sócio político em que surge o PJU.....	48
3.2 Os Pressupostos dos Documentos do PJU.....	57
3.3 Jovens em realidade de exclusão social e a proposta do PJU: o significado de inclusão social.....	62
3.4. Os pressupostos de Juventude no PJU: A perspectiva de geração no PPI do PJU.....	65
<b>Capítulo 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	68
4.1.1 Natureza do Estudo.....	69
4.1.2 Cenário do Estudo.....	75
4.1.3 Participantes do estudo.....	77
4.1.4 A pesquisa com egressos.....	77

4.1.5 Instrumentos e procedimentos de coletas de dados, interpretação e análise dos dados.....	79
<b>CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>86</b>
4.1 Perfil dos jovens egressos do PJU participantes do estudo .....	80
4.2 Categoria 1 – Adversidades durante a formação no Programa.....	87
4.3 Categoria 2 – Mundo do Trabalho .....	89
4.4 Categoria 3 –Processo Educativo .....	92
4.5 Categoria 4 – O significado da experiência no PJU.....	97
4.6 Categoria 5 – Projeto de Vida .....	99
4.7 Categoria 6 – Contribuição do PJU na formação dos jovens .....	101
4.9 Categoria 7 – Dimensão da Cidadania .....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>124</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o tema Juventude, Trabalho e Educação e tem como objeto o significado atribuído pelos jovens ao processo formativo vivenciado por eles no ProJovem Urbano (PJU). Para tal, os sujeitos da pesquisa foram os egressos do PJU em Santa Luzia, no período de 2009 a 2013. Está vinculado à linha de pesquisa Processos Formativos em Educação Tecnológica, do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Considerado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) como o principal programa destinado à juventude, o PJU foi implementado pelo governo federal desde a implantação da SNJ no ano de 2005 e foi apresentado como proposta de desenvolver uma política nacional integrada, de inclusão social, por meio da execução de ações que pudessem propiciar “o desenvolvimento integral do jovem brasileiro” (BRASIL, Presidência da República, 2008. p.13), tendo como meta: “criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, 2008. p.13).

Nesta pesquisa, foi analisado o processo de formação vivenciado pelos jovens integrantes do programa, no período de 2009 a 2013 e, para entender o processo e para entender o processo pelo qual o PJU formou os jovens que recorreram a ele, este estudo lançou mão da análise de alguns documentos fundamentais nesse contexto, quais sejam: o Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano<sup>1</sup>; o Parecer CNE/CEB nº 18/2008<sup>2</sup>; a Resolução CD/FNDE nº 60 de 9 de novembro de 2011<sup>3</sup>; a Nota Técnica ProJovem Urbano SECADI/MEC nº 02/2012<sup>4</sup>; a Medida Provisória nº 411/2007<sup>5</sup>; a Medida

---

<sup>1</sup> Dado disponível em [http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto\\_pedagogico\\_projovem\\_PPI.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_PPI.pdf). Acesso em 21/10/2015.

<sup>2</sup> Dado disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb018\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb018_08.pdf). Acesso em 21/10/2015.

<sup>3</sup> Dado disponível em [https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000060&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2011&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000060&seq_ato=000&vlr_ano=2011&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC). Acesso em 21/10/2015.

<sup>4</sup> Dado disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9902-projovem-urbano-nota-tecnica-02-2012&category\\_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9902-projovem-urbano-nota-tecnica-02-2012&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em 21/10/2015.

<sup>5</sup> Dado disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=538184](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=538184). Acesso em 21/10/2015.

Provisória nº 238/2005<sup>6</sup> e o Decreto nº 5.557/2005<sup>7</sup>. Além disso, foram realizadas entrevistas com jovens egressos do programa, o que permitiu ter a percepção do sentido que eles atribuem ao processo vivido no PJU.

Para realizar esse movimento de análise necessário à proposição do estudo, considerou-se a perspectiva marxiana quanto às reflexões sobre trabalho e educação aliada às análises sobre juventude na produção acadêmica relacionada, de modo que o foco central da pesquisa fosse evidenciado na sustentação de sua existência, o que, no caso aqui em pauta, diz respeito às questões relacionadas à formação de jovens cujos objetivos de vida passam pela garantia da própria subsistência e, por vezes, também da família.

### 1.1 Justificativa

A origem do problema desta pesquisa se deu, principalmente, a partir da minha prática profissional.

Iniciei minha atuação na área de políticas públicas para juventude no período da graduação e a primeira experiência foi como estagiária do Programa Fica Vivo!<sup>8</sup>, depois, educadora de cidadania no Projeto Agente Jovem<sup>9</sup> e, por fim, estagiária no Centro Marista Circuito Jovem BH<sup>10</sup>. Após a conclusão da graduação fui educadora de

---

<sup>6</sup> Dado disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=266881](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=266881). Acesso em: 21/10/2015.

<sup>7</sup> Dado disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm). Acesso em 21/10/2015.

<sup>8</sup> O Programa Fica Vivo! foi desenvolvido pelo governo do estado de Minas Gerais, como política de Segurança Pública que tem o objetivo de prevenir e reduzir o número de homicídios dolosos entre jovens que moram em territórios com alto índice de criminalidade violenta. O programa se efetiva por meio de dois eixos: a intervenção estratégica e a proteção social. Faz parte da Política de Prevenção à Criminalidade e se destina ao atendimento de adolescentes e jovens com idade compreendida entre doze e vinte e quatro anos. Dado disponível em [www.seds.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoas](http://www.seds.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoas). Acesso em 09/09/2017.

<sup>9</sup> O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que ficou conhecido apenas como “Agente Jovem”, foi desenvolvido pelo governo federal e vinculado à Política Nacional de Assistência Social. Tinha como público, adolescentes com idade compreendida entre quinze e dezessete anos para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Com a reformulação do ProJovem, o Agente Jovem foi integrado à Política Nacional de Juventude e passou ser denominado como ProJovem Adolescente. Disponível em [www.mds.gov.br/suas/guia\\_protecao/servicos-especificos-de-protecao-social-basica/agente-jovem-1/sobre-o-projeto-agente-jovem](http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/servicos-especificos-de-protecao-social-basica/agente-jovem-1/sobre-o-projeto-agente-jovem). Acesso em: 09/09/2017.

<sup>10</sup> O Centro Marista Circuito Jovem BH, foi uma unidade social mantida pela congregação religiosa Marista e tinha como objetivo, promover o protagonismo juvenil por meio da qualificação profissional. Na unidade eram desenvolvidas atividades de formação humana e profissional para jovens com idade compreendida entre 15 e 29 anos. (COSTA, 2008).

Participação Cidadã no ProJovem Urbano e depois voltei a trabalhar no Programa Fica Vivo!. A experiência no PJU possibilitou observar e indagar se o Programa, de fato, conseguia romper com os ciclos de desigualdades sociais na vida do público atendido e efetivar a inclusão social dos jovens.

Desta maneira, as justificativas para a realização deste estudo passaram, necessariamente, por três pontos de origem, envolvendo (1) a minha prática profissional como Assistente Social, (2) o problema situado na fundamentação teórica relacionada às juventudes e às relações trabalho e educação e (3) o panorama da produção acadêmica relacionada à problemática da pesquisa proposta.

### 1.1.2 A questão da juventude no exercício profissional

As experiências profissionais, em programas e projetos que tem como público a juventude, foram fundamentais na minha formação acadêmica e na minha atuação profissional, sempre sintonizadas com as políticas e iniciativas da sociedade civil na defesa dos direitos da juventude. Nessas experiências, surgiram muitas inquietações e o interesse em compreender melhor o fenômeno da juventude - grupo geracional que se destaca na atualidade - nas suas complexidades, limitações e múltiplas expressões.

Parte-se do pressuposto de que a atuação em defesa dos direitos da juventude requer reflexão teórica na busca da melhor compreensão desta categoria, tendo em vista oferecer subsídios para a atuação que consiga compreender e dialogar com a diversidade que constitui os sujeitos jovens. Entretanto, conforme ressalta Dayrell (2003, p. 41), “construir uma definição da categoria da juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais.”

O fato de a categoria juventude ser objeto de estudo de diversas ciências, produz a possibilidade da coexistência de várias formas de se conceituar a juventude. Parte-se do pressuposto que a juventude é, ainda, momento de transformação na vida do sujeito. O entendimento que se tem do conceito de sujeito, neste caso, comunga com a com a compreensão de que

“[...] o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas

---

relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade” (DAYRELL, 2003, p. 43)

Nesse sentido, compreende-se aqui, que a juventude é uma construção social e cultural, produto e produtora da história, “age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere” (Idem). O jovem se insere em uma realidade que exige decisão, atitude e responsabilidade para inserção na vida comunitária de forma autônoma. Em outras palavras, tem-se como pressuposto que o jovem passa a desempenhar papéis políticos, éticos e culturais e, para concretizá-lo, precisa ser sujeito de sua própria história

### 1.1.3 A questão da juventude na Literatura

A partir da segunda metade do século XX, a juventude adquiriu papel de destaque na sociedade, seja nas manifestações em busca de transformações sociais ou marcando seu espaço com suas especificidades e peculiaridades. Destaca-se que a imagem do que é ser jovem é social e historicamente construída. Como ressaltam Levi e Schmitt (1996, p. 17):

De um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX. (...). Tampouco se pode imaginar que a condição juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos totalmente diferentes.

A representação social deste grupo, para esses autores, depende do modelo demográfico. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2016) ser jovem, no Brasil, significa pertencer ao universo populacional composto por cerca de 50 milhões de pessoas, compor a faixa da população economicamente ativa mais atingida pelo desemprego, ganhar menos que os adultos e ter que conciliar, muitas vezes, trabalho e estudo.

Novaes (2007) traz importante reflexão sobre a juventude. Realça que é, de maneira geral, a “fase da vida mais marcada por ambivalências, onde ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e, ao mesmo tempo, grande expectativa de emancipação” (NOVAES, 2007, p. 7). É nesta etapa da vida que se dá importante passagem, da heteronomia e dependência em direção à autonomia e

emancipação. A autora destaca que essa passagem é demarcada pela entrada no mercado do trabalho.

Nesse contexto de ambivalências e contradições, uma parcela da juventude passa, muitas vezes, de forma precoce e precária, a integrar o mercado do trabalho. O fato de um contingente de jovens ingressar precocemente no mundo de trabalho, expressa realidade complexa, que demanda por políticas públicas de educação e trabalho voltadas para essa parcela da população. De fato, nesse contexto, o “mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil, podendo-se afirmar que o trabalho também faz a juventude” (DAYRELL, 2007, p. 1109).

Portanto, as vivências no mundo do trabalho são importantes para a constituição de parte dos sujeitos jovens. Guimarães (2004) destaca que as relações que se estabelecem no trabalho influenciam os comportamentos nas esferas individuais e coletivas da vida social, o que destaca o fato de que a condição social está presente em todos os indivíduos.

Dessa forma, a concepção de juventude expressa uma gama de fatores que configuram a representação social deste grupo geracional na sociedade. Uma das formas de se representar o jovem é o recorte etário. No Brasil, a Secretaria Nacional de Juventude considera jovens os cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre 15 e 29 anos.

A criação de leis que garantam os direitos desse segmento geracional tem muitos desafios, entre os quais, levar em consideração a diversidade e pluralidade de realidades nas quais se inserem os sujeitos jovens. O desafio da diversidade é objeto de preocupação de diversos autores, os quais, ao invés de utilizar a expressão no singular – juventude – usam-na no plural – juventudes. A ideia é destacar a juventude a partir da ótica da diversidade, afinal, existem muitos modos de ser jovem.

Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso por opção ou por origem em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, [...] que precisam ser valorizadas no sentido de promover os direitos dos jovens. (CONJUVE, 2006, p. 5)

A compreensão das juventudes é importante, pois fundamenta a reivindicação da proteção jurídica e contempla o que é chamado de direitos difusos, ou seja, a garantia de que cada cidadão, cada cidadã, seja reconhecido em sua singularidade, e especificidade. Considerar as especificidades, também se faz necessário, ao se pensar qual tipo de formação se pretende ofertar aos sujeitos jovens. Ou seja, compreender que em

cada realidade social, existem demandas que são frutos das relações que ali se estabelecem, seja em territórios menores, seja em territórios maiores.

No território brasileiro, é possível observar que as reivindicações por melhorias na educação foram intensificadas desde a consolidação da Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito universal. Não obstante a educação ser um direito universal, as diversas realidades em que as juventudes estão inseridas pedem projetos que consigam responder suas demandas específicas. No que tange à formação de jovens trabalhadores, Frigotto (2004) ressalta a importância de se aliar o ensino tecnológico ao ensino médio sem abrir mão deste, buscando integrar a educação com a preparação para o mundo do trabalho, de modo que se tenham efeitos social e econômico e que permita aos jovens

[...] analisar e compreender o mundo da natureza, das coisas, e o mundo humano, social, político, cultural, estético e artístico. Haverá então a formação de um jovem [...] que seja autônomo e protagonista de cidadania ativa, e não reduzido a um 'cidadão-produtivo' explorado, obediente, despolitizado e que faça 'bem-feito' o que o mercado determina. (FRIGOTTO, 2004, p. 212-213).

Trabalho e educação nem sempre se efetivam em sintonia no percurso de estratos da juventude na atualidade. Nota-se que a difícil combinação entre a vida escolar e a profissional constitui grande desafio à algumas camadas de jovens, principalmente aos mais pobres, o que reflete na trajetória formativa desses sujeitos. Há a necessidade de entendimento das relações construídas no contexto sócio-histórico-econômico vivido pela juventude e, de maneira específica, pelos jovens que, por necessidade de produzirem sua subsistência, são excluídos do processo educativo formal.

Esses jovens, público de programas que propõem responder demandas de exclusão, são jovens que, em sua maioria, residem em comunidades em situação de vulnerabilidade social, que é fruto do contexto sócio-histórico-econômico vivido. Ressalta-se, ainda, que o cotidiano desses jovens é marcado por “preconceitos, estigmas e segregações dos quais são vítimas.” (QUIROGA, 2003, p. 20).

É a essa parcela de jovens, fora da faixa etária da escolarização regular, que se destina o PJU. Portanto, o programa surge, como proposta do governo Lula, para responder à demanda desta realidade.

#### 1.1.4 A problemática da pesquisa e a produção acadêmica

Na busca de estudos e pesquisa que pudessem indicar respostas para o que se coloca como problemática de pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica, considerando teses e dissertações que abordasse o ProJovem Urbano constantes no banco de teses do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>11</sup> e nos bancos de dados disponíveis dos Programas de Pós-Graduação em Educação na Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)<sup>12</sup>, da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)<sup>13</sup>, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>14</sup> e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS)<sup>15</sup>.

Partindo do critério de verificação adotado – a explicitação do significado dado pelos jovens do processo de formação vivenciado no PJU, tendo em vista a relação trabalho e educação, verificou-se que nenhuma pesquisa encontrada abordou o processo de formação jovens nas suas relações de trabalho e a educação, objeto desta pesquisa. Passa-se a seguir a apresentar uma síntese dos estudos e pesquisas encontradas de modo a situar em que nicho ou lacuna se insere a presente pesquisa.

Ana Lucélia Silva Dias (2012) analisou, na sua pesquisa, a evasão como problema para o PJU. Considerando documentos oficiais que compreendem o momento de elaboração e desenvolvimento do PJU, concluiu que o problema da evasão é atravessado por três eixos: o atravessamento da noção de cidadania, do discurso da vulnerabilidade e a constituição da educação como um problema político.

Rosa Maria Pimentel Cantanhêde (2011), por sua vez, analisou o currículo do PJU no discurso oficial e a compreensão do modelo pelos educadores do programa, traçando um panorama sobre o currículo do PJU a partir das percepções de 14 educadores entrevistados. Constatou que a proposta curricular do Programa é incorporada pelos educadores, mas que estes não demonstram interesse em recontextualizá-la no espaço escolar.

Diego Monte Blanco (2009), por outro lado tratou dos saberes de jovens da periferia urbana, tentando identificar os limites e possibilidade do PJU, procurando

---

<sup>11</sup> <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>

<sup>12</sup> <http://www.posgraduacao.cefetmg.br/dppg/index.php/pt/biblioteca-digital>.

<sup>13</sup> <http://www.uemg.br/biblioteca.php>.

<sup>14</sup> <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>.

<sup>15</sup> [http://portal.pucminas.br/prograd/catalogodecursos/biblioteca\\_digital.php](http://portal.pucminas.br/prograd/catalogodecursos/biblioteca_digital.php).

compreender o fenômeno considerável de evasão a partir da identificação das expectativas que os jovens integrantes apresentavam. Identificou, por meio de uma pesquisa qualitativa, que os jovens expressaram expectativas de integração e de mobilidade social por meio da elevação da escolaridade e, em função disso, da obtenção de melhores oportunidades de trabalho.

Marcos Torres Carneiro (2015) avaliou o processo de implementação do PJU no município de Natal/RN no período entre 2008 e 2012. Concluiu que o Programa, em Natal/RN, não cumpriu os objetivos e, mais especificamente em relação à dimensão da qualificação profissional, não implementou o que previa e, por conseguinte, o Programa não conseguiu contribuir com a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Telma Jannuzzi da Silva Lopes (2009) finalmente, analisou as representações sociais dos educadores do ProJovem de Contagem/MG acerca do programa. Como resultado de sua análise, identificou-se que, na percepção dos educadores, houve mudança na vida dos jovens atendidos em relação à proposta de resgate da cidadania. Por meio da análise de discurso, concluiu que a representação do programa reforça a dimensão da inclusão social.

A análise realizada nesta dissertação, entretanto, questiona, especificamente, o impacto do PJU na vida dos jovens a partir da leitura dos próprios jovens. Portanto, tendo em vista a inexistência de pesquisas que tenham como objeto de estudo: a explicitação do significado elaborado pelos jovens sobre o processo de formação vivenciado no PJU, é que se deu a proposta da presente pesquisa.

## 1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo principal desta pesquisa é explicitar os significados que os jovens atribuem às experiências formativas vivenciadas no ProJovem Urbano (PJU), no município de Santa Luzia, no período de 2009 a 2013.

Para alcançar o objetivo proposto, outros objetivos mais específicos se apresentaram, a saber, compreender o processo de formação de jovens egressos do PJU em Santa Luzia; analisar as concepções de juventude, de formação humana, de trabalho e de formação profissional presentes nos documentos oficiais do PJU; analisar o projeto pedagógico integrado do PJU, tendo em vista o conteúdo dos demais documentos oficiais deste Programa; verificar a efetivação dos objetivos propostos pelo PJU na vida dos jovens egressos.

### 1.3 Sobre a estrutura da dissertação

Nos capítulos que se seguem estão colocados os elementos centrais do estudo realizado. É explicitado, no plano formal da linguagem, o realizado em campo junto aos sujeitos da pesquisa, o estudo da produção acadêmica pertinente ao objeto de estudo e os documentos relacionados à problemática proposta.

Sendo assim, no capítulo primeiro, procura-se conceituar juventude na perspectiva sócio-histórica, considerada a emergência com que este grupo geracional é pautado na atualidade e entendida a forma heterogênea que o caracteriza. Dessa maneira, explicita-se as diversas mazelas sociais que atravessam essa fase da vida, sobretudo, na sociedade atual, seguindo-se breve descrição da evolução histórica da construção de Políticas Públicas de Juventude, enfoque considerado importante e que justifica a opção de não se abordar programas propostos pelo MEC que não têm recorte etário compreendido entre 15 e 29 anos, idade adotada pela legislação brasileira para determinar a população jovem. Este enfoque também destaca a diferenciação do PJU, instituído pela SNJ, em relação a outros programas.

No segundo capítulo, apresenta-se breve histórico do ProJovem Urbano, bem como o contexto em que é implantado e faz-se análise documental do Projeto Pedagógico Integrado do PJU (PPI do PJU). A proposta da análise documental se dá em decorrência de dois objetivos específicos desta pesquisa: analisar os pressupostos das concepções de juventude, formação humana, trabalho e formação profissional presentes nos documentos oficiais e analisar o projeto pedagógico integrado do PJU, a partir de documentos oficiais. Entende-se que esta análise é fundamental para a melhor compreensão de como se deu o processo formativo ofertado pelo PJU no município de Santa Luzia.

O terceiro capítulo é constituído pelos aspectos metodológicos da pesquisa, as referências que respaldam a construção metodológica, as técnicas e instrumentais utilizados, o *locus* da pesquisa e a sistematização do perfil dos jovens egressos entrevistados e é feita a análise dos dados coletados nas entrevistas com base nas seguintes categorias: Adversidades durante a formação no Programa; Mundo do Trabalho; Processo Educativo; Significado da experiência do PJU; Projeto de Vida; Contribuição do PJU na formação dos jovens; Dimensão da Cidadania.

Concluindo o trabalho, as considerações finais explicitam a síntese dos conhecimentos construídos ao longo do estudo e expressam alguns dos indicativos e achados de pesquisa no que diz respeito ao desenvolvimento de outros estudos relacionados à problemática e mesmo à ampliação do que foi proposto aqui.

## 2 Capítulo 1 - JUVENTUDES

A juventude brasileira de hoje socializou-se num contexto de triunfo do capitalismo e das manifestações mais agudas das suas contradições. A derrota do socialismo real, o discurso ideológico dominante e desmobilizante do fim da história, a barbarização das relações sociais, a banalização da miséria, da pobreza, da violência, dos usos e abusos de poder. Essa juventude que viu e vê os ataques aos direitos sociais; a Reforma da Previdência, retirando os direitos de seu futuro; a ascensão do agronegócio; a Reforma Universitária de caráter privatizante e mercantilizadora e a implantação de programas/ projetos sociais de configuração focalista e fragmentada, como o Bolsa Família, o PROUNI e o recém divulgado Pacto pela Paz, Contra o crack, que reatualiza perspectivas conservadoras no enfrentamento das expressões da questão social. (CFESS MANIFESTA, Brasília, 9 de dezembro de 2011).

Este capítulo sistematiza a conceituação teórica da categoria “juventude”, entendida no plural pois parte-se do pressuposto que este grupo geracional não é homogêneo. Aborda-se o contexto sócio político do cenário nacional em que se dá a socialização da juventude, com destaque para o fato de o atual cenário sócio-político ser marcado pelo avanço do capitalismo.

Portanto, para melhor compreensão do agravamento da questão social que afeta a juventude pobre e trabalhadora na atualidade, este capítulo sistematiza e descreve a evolução histórica da construção das políticas públicas de juventude. Tal sistematização é considerada de fundamental importância para este trabalho, pois justifica o fato de não se abordar outros programas como EJA, PROEJA, PRONATEC, entre outros. Pois, mesmo que estes programas também atendam jovens, eles não têm o recorte etário compreendido entre 15 e 29 anos, idade adotada pela Secretaria Nacional de Juventude para designar os sujeitos jovens.

### 2.1 A construção sócio histórica do conceito de Juventudes

A discussão sobre juventude tem se destacado na academia nas últimas décadas. O aumento do interesse pela temática pode ser percebido em diversos setores da sociedade, sendo possível perceber a crescente atenção dada a este grupo geracional. Conforme Abramo (2007, p.1),

Tem crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil, tanto por parte da ‘opinião pública’ (notadamente os meios de comunicação de massa) como da academia, assim como por parte de atores políticos e de

instituições, governamentais e não governamentais, que prestam serviços sociais.

O debate tem sido assumido por diversas ciências em uma tentativa de se ampliar a compreensão da diversidade em que se insere esse grupo geracional. Ressalta-se a importância de se compreender a construção sócio histórica e o modelo de sociedade que determina conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômicas e políticas sobre a juventude. A sistematização do conceito de juventude, portanto, é recente, o que faz com que a reflexão seja uma difícil tarefa a ser enfrentada. Groppo (2004) adverte que a categoria juventude não se constitui natural e individualmente, pois é “categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres.” (GROPPO, 2004, p. 11).

Portanto, deve-se levar em consideração o fato de que a juventude varia de sociedade para sociedade e até mesmo dentro de uma mesma sociedade. Assim, o jovem que tem poucos recursos econômicos e morador da periferia, tem realidade de vida, características, vocabulário e sonhos diferentes do jovem que tem melhores recursos econômicos e morador de territórios mais privilegiados socialmente.

Isto significa que, na análise social e histórica, é preciso correlacionar a juventude com outras categorias sociais, como classe social, nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural, momento histórico, grau de “desenvolvimento” econômico etc. Assim, ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos. O que a história e a análise sociológica demonstram é que, o que existe efetivamente, são grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta (GROPPO, 2004, p. 12).

No caso de jovens pobres, uma das características que marca sua visibilidade social, muitas vezes, remete a conflitos urbanos<sup>16</sup> que contribuem na dinâmica da construção cultural do sujeito jovem. Essa visibilidade, muitas vezes reforçada pelos meios de comunicação, revela tendência em se abordar a categoria juventude a partir da perspectiva funcionalista, ou seja, compreender os problemas sociais relacionados à juventude como anomalia social. Não obstante, Groppo (2004) critica essa leitura e constrói o que ele denomina de “Dialética da juventude” (GROPPO, 2004, p. 14). Assim

---

<sup>16</sup>A Escola de Chicago foi a pioneira nos estudos sobre os conflitos entre jovens, conflitos estes que se formavam no período do processo de industrialização com a numerosa população jovem imigrante. É de onde se tem os primeiros registros sistematizados de formação de gangues nos emergentes centros urbanos. (QUIROGA, 2003).

como a dialética marxista, a qual o autor utiliza como exemplo, ele discorre sobre as contradições presentes na condição juvenil na atualidade.

Meu objetivo, aqui, é indicar pistas para superar estes limites da concepção funcionalista de juventude. Mesmo sendo capaz de levar em conta o caráter social e histórico das juventudes, a concepção funcionalista acaba decaindo nos defeitos do cientificismo e do ‘naturalismo’, que em tudo buscam padronização e equilíbrio sistêmico – concebendo a sociedade como um ‘organismo’ e as relações sociais como fenômenos naturais. Tentarei esboçar o que considero como a concepção ‘dialética’ da juventude. Uma concepção, que espero, ajudará a compreender as trajetórias das juventudes na modernidade e contemporaneidade. A dialética, no marxismo, busca determinar quais são os elementos constitutivos contraditórios da vida social e quais são os movimentos desencadeados por tais elementos (Mandel, 1978, cap. XVI). [...]. Concebo a dialética das juventudes e da condição juvenil, primeiro, como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral. (Idem).

Em decorrência, esta pesquisa compreende que as mazelas sociais que atravessam a realidade desse grupo geracional têm relações com o modelo de sociedade estabelecido, que pauta as relações e produz diversos fenômenos possíveis de serem lidos sob óticas e perspectivas teóricas diferentes que, em alguns pontos se complementam, em outros, divergem. Pode-se assim, perceber como essa construção veio “ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômica e políticas” (NOVAES, 2007, p. 1).

É possível perceber que o contexto sócio-econômico-político em que a categoria juventude começa a ganhar destaque, constitui um desenho do entendimento sistemático de parcelas da juventude como questão social demarcada, muitas vezes, pelo dilema entre o envolvimento com a criminalidade urbana e o processo de transição para a vida adulta.

O conceito de questão social aqui utilizado é compreendido a partir da sistematização efetuada por teóricos do Serviço Social. Questão social tomada como expressão do produto das contradições e mazelas do sistema capitalista de produção (IAMAMOTO, 2008). Essa compreensão é desenvolvida com base na obra marxiana sobre o processo de produção e acumulação do capital. A partir dessa compreensão, a apreensão do fenômeno da “questão social” se dá a partir do século XIX, onde “se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social” (NETTO, 2001, p. 46).

Conforme Iamamoto (2008), somente após a constituição do sistema capitalista de produção é que a forma de reprodução social estabelecida determina uma maior produção de riqueza e, contraditoriamente por outro lado, uma maior produção de miséria e desempregados. Sem emprego e sem acesso aos meios de produção, “O trabalho encontra-se no centro da questão social: tanto as formas de trabalho, quanto a apologia ao trabalho, ou seja, sua louvação ou beatificação” (IAMAOTO, 2008, p. 140). A autora adverte que este entendimento de “questão social” constitui um divisor de águas de modernidade, visto que antes do sistema capitalista de produção a pobreza era explicada teologicamente e, após esse marco, adquire face política e passa a ser questionada. O Estado passa a ser o ente ao qual se recorre para exigir os direitos. Os problemas sociais deixam de ser vistos como morais e se transforma em matérias de justiça social.

Neste sentido, abordando o processo de transição para vida adulta, no contexto da questão social, tem-se o trabalho como categoria central. “Podemos dizer que o trabalho nesta faixa etária também pode estar relacionado com a busca de emancipação financeira” (NOVAES, 2007, p. 9). Pode significar também, “espaço de sociabilidade, de significação subjetiva e de construção identitária” (GUIMARÃES, 2004, p. 2). Entretanto, essa transição se dá de modo distinto: enquanto para alguns jovens o trabalho pode significar emancipação, para muitos, o trabalho é necessidade. Dessa forma, o trabalho adquire centralidade para a garantia da produção e reprodução da vida e por isso é tido como “preocupação central no imaginário juvenil” (GUIMARÃES, 2004, p. 10). Entretanto, a natureza dessa centralidade varia conforme a posição ocupada pelos jovens no sistema de produção social. Percebe-se, assim, que não se pode falar somente de uma única realidade juvenil,

Assim, uma massa enorme de jovens trabalha com a família em minifúndios ou como arrendatários ou assalariados do campo. Outros milhares de jovens vivem em centenas de acampamentos, de norte a sul, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas, certamente o maior número de jovens filhos de trabalhadores reside em bairros populares ou favelas das medias e grandes cidades do Brasil (FRIGOTO, 2004 p. 181).

Portanto, o público deste estudo compreende a juventude pela perspectiva da classe social. São jovens que

Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas. Compõem esse universo aproximadamente 6 milhões de crianças e jovens que têm inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego. Inserção que não

é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil. (FRIGOTTO, 2004: 181).

Parte-se, aqui, do pressuposto que não se pode tratar de juventude sem perceber seu entrelaçamento com os dilemas da sociedade atual, fruto de problemas que se constituem nas relações sociais. Destaca-se a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, a baixa qualificação profissional e o grande número de jovens que abandonam a escola ainda no ensino fundamental para garantirem sua subsistência.

O universo em que se insere os jovens que participam do PJU, é marcado por diversas mazelas sociais. As condições existenciais de parte da juventude brasileira na atualidade, fazem com que os dilemas postos para esse grupo geracional sejam acentuados por um processo de produção e reprodução da vida marcado pela exclusão social e ausência de direitos. É possível perceber alguns dos dilemas vivenciados ao identificar que são os jovens os que mais se envolvem com a violência e a criminalidade, são os que têm mais dificuldade de acessar o mercado de trabalho e são os que mais sofrem com a escassez de políticas públicas, realidade que será abordado mais à frente.

A juventude passa então a se configurar em um contingente social descontínuo e em constante transformação. Na representação social deste contingente, existe um paradoxo: a visibilidade social deste grupo se faz ou por viés extremamente negativo, relacionando-se à problemas sociais diversos, ou é marcada por grandes expectativas, em que a sociedade deposita, na juventude, a esperança da construção de um futuro melhor. Dessa forma,

O caráter ambivalente das relações que as instituições e o mundo adulto mantêm com os segmentos juvenis considerados ameaça à ordem social, mas, também, promessa de uma nova ordem. (SPOSITO, 2007, p.4-5).

Não obstante a ambivalência que marca a visibilidade da juventude na sociedade, acredita-se na importância da compreensão analítica dos fatores que fazem parte da realidade social deste grupo geracional, buscando-se, assim, análise crítica do processo de formulação de políticas públicas destinadas a esse público. Tal perspectiva constitui o esforço de organismos não governamentais em acompanhar e contribuir com o processo de consolidação das ações governamentais voltadas para este público. Neste sentido, as orientações para a construção de políticas públicas de juventude, reforçam a importância de que essas ações devem ter como horizonte:

[...] o desafio de se fazer com que a sociedade compreenda que os jovens, sendo sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas, não aceitem participar de programas e projetos que pressuponham e/ou produzam aculturação e normatização de suas práticas sociais. (CONJUVE, 2006, 7).

Estes são pressupostos que levaram a formulação de programas sociais como o PJU.

## 2.2 A realidade social do público atendido pelo PJU

Acredita-se na importância de se conhecer a realidade da juventude brasileira a partir, também, de dados estatísticos. Tem-se a clareza que tais dados contribuem com a melhor compreensão de fatores importantes na vida deste grupo e, por conseguinte, contribuem com o melhor conhecimento da realidade específica do público atendido pelo PJU.

Um maior conhecimento dos dados estatísticos que dizem respeito à realidade juvenil brasileira poderá nos revelar aspectos importantes da situação desse segmento em setores importantes como emprego, educação, saúde, segurança pública e cultura. Esse conhecimento poderá ampliar o nosso olhar diante da realidade do jovem no Brasil, e, quem sabe, ajudará na construção de uma maior solidariedade e responsabilidade dos educadores e do poder público diante dessa população. (DAYRELL, GOMES, 2005, p. 4).

Segundo pesquisa de opinião pública, realizada pelo Instituto de Cidadania e pelo SEBRAE (2003)<sup>17</sup>, que sistematizou o perfil da juventude brasileira, ao entrevistar 3501 jovens com idade entre 15 e 24 anos, concluiu-se que questões relacionadas ao trabalho e à educação, constituem as duas maiores preocupações do jovem brasileiro. Conforme o Fundo de População da Organização das Nações Unidas (UNFPA)<sup>18</sup> 2010, o Brasil era o quinto país do mundo com o maior percentual de jovens em sua população. De acordo com os dados deste órgão da ONU, o crescimento da população jovem, mundialmente, iniciou-se em 1945 e atingiu um pico em 2005, quando se somava 1,02

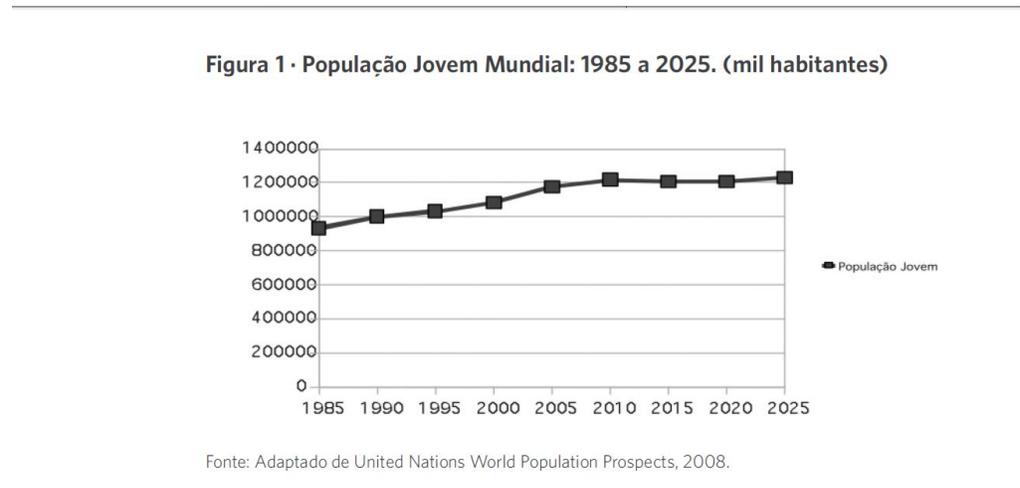
---

<sup>17</sup> Utiliza-se essa pesquisa, pois ela constitui a maior e mais completa sistematização do perfil da juventude. Relaciona-se a ela, dados mais atuais de pesquisas diferentes que focalizam aspectos específicos de cada dimensão que se considera importante para este estudo, como a realidade do mundo do trabalho e da educação. Foi possível perceber que, grande parte de artigos sobre juventude, mesmo os mais atuais, utilizam a pesquisa de 2003 como referência.

<sup>18</sup> A ONU tem como definição de juventude indivíduos com idade compreendida entre 15 e 24 anos.

bilhão de jovens com idade entre 15 e 24 anos. A figura 1 aponta a prospecção do crescimento da população jovem a partir de 1985 até 2025.

Figura 1- População Jovem no Mundo



Fonte: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). 2010.

Segundo dados do IBGE (2016), no Brasil são mais de cinquenta milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, o que significa cerca de 30% do total de habitantes. O país vivencia um aumento significativo do número da população jovem desde o início dos anos 2000 e tem previsão, segundo o IBGE (2016), de vivenciar o maior pico da população jovem na pirâmide etária por volta do ano 2020. Percebe-se, entretanto, que o país não se preparou para esse fenômeno, com a execução de políticas estratégicas que pudessem garantir a essa geração acesso aos direitos sociais básicos. Somente após a temática da juventude tornar-se grande preocupação social em decorrência de questões relacionadas à violência é que se começa a pensar em construção de políticas públicas voltadas a esse segmento.

A visibilidade da categoria juventude como alvo da ação pública é recente no país, concorrendo, para tanto, os desdobramentos da conjuntura econômica e social e episódios de natureza violenta envolvendo jovens. (SPOSITO, 2007, p. 6).

Dentre as diversas demandas de políticas públicas para a juventude, muitos autores destacam a educação, uma vez que indicadores de analfabetismo e baixa escolaridade ainda é preocupante. A realidade do segmento juvenil em relação à educação

é considerada fator importante de análise, pois, cada vez mais o nível de escolaridade se estrutura como um dos principais fatores de inclusão e exclusão, conforme ressalta Dayrell e Gomes (2005, p. 6):

Não podemos esquecer também dos mecanismos perversos intra/extra escolares que ora expulsam ou incorporam de modo precário os jovens, acentuando as enormes distorções escolares entre idade e série e baixos níveis de conclusão da educação obrigatória.

Os dados do IBGE (2015) mostram que são mais de 8 milhões de jovens com baixa escolaridade e 3,3 milhões não frequentam a escola. Já o Censo Escolar de 2005, apontou que os alunos matriculados no ensino fundamental regular, soma 34.012.434 milhões de alunos, sendo que, destes, 75% tem entre 15 e 17 anos. Quanto à educação profissional de nível técnico, o total de alunos matriculados soma 676.093. Segundo, ainda, os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009), existem no Brasil cerca de 4,5 milhões de jovens que não concluíram o ensino fundamental.

Em relação ao ensino superior, a realidade se afunila ainda mais e “é ainda mais desoladora” (DAYRELL, GOMES, 2005, p. 6), explicitando uma maior desigualdade social e desafios para a política educacional no Brasil. Em 2005, apenas 6,8% da população com mais de 25 anos havia concluído a educação superior, sendo que há uma concentração de pessoas com curso superior na região sudeste do país e entre pessoas declaradas brancas. Este cenário corrobora com a percepção da necessidade de se investir em políticas públicas de juventude na área da educação.

As dificuldades enfrentadas na área da educação se reproduzem no mundo do trabalho. Pesquisas revelam que é a população jovem a que mais é afetada pelo desemprego.

Mas é também impossível analisar a juventude brasileira se não for considerado o mundo do trabalho [...]. Os indicadores sociais que medem a desocupação da força de trabalho sugerem que a principal responsabilidade pela concentração de renda pode ser atribuída ao desemprego. No que se refere à distribuição etária do desemprego, as piores taxas de desocupação são encontradas no segmento populacional juvenil. Os desempregados somavam nesse mesmo ano 2,1 milhões, cerca de 47,6% do total da PEA. [...]. Em termos gerais, podemos dizer que as portas do 1º emprego foram fechadas para os jovens brasileiros, em especial aquela maioria de baixa escolaridade oriunda dos estratos populares. (DAYRELL, GOMES, 2005, p. 6-7).

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2006), mostram que “a desocupação atinge cerca de 88 milhões de pessoas com idade entre 15 e 24 anos no mundo” (OIT, 2006). No Brasil, segundo dados mais recentes do Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, o número de desempregados atingiu 11,1 milhões de trabalhadores no primeiro trimestre de 2016, realidade que se agrava entre a população jovem, já que “Os dados da PNAD (2009) revelam que, apesar de ter afetado todas as faixas etárias, a desocupação cresceu de forma mais acentuada entre os jovens de até 24 anos” (DIEESE, 2016). Pesquisa realizada por Dayrell (2005) aponta que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o desemprego entre a população juvenil atinge 30,3% e expõe uma disparidade entre jovens pobres e ricos. Segundo Dayrell (2005)<sup>19</sup>, jovens com melhores condições financeiras tendem a permanecer na escola por mais tempo e ingressarem o mercado de trabalho com nível mais elevado de escolaridade e com melhor qualificação profissional, enquanto jovens com condições financeiras precarizadas e inseridos em realidades atravessadas por diversas vulnerabilidades sociais, tendem a ingressar no mercado de trabalho mais cedo, com nível mais baixo de escolaridade e baixa qualificação profissional, quando muito, se esforçam para conciliar estudos e trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.060 de 1990, permite o acesso do jovem no mercado de trabalho apenas a partir de 14 anos, via programas de aprendizagem. Entretanto, muitos começam a trabalhar, de maneira informal e precária antes da idade estabelecida e, quando atingem a idade permitida, por vezes já abandonaram a escola e não conseguem se adequar aos critérios estabelecidos para ingressarem nos programas de aprendizagem, distanciando-se da possibilidade de se formarem integralmente. “Para a grande maioria dos jovens brasileiros trabalhar cedo é uma questão de sobrevivência pessoal e familiar” (NOVAES, 2007, p. 9). Para estes jovens, não há possibilidade de escolha entre a escola e o trabalho.

Já o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 de 2013, preconiza o direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda. Entretanto, de acordo com o IPEA (2008), mais da metade dos desempregados no Brasil, 46,6%, são jovens. No período entre 1995 e 2005, no cenário mundial, o número de jovens desempregados passou de 74 milhões, para 85 milhões, aponta a OIT (2006). Este cenário mostra-se ainda mais preocupante quando evidencia que cerca de 4,5 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, não

---

<sup>19</sup> Dados do relatório da primeira fase da pesquisa: Juventude, Escolarização e Poder Local, realizada entre os anos de 2003 a 2007 em 10 regiões metropolitanas brasileiras, desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

estudam e não trabalham (PNAD, 2009). Essa realidade expressa que existe uma grande parcela da juventude brasileira que está exposta a situações de extremas de risco e vulnerabilidade social. Mostra, ainda, preocupante déficit de Políticas Públicas voltadas, especificamente, a esse grupo geracional, com metodologias e estratégias que busquem responder e superar o *status quo*. Portanto, “observa-se na sociedade brasileira um consenso inicial em torno da necessidade de implementação de políticas públicas destinadas à juventude”. (SPOSITO, CARRANO, 2003, p. 16-17).

### 2.3 Política Nacional de Juventude: o contexto brasileiro

A política deve atender aos interesses coletivos e é parte da dinâmica social em constante transformação, podendo caminhar na defesa do bem comum. Pois,

O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder [...] o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. (BOBBIO, 2004, p. 956).

A conexão da política com o poder, explicitada por Bobbio, permite compreender que as políticas se efetivam não somente comprometidas com o bem comum. Podem ser fruto de relações desiguais de poder e, por conseguinte, não terem o compromisso de atender os interesses sociais e de alteração do *status quo*.

No âmbito das relações políticas, há as chamadas Políticas Públicas. Segundo Cunha (2005), as Políticas Públicas são construções participativas da coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos a fim de transformar a sociedade humana a partir de demandas, decisões e ações do coletivo.

Pode-se compreender a política pública como fenômeno social construído historicamente pela coletividade e expressa pelo conjunto de ações que buscam responder interesses e necessidades de uma determinada população. A execução das políticas públicas é dever do Estado e a efetivação delas na sociedade é a expressão concreta da ação governamental. Destaca-se que as políticas públicas não são isentas de valores e ideais de quem está no poder.

Observa-se que o avanço das políticas públicas no Brasil é recente. O país foi

marcado, historicamente, por ações de caridade e benevolência, em especial de grupos religiosos.

Somente após a Constituição Federal de 1988 – CF88 é que se assegura na lei a dimensão de direito e a política pública começa a se ampliar no atendimento à população brasileira.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, chamada Constituição Cidadã, pauta-se em parâmetros de equidade e direitos sociais universais. Consolidou conquistas, ampliou os direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores. (PIANA, 2009, p.39).

A garantia dos direitos conquistados na CF88 se efetiva com a criação de estatutos, normas, leis orgânicas, programas e projetos. Em específico, o atendimento à população que apresenta vulnerabilidades sociais, é efetivado com políticas sociais. As políticas sociais constituem o sistema de proteção social no Brasil, que nasce com a CF88,

[...]como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais. Por trás da política social existe a questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta. (DEMO, 1994, p. 14).

O programa analisado neste estudo se estrutura no cenário das políticas de juventude. As políticas públicas de juventude nascem no contexto das políticas sociais, como uma proposta de responder a uma demanda emergente de um grupo geracional em crescimento.

Considerando-se a ausência de um histórico de intervenção do estado para garantir os direitos da população jovem, são pensadas ações estratégicas que consigam criar mecanismos mais rápidos de respostas às demandas das juventudes. A década compreendida entre os anos 2000 e 2010 foi marcada pela implementação de diversos programas e projetos, muitos com caráter experimental, com vistas a dialogar com a dinamicidade e rapidez com que este cenário se engendrou. Entretanto, a recomendação do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, para este panorama, é criar

Políticas continuadas, sem prazo de validade, que não se resumam a programas emergenciais ou focais, que possam atender a todos os jovens, que respondam a preocupações referentes à relação do jovem com o mundo do trabalho, da cultura e também com as novas tecnológicas, especialmente as da informação

e comunicação. (CONJUVE, 2006, p. 23).

### 2.3.1 Evolução das Políticas Públicas de Juventude nas últimas décadas

CASTRO; AQUINO (2008), expõem que é na década de 1980, após a superação da Ditadura Militar e o início da reabertura política, que o debate sobre juventude ganha destaque na agenda pública no Brasil. No ano de 1985, a ONU declara o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. Naquele momento, havia preocupação internacional com os direitos humanos e, nesse sentido, a ONU orientava os países a progredirem quanto à proteção dos direitos humanos, recomendando no tocante à juventude, que “fossem especificados por faixa etária, buscando assim dar maior visibilidade a esta parcela da população” (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 138). Naquela ocasião, alguns países iniciaram o processo de consolidação de políticas de juventude, movimento que, no Brasil, teve ressonância somente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, ocasião em que se instituiu os primeiros conselhos estaduais de juventude no país. O governo federal intensificou esse processo a partir da década de 1990.

Ainda na década de 1980, mais especificamente no ano de 1987, o Instituto da Juventude da Espanha convocou a Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Juventude na Ibero-América, que passou a se reunir anualmente com o “objetivo de estabelecer um diálogo para promover o conhecimento mútuo entre os responsáveis pela juventude na região latino-americana”<sup>20</sup>. Em 1992, a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) foi legalizada e, atualmente, é congregada por 21 países ibero-americanos, inclusive o Brasil. A OIJ é um organismo multilateral e tem contribuído muito nas discussões acerca dos direitos da juventude, inclusive a consolidação da agenda internacional e a crescente articulação da sociedade civil brasileira em torno das questões juvenis.

A década de 1990 tem grande expressão na contribuição no percurso de consolidação das políticas de juventude. O presidente Itamar Franco instituiu, em 13 de julho de 1993, a Semana Nacional do Jovem, por meio da Lei nº 8.680/1993. Dois anos

---

<sup>20</sup> Dados coletados em: [http://www.oij.org/pt\\_PT/oij/historias](http://www.oij.org/pt_PT/oij/historias).

depois, no Rio de Janeiro, a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – MUDES -, realiza o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude. Em 1998, o governo do Distrito Federal realiza o I Festival Nacional de Juventude, que contou com mais de cinco mil jovens e marcou a década de 90 como o evento com maior participação e pluralidade.

Esses fatos marcaram a história da mais recente sistematização do conceito de juventude. Iniciaram-se intensas reflexões acerca da realidade social deste grupo populacional, o que, em 1990, resulta na aprovação da lei nº 8069, conhecida como ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A aprovação do ECA foi considerada grande avanço por diversos autores, “abriu novas perspectivas no campo de garantia e proteção de direitos de crianças e adolescentes no país”. (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 140). Entretanto, começou-se a perceber que a faixa etária que compreende a juventude era mais ampla e complexa, o que provocou o aprofundamento das discussões sobre a demanda em torno dos direitos da juventude.

Esse aspecto do limite da idade pode estar expressando as possibilidades e os limites do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no sentido de cristalizar o atendimento à faixa etária definida em lei. Podemos inferir, então, que o Estatuto influenciou as políticas públicas a partir de sua concepção, mas, ao mesmo tempo, reduziu a noção de juventude, deixando os jovens a partir da maioridade com pouquíssima assistência do Poder Público. Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir amplo contingente de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo de ações, pois ainda vive efetivamente a condição juvenil. (DAYRELL, LEÃO, REIS, 2003, p. 58).

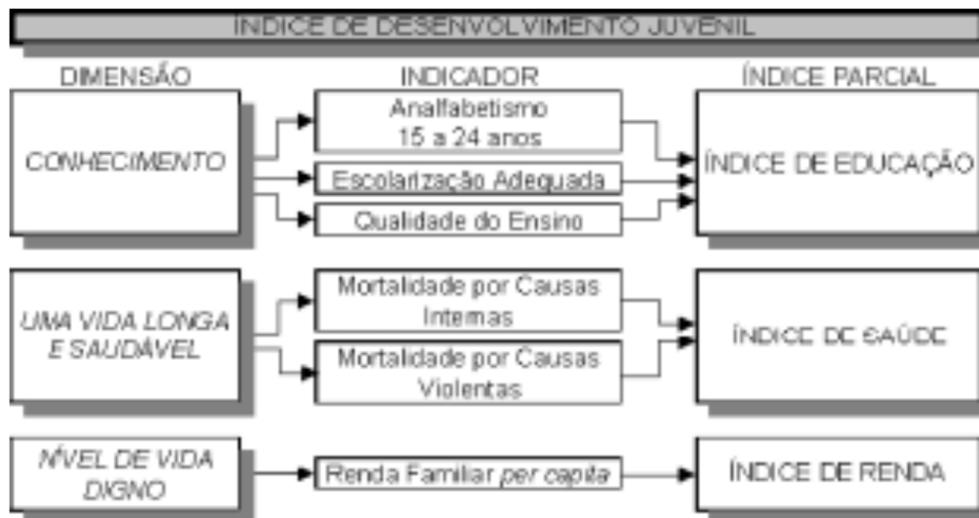
Em decorrência, a partir dos anos 2000, as Universidades começam a ampliar a discussão teórica e conceitual sobre a categoria juventude. São instituídos os primeiros Observatórios da Juventude na Universidade Federal Fluminense – UFF - e na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Posteriormente, a Universidade Católica de Brasília lança o Observatório de Violência das Escolas em parceria com a UNESCO, o qual “foi responsável por diversas publicações e pesquisas que serviram e servem de referência para implantação de políticas públicas de juventude” (BRASIL, 2011, p. 20). De maneira que o início dos anos 2000 é marcado por intensa agenda de discussão sobre juventude em diversos setores da sociedade.

No ano 2002, é realizado o seminário nacional “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”, organizado pela ONG Ação Educativa e pela Fundação Friedrich Ebert, evento considerado um marco na trajetória da efetivação das políticas de juventude, pois

Conseguiu reunir, de maneira ampla, pesquisadores, gestores, ONGs e grupos juvenis para delimitar e debater, com suporte nas experiências nacionais e internacionais apresentadas, questões cruciais do campo das políticas públicas de juventude. (BRASIL, 2011, p. 20).

A partir de então o Instituto Cidadania<sup>21</sup> lança o “PROJETO JUVENTUDE” que apresentava a proposta de organizar um mapa composto pelas questões que afetam a realidade de jovens brasileiros, bem como, construir um plano que conseguisse sistematizar diretrizes como propostas de enfrentamento às demandas relacionadas pelo mapa. Em 2003, a UNESCO lança o relatório de desenvolvimento Juvenil e cria o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), indicador do nível de desenvolvimento social e econômico dos jovens do Brasil, que tem como parâmetro os critérios do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com pretensão de sistematizar o monitoramento do nível de vulnerabilidade juvenil. Os critérios são semelhantes aos do IDH e são compostos pelas dimensões: educação, saúde, renda e ocupação, conforme figura abaixo.

Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Juvenil



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Juvenil - 2003.

<sup>21</sup> O Instituto Cidadania é uma organização não governamental que teve como objetivo contribuir com a elaboração do plano de ação governo, a partir do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

As ações que se desenvolveram com o Projeto Juventude, contribuíram para o avanço das discussões e sistematizações das demandas da população jovem no Brasil. Em decorrência, criou-se a Proposta de Emenda Constitucional 394/2005, conhecida como PEC da Juventude, que propõe alterar a redação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 do Brasil incluindo a expressão “jovem”, como sujeito de direitos e deveres. Essa proposta se dá pelo fato de que os indivíduos jovens não estavam contemplados no referido artigo da constituição, vigente e percebeu-se que isso acarretava graves consequências para a realidade social da juventude devido à ausência de direitos e, por conseguinte, ausência de políticas públicas de juventude, corroborando ainda mais para o aumento das mazelas sociais que afligiam este grupo geracional. A aprovação da PEC da Juventude, em 2013, resultou na elaboração do estatuto da Juventude.

Instituído pela Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude decorre de luta histórica dos movimentos de juventude organizados e representa o primeiro marco legal brasileiro específico a reconhecer as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos como sujeitos de direitos. (BRASIL, 2014, p. 12).

Em 2004, o presidente Luís Inácio Lula da Silva cria o Grupo Interministerial de Juventude (GI), que teve como objetivo elaborar a Política Nacional de Juventude – PNJ. O GI sistematizou o diagnóstico sobre a realidade da juventude brasileira e mapeou ações governamentais que atendiam o público jovem.

O grupo, formado por representantes de 19 ministérios e secretarias especiais, mapeou dados sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros, os programas federais voltados para eles, os desafios para construção de uma política nacional de juventude e recomendações para a elaboração desta política. (BRASIL, 2014, p.22).

Em 2005, é criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ). No mesmo ano, como resultado do diagnóstico realizado pelo GI, o governo Federal sanciona a Política Nacional de Juventude, que é aprovada em 2006, quando se profere o parecer ao Projeto de Lei nº 4.530/2004. Criou-se uma política nacional integrada de juventude que tinha como foco a inclusão social por meio da educação, qualificação profissional e ação comunitária. Neste cenário nasce a primeira experiência do ProJovem, assim como a primeira resposta do governo federal, às demandas da população jovem, como fruto das discussões da sociedade civil sobre juventude.

Desde então, a preocupação com as mazelas sociais que atravessam a existência da juventude ganhou espaço específico na agenda governamental em todos os

níveis de governo. Foram criados conselhos municipais de juventude em diversas cidades do país. O processo de visibilidade da juventude despertou o interesse crescente em diversos atores sociais: Estado, sociedade, universidades, ONG's, partidos políticos e movimentos religiosos.

No ano de 2008, a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude é realizada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Com o tema “Levante sua bandeira”, a conferência contou com a participação de jovens de todo país, de diversas realidades sociais, culturais, religiosas e políticas. Segundo os dados do CONJUVE (2009), a conferência nacional foi precedida de 596 conferências municipais preparatórias, 245 conferências eletivas, 882 conferências livres<sup>22</sup> e 27 conferências estaduais. Como forma de monitorar e acompanhar os encaminhamentos da conferência, as organizações da sociedade civil que compõem o CONJUVE criaram o Pacto pela Juventude<sup>23</sup>.

Em 2011, realizou-se a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Tramitava no Congresso Nacional a Emenda Constitucional 65, que tinha como proposta incluir a expressão “jovem” no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto de Juventude. A 2ª Conferência, que teve como tema: “Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos”, foi um processo estratégico para pressionar o Congresso na aprovação das referidas demandas.

O processo de construção da Política Pública de Juventude no Brasil se deu na década em que houve o maior crescimento populacional deste segmento etário, tanto quanto, aumento de homicídio de jovens, bem como o envolvimento de jovens com a violência e a criminalidade. Segundo o Mapa da Violência (2014), o Brasil registra, em média, cerca de trinta mil homicídios de jovens por ano. De maneira que “a violência que acerca os jovens tem sido motivo de preocupação crescente no país.” (CASTRO, AQUINO, 2008, p.26).

Diante desse cenário, o estado da Bahia cria o Pacto pela Vida em 2011, com o objetivo de somar esforços públicos para impactar essa realidade. Em 2013, o Governo Federal lança o Plano Juventude Viva. Sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, o

---

<sup>22</sup> As conferências livres não são, necessariamente, governamentais. Foi uma inovação da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude.

<sup>23</sup> Os dados e informações citados, neste e nos próximos parágrafos, sobre as conferências de Juventude foram coletados no site: [www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br).

plano propõe responder à maior demanda apresentada na 1ª Conferência Nacional de Juventude realizada em 2008 e novamente apontada na 2ª Conferência Nacional de Juventude em 2011: o combate ao extermínio da juventude. A metodologia do plano propõe reunir ações que possibilitem a redução da vulnerabilidade de jovens negros que se encontram em situações de violência física e simbólica, por meio de oportunidades que promovam a inclusão social e a autonomia de jovens com idade entre 15 e 29 anos. Com o objetivo de ampliar os direitos da juventude o Plano criou ações para a “desconstrução da cultura da violência” (BRASIL, 2011, p. 19).

Ainda no ano de 2013, foi aprovada a proposta de Emenda Constitucional 65 e criado o Estatuto da Juventude, lei 12.852/2013, instrumento jurídico que dispõe os direitos da população com idade entre 15 e 29 anos e prevê onze direitos específicos: Direito à Igualdade; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito à Cultura; Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; Direito à Cidadania; à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Saúde; Direito à Educação; Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. O Estatuto da Juventude assegurou, portanto, diversos direitos pleiteados. “Com sua entrada em vigor em fevereiro do ano corrente, uma série de direitos foi assegurada aos cidadãos jovens de acordo com as suas especificidades.” (BRASIL, 2014, p.12).

Conforme previsão constitucional, no ano de 2015 foi convocada a 3ª Conferência Nacional de Juventude. Com o tema “As várias formas de mudar o Brasil”, teve como objetivo reconhecer e potencializar formas de expressão juvenil, bem como fortalecer o combate ao preconceito. Os encaminhamentos das propostas e resoluções desta conferência tiveram, como grande marca, a ampliação do debate via internet. Foi uma conferência com um tom um pouco diferente das outras, pois o país vivenciava uma crise política e havia incerteza sobre a continuidade da SNJ diante do cenário da nova organização governamental após a reeleição da presidenta Dilma. Que propunha unir a pasta de juventude à pasta do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Tendo em vista este contexto, os jovens participantes desta conferência criaram um movimento pela defesa da permanência da SNJ.

Como produto da 3ª Conferência Nacional de Juventude, um mês após sua realização, é lançado, em janeiro de 2016, o Documentário “As várias formas de mudar o Brasil”, que buscou registrar e documentar a experiência vivenciada. Em maio de 2016, foi realizado o Seminário Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e

perspectivas, que objetivava discutir sobre a efetivação das propostas que foram construídas nas três conferências de juventude nos anos de 2008, 2011 e 2015. Ainda no primeiro semestre de 2016, foi lançada a Identidade Jovem, documento que possibilita aos jovens os benefícios de meia-entrada e vagas gratuitas ou com desconto para viagens interestaduais. Esta foi uma conquista da lei 12.852/2013.

Em 2016, em meio à grande crise do cenário político nacional, a SNJ é vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República pelo presidente Michel Temer. O rearranjo foi considerado um grande retrocesso pelo segmento que atua na área, podendo sinalizar para a possibilidade de extinção do órgão, que tem passado por momentos de muita instabilidade.

O contexto das políticas públicas de juventude no Brasil, assim como as políticas públicas de forma mais ampla, é fruto da correlação de força entre governo e sociedade civil e se organiza da seguinte forma:

Quadro 1 - Contexto das políticas públicas de juventude

SNJ	- Secretaria Nacional de Juventude – vinculada à Secretaria de Governo
CONJUVE	- Conselho Nacional de Juventude: caráter consultivo, composto por 60 representantes, sendo 20 do poder público e 40 da sociedade civil. Tem a função de contribuir para assegurar a ampliação da participação cidadã dos e das jovens.
CENÁRIO	- Crescente visibilidade do tema juventude, preocupação com o fenômeno social marcado pela desigualdade social, grande investimento dos meios de comunicação, multiplicação de ações e programas.
DESAFIOS	- Desvincular da política pública para Criança e Adolescente; - Maior envolvimento com a política de Assistência Social.

Fonte: Elaborado pela autora. Com dados coletados em: BRASIL, 2007. Juventude: Tempo presente ou tempo futuro? Dilema em propostas de políticas de juventudes.

Quadro 2 - Linha do Tempo: Histórico da Construção da Política Nacional de Juventude

<b>LINHA DO TEMPO</b>	
1965	Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos
1985	Ano Internacional da Juventudes
1990	ECA
1992	OIJ (Organização Ibero-americana de Juventude)
1993	Semana Nacional do Jovem.
1995	I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude
1998	I Festival Nacional de Juventude
2002	Seminário: “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”
2003	CEJUVENT (Comissão Especial para acompanhar e estudar propostas de PPJ)
2003	Semana Nacional da Juventude
2003	PROJETO JUVENTUDE
2004	Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ);
2005	Política Nacional de Juventude (Lei nº 11.129/2005)
2008	1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude
	Ano Íbero-americano de Juventude
	Aprovação da PEC da Juventude
	Pacto Pela Juventude
	Aprovação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013)
2011	2ª Conferência Nacional de Juventude
2013	Estatuto da Juventude
	Lançamento do Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva
2015	3ª Conferência Nacional de Juventude
2016	Lançamento do Documentário “Várias formas de mudar o Brasil”
	Seminário Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e perspectivas

	ID Jovem

Fonte: Tabela elaborada pela autora.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Com base em dados de:

Rede Juventude Cidadã, disponível em <[www.juventude.org.br](http://www.juventude.org.br)>, acesso em 27 ago.2017.

Organismo Internacional de Juventud, disponível em < <https://oij.org/2017/02/15/oij/> > acesso em 27 ago.2017.

Mapa da Violência - Flacso Brasil, disponível em <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>, acesso em 27 ago.2017.

### 3 Capítulo 3 -Programa Nacional de Inclusão de Jovens – O ProJovem Urbano - PJU

#### 3.1 O contexto sócio político em que surge o PJU

O ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, foi criado com a proposta de atender jovens excluídos do sistema de ensino. A primeira versão do ProJovem foi criada no ano de 2005 por meio de medida provisória e contemplava jovens com idade compreendida entre 18 e 24 anos, que haviam terminado a quarta série do ensino fundamental, sem, contudo, ter concluído a oitava série do ensino fundamental e que não possuía vínculo formal de trabalho. Nesta primeira versão, o programa foi pensado para ser executado apenas nas capitais brasileiras e tinha caráter emergencial e experimental.

O objetivo central do ProJovem se pautava pela certificação do ensino fundamental e trouxe como slogan: “Conhecimento e oportunidade para todos” (BRASIL, 2005<sup>25</sup>). O ProJovem foi instituído no período da criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e do Conselho Nacional de Juventude - CNJ, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva por meio da Medida Provisória de número 238 (MP 238, 2005), de 01/02/2005, sendo vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República.

A medida 238/2005 transformou-se em lei no mesmo ano e, de acordo com a avaliação realizada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem (SMA)<sup>26</sup>, coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, a implantação da SNJ, do CNJ e do ProJovem “representou um novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade, vulnerabilidades e

---

<sup>25</sup> Dado disponível em: [http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto\\_pedagogico\\_projovem\\_PPI.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_PPI.pdf). Acesso em 21/10/015.

<sup>26</sup> O SMA foi criado com proposta de supervisionar as condições em que o Programa era ofertado localmente, realizar a avaliação externa dos alunos, o monitoramento das matrículas, frequência e a realização das atividades pedagógicas e ainda para avaliar o Programa de maneira geral. Coordenado pela UFJF, a execução se deu por meio de convênio entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e sete Universidades Federais que tinham como critério atuar de forma regionalizada, ficando a divisão da seguinte forma: Universidade Federal do Pará ( UFPA ): na Regional Norte; Universidade Federal da Bahia (UFBA): na Regional Nordeste I; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): na Regional Nordeste II; Universidade de Brasília (UnB): na Regional Centro-Oeste; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): na regional Sudeste I; Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): na Regional Sudeste II; Universidade Federal do Paraná (UFPR): na Regional Sul.

potencialidades”. (BRASIL, 2008, p.22) constituindo-se como um marco na trajetória histórica de Políticas Públicas de Juventude. O relatório de avaliação da primeira experiência do ProJovem produzido pelo SMA, registrou a matrícula de 176 mil jovens.

Em outubro de 2005, o PJU é regulamentado por meio do Decreto nº 5.557, de 05/10/2005, que define a finalidade do Programa:

Executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma experimental prevista no artigo 81 da Lei nº 9.394/96, a elevação do grau de escolaridade dos jovens visando à conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. (BRASIL, 2005)

Ainda em 2005, o ProJovem foi aprovado pela Câmara de Educação Básica - CEB do Conselho Nacional de Educação - CNE como curso de caráter experimental fundamentado no artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que preconiza: “É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta lei”. (BRASIL, 1996). Mesmo não sendo um programa criado pela secretaria de educação, se fez necessária a aprovação da CEB, tendo em vista que o programa certificava a conclusão do ensino fundamental aos jovens que conseguissem concluir o ciclo de 12 meses e cumprir com os critérios estabelecidos de participação, presença e avaliação<sup>27</sup>. Na primeira versão, foi estabelecido como critério para participar do ProJovem, ter concluído a quarta série e não ter concluído a oitava série do ensino fundamental e ainda, não ter vínculo empregatício (BRASIL, 2005, art.2º). Por educação, o PPI do PJU entende a seguinte definição:

No contexto do ProJovem Urbano, concebe-se a Educação como processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com o projeto histórico de uma sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a auto-realização e o desenvolvimento das pessoas. É atribuição e responsabilidade de múltiplas agências: a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional e, é claro, a escola. No ProJovem Urbano é considerada como direito fundante da cidadania, apresentado-se como Formação Básica que inclui o domínio das linguagens e dos conhecimentos necessários para compreender a vida social e o mundo do trabalho, de modo a participar deles como cidadão. (BRASIL, 2008, p. 150).

---

<sup>27</sup> Para conseguir a certificação era necessário ter, no mínimo, 75% de presença e de realização das atividades presenciais mensais elaboradas por unidade e ainda, realizar o exame nacional externo e os trabalhos exigidos.

A educação de jovens e adultos está assegurada na LDB – Lei nº 9394/1996 – que preconiza que o sistema de ensino deve criar metodologias próprias às condições específicas da realidade de jovens e adultos. Essa garantia é importante, tendo em vista o grande número de jovens e adultos que ainda não concluíram o ensino fundamental no Brasil, de acordo com os dados apresentados no capítulo anterior que retratam essa realidade<sup>28</sup>. A educação é considerada pelo ProJovem como direito fundamental para inclusão social.

No ProJovem Urbano é considerada como direito fundante da cidadania, apresentando-se como Formação Básica que inclui o domínio das linguagens e dos conhecimentos necessários para compreender a vida social e o mundo do trabalho, de modo a participar deles como cidadão. (BRASIL, 2008, p. 150).

Observa-se que o ProJovem busca garantir esse direito por meio de processo de ensino fundamentado na perspectiva de Freire (1979), que preconiza que “ninguém educa ninguém”. (FREIRE, 1979, p. 14). Nesse sentido, o programa propõe que o educador é um mediador e não alguém que transfere conhecimentos, ou seja, o sujeito que há de mediar a construção do conhecimento pelos jovens.

Neste Projeto, entende-se o ensino como uma intervenção educacional/pedagógica, deliberada e planejada, que cria situações desafiadoras e propõe problemas que estimulem o orientem os alunos na construção e reconstrução de suas aprendizagens. Como ação subordinada a um programa educacional, articula as demandas sociais por cidadãos escolarizados com as necessidades de auto-realização das pessoas. Como relação pedagógica, implica a mediação do educador entre o conhecimento e o aluno. (BRASIL, 2008, p. 150).

O debate sobre a criação de metodologia específica para o ensino, voltada para a realidade de jovens, é considerada por muitos autores como importante. Dayrell (2003), expõe que os processos educativos destinados à jovens, devem considerar aspectos próprios dessa fase e criar um espaço que propicie as especificidades da vivência juvenil.

Nessa perspectiva, a escola se torna um centro juvenil, um espaço de encontro, de estímulo à sociabilidade, onde os jovens possam ter a possibilidade de descobrirem-se diferentes dos outros, e principalmente aprender a respeitar estas diferenças. Um espaço de aprendizagem das regras e vivências coletivas e do exercício da participação. Todos esses aspectos centrais na construção de

---

<sup>28</sup> Segundo dados da PNAD (2009), existem no Brasil cerca de 4,5 milhões de jovens que não concluíram o ensino fundamental.

identidades positivas e na elaboração de projetos de vida. (DAYRELL, 2003, p. 4).

O autor cita que existe também uma parcela considerável de jovens que não se identifica com o modelo de educação formal e demanda, portanto, metodologias específicas. Segundo Freire (1979), a proposta metodológica do trabalho educativo, deve ser pensada e contextualizada histórica, cultural e politicamente. Nesse sentido, o PJU foi o primeiro programa destinado a criar meios de possibilitar a inclusão social de jovens em nível nacional e propor metodologias alternativas para o ensino de jovens, considerado como um “componente estratégico” (LEÃO, NONATO, 2012, p. 835) no atendimento à jovens. A avaliação da metodologia específica criada pelo Programa é registrada da seguinte maneira:

Além disso, em comparação com a educação de jovens e adultos e as classes noturnas, os resultados dos alunos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem registram proficiências médias substantivamente mais elevadas” (BRASIL, 2008, p. 34).

Em decorrência, é possível perceber que o desenho da proposta pedagógica do ProJovem se orienta na perspectiva de abertura à compreensão e ao diálogo com a realidade juvenil, de maneira a ressaltar o contexto histórico, cultural e político no qual se insere os sujeitos jovens na atualidade. A proposta pedagógica do PPI do PJU se organiza em três dimensões – os espaços, os tempos e o material didático. Essas dimensões orientam o caminho a ser seguido na execução do ProJovem.

Na organização pedagógica dos espaços, o programa se organizou por meio de núcleos, que atendiam, em média, 150 alunos distribuídos em até cinco turmas que deveriam ter, até no máximo, 30 alunos. Preferencialmente, os núcleos funcionavam em escolas municipais e eram territorializados, de maneira que ficassem próximos aos domicílios dos jovens. Cada núcleo deveria contar com laboratório de informática que pudesse ser utilizado tanto por educadores, tanto por jovens. As visitas realizadas fora do espaço da escola também eram considerados como espaços pedagógicos. Foi pensada e criada, a proposta da estação juventude, que teria como proposta ser referência para os jovens. O ProJovem se esforçou em reconhecer o protagonismo dos jovens e o espaço da cidade, que também educa. Entretanto, o levantamento feito pelo SMA, identificou que funcionou apenas para a própria administração escolar. Ainda de acordo com dados do relatório do SMA, 246.516 jovens realizaram matrícula no ProJovem. Entretanto, somente 27,1% conseguiu concluir o curso e obter a certificação do ensino fundamental. Percebe-se que o número de evasão foi bem alto, ponto que merece ser melhor analisado.

Na organização pedagógica dos tempos, foi pensado um currículo com 1600 horas, divididas entre presenciais e não-presenciais e que deveria ser cumprida, sem intervalo para férias, em 12 meses. Os tempos foram divididos em quatro unidades formativas.

O Programa propõe estratégias que reconduzem os jovens para os sistemas educacionais, criando e validando múltiplas formas e múltiplos espaços de aprendizagem, de modo a ampliar o acesso aos sistemas de ensino e aumentar a probabilidade de permanência neles. Para tanto, cria uma organização curricular inovadora e flexível, cujo maior desafio é romper com duas clássicas dicotomias: educação geral X formação profissional e educação X ação cidadã. (BRASIL, 2005, p.17)

Na figura três, é possível visualizar como se dispõe a articulação proposta pelo PJU entre educação geral, formação profissional e participação cidadã.

Figura 3 - Organização da Carga Horária Semanal

PROJOVEM - Conh

98

**Quadro 7: Carga horária Semanal**

Dimensão/ Componente Curricular	UF I	UF II	UF III	UF IV	UF V	UF VI
Ensino Fundamental	10	10	10	10	10	10
Trabalho Interdisciplinar /Integração	3	3	3	3	3	3
Informática	1	1	1	1	1	1
<b>Total Formação Básica</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
Formação Técnica Geral	4	3	3	2	-	-
Arcos ocupacionais	1	2	2	3	5	5
<b>Total Qualificação Profissional</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Participação Cidadã	1	1	1	1	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>

Fonte: BRASIL, 2008, p. 98.

Na organização pedagógica do material didático, criou-se quatro guias de estudo e dos educadores. Cada guia era multidisciplinar e traduzia o currículo criando

situações de ensino e aprendizagem. Eram constituídos de eixos que estruturavam, a partir de temas que falassem da realidade do público do programa. Os temas propostos eram:

Unidade Formativa I: Juventude e Cidade; Unidade Formativa II: Juventude e Trabalho; Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação; Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania. (BRASIL, 2008, p. 38).

Nas figuras quatro e cinco, é possível visualizar como se dispõe, no conteúdo programático, a articulação dos temas de estudo com a realidade do público para o qual se direciona.

Figura 4 - Organização dos Temas I

**Quadro 2 – Temas integradores da Unidade Formativa I**

Eixo estruturante, ↓	Tópicos de C. Humanas	Tópicos de L. Portuguesa	Tópicos de Inglês	Tópicos de Matemática	Tópicos de C. da Natureza	Tópicos de Qualificação Profissional	Tópicos de Participação Cidadã
I Juventude e Cultura	Ser jovem hoje A cultura da comunidade em que vivo (saberes, fazeres, crenças e expressões artísticas) Sofrer preconceitos e discriminação... Minha turma tem boa qualidade de vida? Os hábitos culturais de minha comunidade respeitam a Natureza?						

Projeto Pedagógico Integrado – Projovem Urbano

Fonte: BRASIL, 2008, p. 75.

Figura 5 - Organização dos Temas II

Quadro 3 – Temas integradores da Unidade Formativa II

Eixo estruturante, ↓	Tópicos de C. Humanas	Tópicos de L. Portuguesa	Tópicos de Inglês	Tópicos de Matemática	Tópicos de C. da Natureza	Tópicos de Qualificação Profissional	Tópicos de Participação Cidadã
II Juventude e Cidade	Viver na cidade Meu bairro, meu território A violência urbana invade o dia-a-dia dos jovens? Educação, trabalho e lazer ao alcance de todos? Saneamento básico é importante...						

75

Fonte: BRASIL, 2008, p. 75.

Foram também desenvolvidos os guias da qualificação profissional, as sínteses integradoras, o plano de ação comunitária, o projeto de orientação profissional, o caderno de registro de avaliações e a agenda do estudante. Segundo o relatório do SMA, o material didático teve boa adesão e foi bem avaliado, tanto por professores, tanto por jovens.

O SMA considerou eficiente a proposta pedagógica desenvolvida pelo ProJovem, tendo em vista o fato de

Basear-se em novos paradigmas, constituindo sua proposta curricular a partir de conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem, considerado a partir de conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação. Ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o Programa buscou oferecer oportunidade para que os jovens experimentassem novas formas de interação, se apropriassem de novos conhecimentos, reelaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionando quanto a sua inserção social e profissional. (BRASIL, 2008, p. 32)

A idade mínima para ingresso na modalidade de educação de jovens e adultos estabelecida pelo parecer 11 do Conselho Nacional de Educação – CNE está fixada em 14 anos para o ensino fundamental e 17 anos para o ensino médio. O perfil de jovens que abandonam os estudos é diversificado, por isso se pensa em criar estratégias de ensino das mais diversas para atender esse público.

Não obstante o fato de que alguns jovens abandonam os estudos por não se identificarem com a escola e as metodologias tradicionais de ensino, de acordo com estatísticas levantadas pelo SMA, a maioria dos jovens abandonam os estudos devido a necessidade de garantirem sua sobrevivência e, para tanto, precisam ingressar o mercado de trabalho. Segundo o SMA

25% dos alunos do PJU são referência ou arrimo de família (...). A necessidade de trabalhar, ainda que sem carteira profissional assinada ou em atividade informal, mostra-se de fato como uma das principais barreiras ao esforço de recrutamento e permanência no curso. Em alguns casos, a própria obtenção de emprego com carteira assinada foi indicada como causa de evasão do Programa. (BRASIL, 2008, p.31)

Os dados apresentados pelo SMA reforçam que existe demanda desse público, para além de metodologia específica de ensino, de se criar estratégias que consigam garantir o direito à educação de jovens e, por conseguinte, a permanência destes na escola, de maneira que os critérios estabelecidos consigam dialogar com a realidade de jovens que necessitam conciliar trabalho e estudos para sobreviverem.

[...] pretende ultrapassar o campo das intenções para promover situações pedagógicas que efetivamente favoreçam a construção do protagonismo juvenil. Isso implica criar estruturas, tempos e espaços de aprendizagem vinculados aos objetivos do programa e planejar ações nas quais se concretizem as experiências julgadas fundamentais para o processo de inclusão pretendido (BRASIL, 2008, p. 34).

Percebe-se, assim, que o processo educativo para jovens pobres e trabalhadores é atravessado por diversas dificuldades. Gomes (1997), analisa a realidade de jovens urbanos pobres e destaca o desafio “de escolarização de crianças e de jovens urbanos da classe operária.” (GOMES, 1997, p. 2). Dessa forma, estudo feito pelo SMA conclui que a permanência dos jovens no PJU depende de fatores relacionados às condições de vida dos jovens e evidencia que muitos dos jovens não conseguem concluir o curso por não conseguirem conciliar estudos e trabalho. Expressando assim que:

No Brasil, as principais dessas *certezas* talvez sejam: é crescente a demanda por educação nas camadas populares, o que indica o valor a ela atribuído nesse nível de classe; a grande maioria das crianças que ingressam nas escolas de primeiro grau apresenta dificuldades de aprendizagem e de ajustamento, o que

explica, em grande parte, os elevados índices de repetência, de *fracasso* e de *evasão-expulsão* escolar; a luta pela estrita sobrevivência é responsável pelo trabalho precoce de amplo contingente infante-juvenil que, por esse motivo, *abandona* a escola; as oportunidades de emprego dependem do nível de escolaridade alcançado; (GOMES, 1997, p. 53).

A tentativa do programa em se tratar a questão da sobrevivência de jovens que abandonam os estudos porque precisam trabalhar, foi o auxílio financeiro no valor de cem reais. O auxílio financeiro era pago pelo governo federal em conta simplificada e isenta de impostos. Deveria ser repassado ao jovem tendo como condicionante a frequência às aulas e a entrega dos trabalhos, de maneira que o jovem deveria ter, no mínimo, 75% de presença em cada unidade formativa e entregar, ao menos, 75% dos trabalhos por mês. Entretanto, observa-se que o SMA não desenvolveu uma avaliação mais cuidadosa sobre o valor do auxílio financeiro e se este consegue, de fato, contribuir para a permanência dos jovens no curso.

De acordo com Frigotto; Ciavatta e Ramos (2005), o auxílio financeiro recebido pelos jovens, não é considerado o suficiente para a garantia da sobrevivência e, por conseguinte, da permanência dos jovens no programa. “O preceito fundamental é a garantia, pelo Estado, de uma renda mínima que leve o jovem a retornar à escola, tendo, para isso, uma fonte de renda que compense o que ganharia trabalhando de forma precária.” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 18).

Ao final de cada unidade formativa, realizava-se uma avaliação do aproveitamento por meio de uma prova. Os jovens aprovados passavam para a próxima unidade formativa. As notas de cada avaliação aplicada ao final de cada unidade formativa somavam-se e resultavam na nota final da participação do jovem no programa, indicando se estava apto à certificação do ensino fundamental. Aos jovens que não conseguiam obter a pontuação mínima de cada unidade, era oferecida a possibilidade de uma espécie de “reforço” pelos próprios educadores do programa.

Na gestão do programa, o governo federal ficou como referência para realização do auxílio financeiro concedido aos jovens, do pagamento do salário dos educadores e gestores, da produção e distribuição de todo material didático, da compra de computadores e impressoras e da formação dos educadores. As prefeituras ficaram responsáveis pelo espaço físico, pela garantia da utilização das bibliotecas, dos equipamentos de multimídia e por garantir o funcionamento integral do programa.

Outro dado considerado importante que o relatório do SMA apontou, revela o alto índice de evasão de jovens. O fenômeno da evasão escolar é estudado por diversos autores, sendo que muitas podem ser as causas.

Do vasto e intrincado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. (LUSCHER; DORE, 2011, p. 152).

Os artigos lidos que tratam a questão da evasão no ProJovem, bem como o próprio relatório do SMA, apresentam grande diversidade de causas apontadas pelos jovens, sendo que há destaque para a dimensão da sobrevivência. É possível, dessa forma, refletir sobre o real papel da educação na vida desses jovens. Kuenzer (2002) alerta que o trabalho pedagógico, na sociedade capitalista, tem como principal função, responder as demandas do mercado.

Em uma sociedade dividida em classes, onde as relações sociais são de exploração, ele desempenhará a função de desenvolver subjetividades tais como são demandadas pelo projeto hegemônico, neste caso, o do capital. Neste sentido, pode-se afirmar que a finalidade do trabalho pedagógico, articulado ao processo de trabalho capitalista, é o disciplinamento para a vida social e produtiva, em conformidade com as especificidades que os processos de produção, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, vão assumindo (KUENZER, 2002, p. 5).

Nesse sentido, é possível compreender que se pretende formar mão de obra cada vez mais preparada para produzir mais. Constituindo-se, assim, a formação de “trabalho útil” (MARX, 2012, p.26), que atende e responde as imposições de níveis cada vez mais elevados de escolaridade e que determina “o critério mais relevante a ser requerido para o ingresso e a permanência no emprego, em decorrência das novas condições de trabalho” (GOMES, 1997, p. 2).

### 3.2 Os Pressupostos dos Documentos do PJU

O governo federal, na primeira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, lança no ano de 2005 a PNJ, que tem sua expressão na SNJ e no CONJUVE.

Em 2008, após o relatório de avaliação do SMA, o ProJovem para por uma reformulação. Visando desenvolver uma política nacional integrada, é criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem

Integrado, por meio da Medida Provisória nº 411/07. Nesta versão, a faixa etária e o período do curso se ampliou, passando o curso a ter duração de 18 meses e a atender jovens com idade entre 18 a 29 anos. Foram criadas quatro modalidades de atuação distintas, o ProJovem Urbano – antigo ProJovem, que permaneceu sob responsabilidade da SNJ e da Secretaria-Geral da Presidência da República; o ProJovem Adolescente – antigo Agente Jovem, que ficou sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o ProJovem Trabalhador – antigos Consórcio Social de Juventude, que ficou sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego; Juventude Cidadã e Escola de Fábrica e o ProJovem do Campo – antigo Saberes da Terra, que ficou sob responsabilidade do Ministério da Educação. O quadro 3 na página seguinte, mostra alterações ocorridas nas nomenclaturas e as principais mudanças quanto à delimitação do público atendido por cada modalidade.

Este estudo dedicou-se ao estudo da modalidade ProJovem Urbano - PJU, tendo em vista sua especificidade em dialogar com a relação trabalho-educação na perspectiva de inclusão social por meio da elevação da escolaridade, a qualificação profissional e o exercício da cidadania.

Quadro 3 - Programas destinados a jovens incorporados ao ProJovem Integrado

<b>Programas anteriores</b>	<b>Nova denominação</b>	<b>Principais mudanças</b>
Agente Jovem	ProJovem Adolescente	Extinção do auxílio financeiro de R\$ 65,00. Prioriza os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família
ProJovem	ProJovem Urbano	Ampliação da faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos. Ampliação da duração do programa de 12 para 18 meses. Extensão para as unidades prisionais e de adolescentes em conflito com a lei. Expansão prioritária para municípios acima de 200 mil habitantes.
Consórcio Social de Juventude Juventude Cidadã Escola de Fábrica	ProJovem Trabalhador	Manutenção dos objetivos de capacitação.

		Alteração da faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos.
Saberes da Terra	ProJovem do Campo	Delimitação da faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos. Inclusão do auxílio mensal de R\$100/jovem atendido

Fonte: Elaborado pela autora, com dados coletados de Diretoria de Estudos Sociais do IPEA (2009), conforme dados pesquisados nos ministérios setoriais.

Em agosto de 2008, o Conselho Nacional de Educação – CNE e a Câmara de Educação Básica – CEB, aprecia e aprova o Projeto Pedagógico Integrado e autoriza o funcionamento do PJU por meio do Parecer CNE/CEB Nº 18/2008. O parecer, homologado em 12/11/2008, discorre que o PJU é um programa estratégico da PNJ do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, resultante de um redesenho, após relatório realizado pelo SMA, do ProJovem que aponta para a ampliação do programa.

O ProJovem Integrado constitui a primeira Política Nacional de Juventude, criada pela SNJ e gerida por todos os níveis governamentais de implementação, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tal integração demandou o envolvimento de diferentes ministérios, constituindo-se assim o Grupo Temático – GT Juventude, que reuniu: Secretaria-Geral da Presidência da República, Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e do Planejamento.

As reflexões, análises e avaliações feitas pelo GT Juventude, tiveram como principal subsídio o relatório produzido pelo SMA e indicaram “caminhos para a realização do propósito da Presidência da República de promover um programa amplo e diversificado de inclusão social dos jovens brasileiros” (BRASIL, PPI do PJU 2008, p. 13). O ProJovem Urbano, modalidade analisada neste estudo, tem como objetivo:

[...]promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidade de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania. (BRASIL, 2008, p. 14).

A proposta do PJU de elevação da escolaridade de jovens que não concluíram o ensino fundamental, pretendeu intervir na realidade vivenciada por jovens com baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) e de desenvolvimento humano

educacional (IDHE), esses índices destacam que, “quanto mais desenvolvida e escolarizada é a população, menor o número de excluídos” (BRASIL, 2008 p.47).

O PJU pautou-se pela criação de oportunidades para que jovens excluídos do sistema de ensino, voltassem a estudar. Dessa forma, manteve-se o auxílio financeiro de cem reais. Neste recorte, destaca-se a especificidade urbana desta modalidade de atuação, o PJU foi implementado apenas nas cidades que possuíam população superior a 60 mil habitantes.

No cenário no qual o país vivencia um “boom populacional”<sup>29</sup> de jovens que aguça o quadro<sup>30</sup> de analfabetismo funcional, da exclusão do mercado formal de trabalho, do aumento da violência, da criminalidade e de diversos fenômenos que se agravam em realidades urbanas, uma vez que em realidades rurais as oportunidades de acesso aos direitos sociais – trabalho, educação, profissionalização, lazer, cultura, dentre outros – são ainda mais escassos, a juventude tende a migrar para os centros urbanos, conforme destaca o quadro abaixo:

Quadro 4 - População jovem no Brasil por grupo de idade segundo a situação do domicílio

Situação do domicílio	Grupo de idade		TOTAL De 15 a 24 anos
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Urbana	14.401.006	13.358.020	27.759.026
Rural	3.548.282	2.784.916	6.333.198
Brasil	17.949.288	16.142.936	34.092.224

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

O relatório do SMA reforça a importância do PJU apontando que o grupo populacional de jovens se tornou mais urbano a partir da década de 70. Dessa forma,

[...] a acelerada urbanização do país, a exigência de maior escolaridade para o mercado de trabalho e a afirmação, em textos legais, da educação escolar como um direito de crianças e jovens, decorrente do novo desenho institucional provocado pela transição democrática, são elementos que integram a

<sup>29</sup> Conforme apresentado no capítulo anterior os dados estatísticos do IBGE discorrem sobre o crescimento da população jovem no Brasil nos últimos anos.

<sup>30</sup> Gomes (1997) cita o reconhecimento por parte do governo de que o sistema de educação brasileiro reproduz desigualdades sociais. A reprodução das desigualdades sociais e os altos índices de reprovação e de evasão ainda no ensino fundamental, foi reconhecido em discurso do Ministro da Educação Henrique Paim em audiência pública realizada em 2014: “O número de alunos que concluem o primeiro grau é apenas a metade dos que ingressam, e os níveis de evasão escolar e repetência são muito elevados (...) O sistema reproduz a injustiça social.” Discurso disponível em: [www12.senado.leg.br/hpsenado](http://www12.senado.leg.br/hpsenado).

configuração sociopolítica que pressionou a escola a abrir-se para um público para quem até então era uma realidade distante (SPOSITO, 2004, p. 346).

A realidade do êxodo de jovens do meio rural para o meio urbano, apesar de não ser a causa de todas as mazelas sociais de jovens urbanos, pobres e trabalhadores, impacta diretamente no cenário de constituições e agravamento de vulnerabilidades sociais deste segmento e demanda maior atenção do estado<sup>31</sup>. Percebe-se assim, que existe uma especificidade no atendimento das demandas de jovens urbanos na contemporaneidade, diante das especificidades dos territórios onde vivem e dos históricos que herdaram de suas famílias.

Ou seja, o jovem contemporâneo, habitante dos cortiços e das periferias metropolitanas é, em geral, filho e neto de semi-alfabetizados ou de analfabetos. Dito de outro jeito, a vida escolar dos avós e dos pais do jovem metropolitano pobre, na melhor das hipóteses, foi bastante incompleta e precária, a maior parte sequer chegou a concluir o primeiro grau. (GOMES, 1997, p. 56).

Nesse sentido, “Pensar a juventude urbana pobre brasileira implica, evidentemente pensar a situação mais geral da pobreza no país e a dinâmica de nossos centros urbanos” (NETO, QUIROGA, 2003, p.23 ), uma vez que a concentração de jovens nos centros urbanos produz uma demanda específica de PPJ para essas realidades. As autoras analisam que o reflexo desse fenômeno contribui com a produção de sujeitos que não conseguem se constituir no mercado formal de trabalho e oscilam entre a informalidade e a ilegalidade, ficando cada vez mais distante de constituírem a condição de cidadania, o que expressa a incapacidade do poder público de cumprir com suas funções e garantir o acesso aos direitos sociais de saúde, educação, segurança e trabalho. Em relação aos direitos sociais,

A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo [...]. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social (CARVALHO, 2002, p. 10).

---

<sup>31</sup> Gaudêncio Frigotto(2004), mostra que o MST é uma organização que contribui para minimizar o êxodo de jovens, o movimento, segundo Frigotto, congrega cerca de 20 milhões de pessoas, dentre as quais, muitas crianças e jovens. Em relação à PPJ no meio rural, não se teve acesso à muitos dados

CARVALHO destaca ainda a importância da educação para o exercício da cidadania, que seria fundamental para construir pessoas informadas o suficiente para lutar por seus direitos. É possível supor que o requisito do acesso à formação e informações, possam contribuir com a realidade de jovens que estão excluídos do acesso à diversos direitos.

### 3.3 Jovens em realidade de exclusão social e a proposta do PJU: o significado de inclusão social

A compreensão do conceito de Inclusão Social aborda divergências quanto à sua compreensão. Muito debatido pelas ciências sociais e humanas, é possível utilizá-lo para designar inclusão no mercado de trabalho, na educação formal e nas diversas políticas sociais, assim como para designar o acesso ou o grau de acesso à diversos, bens, serviços e direitos constitucionais. Santos (1996), argumenta que o conceito de inclusão social na área da educação expressa dúvidas epistemológicas.

Ressalta-se que a compreensão da inclusão social deve acompanhar a dinâmica histórica da sociedade, pois sua definição “evolui conforme a época e situação caracterizando-se por uma definição aberta e flexível” (ALVINO-BORBA, MATA-LIMA, 2011, p. 220.), conforme se pode verificar na figura abaixo.

Inclusão social	Fonte
Processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem.	COM, 2003, p. 9
São as políticas sociais contemporâneas que priorizam, equivocadamente, atingir os excluídos que estão no limite das privações através de programas focalizados que sustentam rótulos de “inclusão social”.	Lopes, 2006, p. 22
Processo que visa promover a inclusão dos segmentos em vulnerabilidade social, destacando a cidade, a escola, o emprego e a proteção social.	Kowarick, 2003, p. 75
Refere-se à solidariedade social que é um processo diferente da exclusão social, pois reflete companheirismo.	Barry, 1998, p. 17
A inclusão social de grupos não é meramente simbólica, já que também contém implicações econômicas.	Silver, 2005, p. 138
É uma questão de abertura e de gestão: abertura, entendida como sensibilidade para identificar e recolher as manifestações de insatisfação e dissensos sociais, para reconhecer a “diversidade” social e cultural; gestão, entendida como crença no caráter quantificável, operacionalizável, de tais demandas e questionamentos, administráveis por meio de técnicas gerenciais e da alocação de recursos em projetos e programas (as políticas públicas).	Laclau, 2006, p. 28
Processo pelo qual a exclusão social é amenizada. Caracteriza-se pela busca da redução da desigualdade através de objetivos estabelecidos que contribuam para o aumento da renda e do emprego.	Wixey et al., 2005, p. 16
A inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade. A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos.	Sheppard, 2006, p. 22

Fonte: ALVINO-BORBA, MATA-LIMA, 2011, p. 222.

Este estudo dialoga com a definição estabelecida pelo dicionário de termos técnicos da Assistência Social, que considera Inclusão Social:

Processo que possibilita à população excluída socialmente, partilhar bens e serviços sociais produzidos pela sociedade, garantindo a efetivação dos direitos, acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política. (BELO HORIZONTE, 2007, p. 22).

Este estudo utiliza este conceito tendo em vista que o PJU ao fornecer o benefício do auxílio financeiro aos jovens produz correlação com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS que, na atualidade, é responsável pelo cadastro<sup>32</sup> e

<sup>32</sup> O Cadastro Único é utilizado pelo Governo Federal no Brasil, como instrumento para identificar e caracterizar famílias de baixa renda e para selecionar e incluir essas famílias em programas federais. (<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>)

acompanhamento de todo cidadão brasileiro que recebe algum benefício financeiro por meio de política pública, programa ou projeto social.

É possível verificar, no PPI do PJU, que a proposta de inclusão para a juventude está intrinsecamente correlacionada à educação e ao trabalho. A definição de “trabalho” adotada pelo programa é expressa da seguinte forma:

“Define-se aqui o trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói suas condições de existência. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade; é o espaço onde ele se realiza como produtor de si mesmo e produtor de cultura. Na concepção deste Programa, a Qualificação Profissional, considerando também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda aos jovens participantes e leva-los à autonomia”. (BRASIL, 2008, p. 153-154).

A realidade juvenil na atualidade, ressaltada pelos dados dos índices do IDH, IDJ e IDHE, confirmam que os principais fatores que atravessam a realidade da juventude pobre é a baixa escolarização, o desemprego e/ou o emprego precário.

Assim, como passo inicial para elaborar o currículo do PJU, é importante clarificar o sentido da expressão “viver a juventude estão inscritos num tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais que geram exclusão. No Brasil, tal como pelo mundo afora, os jovens são os mais atingidos, tanto pelas transformações sociais, que tornam o mercado de trabalho excludente e mutante, quanto pelas distintas formas de violência física e simbólica, que caracterizaram a sociedade do fim do século XX e persistem neste início do século XXI. (BRASIL, 2008, p. 55).

É nesse sentido, que o programa propõe a inclusão social de jovens por meio da elevação da escolaridade e da qualificação profissional. Essa proposta expressa a tentativa de se articular frentes diferentes e criar condições que consigam romper o processo de reprodução de desigualdades sociais.

Investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil. (BRASIL, 2005, p.11).

Em 2010, a Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP)<sup>33</sup>, realizou balanço das ações de PPJ que foram desenvolvidas no período de 2003

---

<sup>33</sup> A CAPP é uma instância composta por representantes do poder público e sociedade civil.

à 2010. A análise do relatório produzido pela CAPP considerou os jovens brasileiros com idade entre 18 e 29 anos e, como recorte de jovens excluídos, os que possuíam apenas de uma a sete anos de escolaridade. No relatório produzido por este balanço, considerou-se que

As ações realizadas por este programa têm sido de grande importância social, enquanto mecanismo de resgate dos jovens excluídos do processo educacional, e como iniciativas pedagógicas que apresentam características inovadoras, entre elas a combinação de elevação da escolaridade, com qualificação profissional e trabalho comunitário. (BRASIL, 2011, pg. 41).

Novaes (2007) destaca o cenário em que o programa é implantado no Brasil, em que se intensifica a tensão entre o mundo globalizado e as demandas específicas das pessoas nos territórios em que vivem, “nunca houve tanta integração globalizada e, ao mesmo tempo, nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão e agudos processos de exclusão.” (NOVAES, 2007 p. 02). Iamamoto (2000) expõe a complexidade do processo de exclusão na atualidade em virtude do avanço da globalização:

Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado. [...] Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social. (IAMAMOTO, 2000, p. 18).

Dessa forma, é possível compreender que o processo de inclusão social está correlacionado à organização social. De maneira que a exclusão não é só do sistema educacional. Nesse sentido, considera-se importante ressaltar que a SNJ, ao propor uma política nacional integrada de juventude, tinha como meta o desenvolvimento de ações integradas, por meio de articulação de diversos setores, secretarias e ministérios do governo.

A finalidade básica do programa é a formação integral dos jovens, incluindo a educação básica, a qualificação profissional e a ação social. Suas finalidades específicas envolvem a ampliação da capacidade de produção e comunicação, bem como a inclusão digital e cultural (BRASIL, 2008).

#### 3.4. Os pressupostos de Juventude no PJU: A perspectiva de geração no PPI do PJU

Considera-se importante destacar o fato de o programa se vincular à SNJ, diferentemente de outros programas e projetos na área da educação. Por se tratar de política implantada pela SNJ, o PJU expressa as discussões realizadas no âmbito das PPJ's, que, naquela ocasião, situava-se no momento político de transição assinalando novos rumos do direcionamento político no âmbito da gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse momento é considerado como marco da constituição de políticas de juventude. “Mais do que nunca, orientações que integrem esses caminhos poderão contribuir para o nascimento de novas percepções em torno dos direitos de juventude.” ( SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 16). Na esteira das discussões sobre o momento histórico no que concerne aos direitos da juventude, os autores supracitados defendem que ações públicas, além dos impactos relacionados à concepção, podem “provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens” (Idem). Nesse sentido, o próprio nome do programa, ao destacar a palavra “Jovem” – que inclusive se inicia com letra maiúscula no meio da palavra – já sinaliza a proposta de se enfatizar o sujeito ao qual o programa se direciona.

Tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania, o que implica: afirmar o jovem como sujeito de direitos; valorizar suas expressões culturais seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas; compreender a juventude na perspectiva de geração, que necessariamente aponta para novas relações inter e intra-geracionais e pressupõe um diálogo produtor de escutas e aprendizados mútuos; (BRASIL, 2008, p. 16-17).

Segundo os documentos e diretrizes do PJU, esta proposta busca responder a realidade de exclusão social e ausência de direitos direcionados a esse grupo geracional, adotando uma perspectiva metodológica onde se afirma a condição do jovem “como sujeito de direitos” (BRASIL, 2008, p.15), o que pressupõe a valorização das vivências que são próprias dessa fase da vida e ressaltar características próprias da juventude no que tange a dimensão cultural, de socialização, os valores, a afetividade, entre outras. Dessa forma, frisar qual perspectiva de juventude adotada pelo programa que dialoga e atende as demandas do público alvo. Percebe-se então, que é nesse sentido que a compreensão se pauta na perspectiva geracional.

Juventude é uma noção que expressa sentidos culturais diversos e cambiantes, ao longo da História. Na perspectiva do ProJovem Urbano, a juventude, com sua diversidade, é vista como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho, bem como seu

engajamento social são entendidos como exercício da cidadania. Assim, fica superada a concepção da sociedade ocidental moderna, que considera a etapa da juventude como um tempo de ‘moratória social, de passagem entre a infância e o mundo adulto e, portanto, de preparação para a inserção no mercado de trabalho e para a constituição de nova família’. (BRASIL, 2008. p.151).

Pondera-se que no momento da implantação do PJU, o Estatuto da Juventude ainda não havia sido aprovado, de maneira que os sujeitos jovens ainda não eram contemplados na CF88, fato que só vem ocorrer em 2013 com a aprovação da PEC 65<sup>34</sup>. Portanto, o programa pautava na agenda política, a falta de amparo constitucional para a juventude, diferente da educação, que já estava estabelecida enquanto política pública, com recursos garantidos, leis e diretrizes próprias.

A Educação tem uma seção na Constituição Federal, uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e um Plano Nacional de Educação que a norteiam no País. É uma temática consolidada, diferente da temática Juventude que ainda prescinde de textos legais e de acolhimento no texto constitucional.” (BRASIL, 2006, p. 8).

Esse ponto destaca que a locação do PJU na SNJ e sua vinculação à Secretaria-Geral da Presidência da República foi pensada de forma estratégica. Nesse sentido, também foi estratégica a construção curricular, de modo todo o conteúdo trabalhado foi estruturado a partir do público do PJU:

- Juventude e Cultura;
- Juventude e Cidade;
- Juventude e Trabalho;
- Juventude e Comunicação;
- Juventude e Tecnologia;
- Juventude e Cidadania.

De maneira que,

[...] cada disciplina tem um modo específico de ver a realidade e o conhecimento desses diferentes pontos de vista é importante para que o jovem possa de fato construir sua subjetividade e conquistar sua inclusão social no mundo de hoje. A admissão dessas especificidades, porém, não implica separar, mas sim distinguir as contribuições de cada disciplina (BRASIL, 2008, p. 36).

---

<sup>34</sup> Como já aludido no capítulo anterior, a PEC 65 propõe a inclusão do termo “jovem” na CF88.

Percebe-se assim, que o PPI do PJU se consolida em sintonia com as principais demandas sociais das juventudes. De maneira que as diretrizes pedagógicas e os pressupostos sobre juventude do PJU contemplam as discussões acadêmicas abordadas neste estudo.

“O encontro com os jovens sempre significou encarar uma conjunção de inúmeras condições sociais, culturais e históricas. De sujeitos reais, com vontades, desejos, valores, contestações e dilemas” GROPPPO (2011, p.06 ).

Compreendendo-se método, tal como indicam Lakatos e Marconi (2003, p. 83), como um conjunto de “[...] atividade sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar [...]” determinado objetivo, busca traduzida em “[...] conhecimentos válidos e verdadeiros”, as técnicas e estratégias consideradas nesta pesquisa foram pensadas, obviamente, com o intuito de percorrer o caminho da pesquisa. Ou seja, o método utilizado na busca empreendida é que permitiu trilhar esse caminho com o rigor necessário e identificar possíveis erros, subsidiando e orientando as decisões da pesquisadora. O método a ser utilizado na busca empreendida, é que vai permitir identificar os possíveis erros e subsidiar as decisões de quem pesquisa.

Dentro da estruturação metodológica da pesquisa, são indicados, a seguir, a natureza do estudo, o lócus e o contexto da pesquisa de campo, os sujeitos participantes, bem como os instrumentos e procedimentos da coleta e análise dos dados.

#### 4.1.1 Natureza do Estudo

Segundo Minayo (1999), os pesquisadores contemporâneos tendem a valorizar o mundo vivido do sujeito pesquisado e, assim, utilizam a via qualitativa com o objetivo de conhecer os significados de determinada realidade que não oferece a possibilidade de ser mensurada.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 1999, p. 21 -22).

Tendo em vista a questão geradora deste estudo – quais as contribuições, na vida dos jovens, do processo formativo vivenciado pelos jovens participantes do Programa ProJovem Urbano? – O presente estudo assume esse caráter qualitativo pode ser percebido na sua constituição, considerando sua complexidade na elaboração e na execução e levando em conta a aproximação da pesquisadora com o universo em que os jovens egressos do PJU em Santa Luzia estão inseridos. Entende-se assim que a pesquisa social, de natureza qualitativa, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, que se compõe de fenômenos objetivos e subjetivos, pois

[...] permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os atores que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 1999, p. 61).

Para melhor compreensão das relações estabelecidas pelos jovens no processo formativo do PJU, realizou-se um estudo de caso que, de acordo com Becker (1997, p. 118), “tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo”. Constatada a diversidade e a complexidade que compõe a realidade social da população jovem no Brasil, conforme já explicitado no capítulo 1 deste estudo, percebeu-se a necessidade de realizar um recorte específico e histórico para se apreender o contexto real da vida dos jovens estudados, investigar empiricamente “um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real.” (YIN, 2005, p. 32).

Diante da necessidade de se ampliar o entendimento das concepções presentes no Projeto Pedagógico Integrado do PJU, buscou-se informações sobre o PJU, por meio da análise dos seguintes documentos explicitada no Capítulo 2: Projeto Pedagógico do ProJovem Urbano (BRASIL, 2008); Parecer CNE/CEB nº. 18/2008 (BRASIL, 2008); Resolução CD/FNDE nº 60 de 9 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011); Nota Técnica ProJovem Urbano/SECADI/MEC nº 02/2012 (BRASIL, 2012); Decreto nº 5.557, de 05/10/2005 (BRASIL 2005); MP nº 238 de 2005 (BRASIL, 2005); MP nº 411/2007 (BRASIL 2007). Também analisou-se o Memorial do ProJovem Urbano de Santa Luzia (ALMEIDA, PEDRA, OLIVEIRA. 2011), entretanto, diferente dos outros documentos oficiais analisados no capítulo 2, a análise do Memorial é explicitada no capítulo cinco, correlacionada à análise dos dados das entrevistas.

Algumas dificuldades foram enfrentadas na busca por informações acerca do PJU. Como o programa foi descontinuado<sup>35</sup>, tentou-se, sem sucesso, obter informações oficiais que justificassem a interrupção, assim como obter dados oficiais do período de execução, também sem sucesso. Foram enviadas mensagens eletrônicas para o endereço disponível no site da SNJ, que era responsável pela execução do programa, bem como para o endereço disponível no site do Ministério da Educação, entretanto, não houve retorno. As dificuldades na obtenção de informações, nesse sentido, foram agravadas pela retirada da página eletrônica do programa e pela ausência de retorno a comunicações por meio de mensagens eletrônicas, tanto com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), responsável pela execução do programa, quanto com o Ministério da Educação (MEC).

Uma vez feita a análise documental, no capítulo 2, foi possível verificar os pressupostos considerados em relação às concepções de juventude, de formação, de trabalho e de formação profissional que orientaram a atuação do programa. Os dados obtidos foram detalhados ao longo dos capítulos 1 e 2.

Outra fonte de dados utilizada, foi o Memorial ProJovem Urbano de Santa Luzia/MG (ALMEIDA, PEDRA, OLIVEIRA. 2011), publicação organizada pelos profissionais do Programa em Santa Luzia, que reúne relatos de profissionais e alunos, resultado das experiências vivenciadas no Programa. Esta publicação trouxe grande contribuição para a realização desta pesquisa. Por meio desta fonte foi possível dialogar os depoimentos dos jovens registrados no documento com os relatos dos jovens egressos entrevistados e com os pressupostos do Programa expressos no PPI do PJU e nos demais documentos oficiais analisados no capítulo dois.

Para verificar os significados que os sujeitos atribuíram à experiência formativa vivenciada no PJU, deu-se voz aos jovens egressos do Programa no município de Santa Luzia. Foram realizadas entrevistas através de questionários estruturados com o objetivo de sondar a opinião dos jovens. As entrevistas de sondagem de opinião são realizadas por meio de “questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigador” (MINAYO, 1996, p. 64). A escolha da entrevista para coleta de dados se deu por ser uma técnica que se destaca na pesquisa social por possibilitar interação entre pesquisador e o sujeito da pesquisa.

---

<sup>35</sup> Não se tem informação exata de como se deu o encerramento das atividades, nem a justificativa oficial. No ano de 2015, ocasião em que esta pesquisa foi iniciada, foi identificado três municípios brasileiros onde o programa ainda era executado, porém em fase de finalização.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. [...] através desse procedimento, podemos obter dados objetivos e subjetivos. Os primeiros podem ser também obtidos através de fontes secundárias, tais como censos, estatísticas e outras formas de registros. (MINAYO, 1999, p. 57).

Os dados obtidos pelas entrevistas com os jovens egressos do PJU foram confrontados com os dados prescritos nos documentos do PJU, o que possibilitou a verificação sobre a relação entre o prescrito e o real. As informações sobre a formação de jovens no PJU são compreendidas dentro do cenário político nacional em que a juventude se insere, pois, “as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 101). Tem-se a necessidade de olhar para o universo em que se encontra a juventude brasileira, tendo em vista que o PJU é um programa executado em nível nacional, com início no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2005.

As pesquisas descritivas têm como princípio a exposição de características de determinada população ou fenômeno, permitindo que os dados objetivos possam ser observados e levantados, para posterior análise. Para descrever a realidade sobre o objeto estudado, realizou-se abordagem descritiva baseada em pesquisas e dados estatísticos sistematizados por órgãos como IBGE<sup>36</sup>, DIEESE<sup>37</sup>, IPEA<sup>38</sup>, dados de fontes oficiais do governo federal, dentre outros. Utilizou-se assim, dados da realidade da juventude brasileira, uma vez que esses dados “preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis”. (CHIZZOTTI, 1995, p.52), de modo a tornar possível, reflexão teórica e crítica a respeito do conteúdo analisado.

Na etapa final da pesquisa que tem como foco “a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema” (GOMES, 1997, p. 79), realizou-se a

---

<sup>36</sup> Dados disponíveis em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

<sup>37</sup> Dados disponíveis em: *Boletim Emprego em Pauta*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2016/boletimEmpregoEmPauta.pdf>.

<sup>38</sup> Dados disponíveis em: IPEA. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília, 2009.

análise dos dados. Os dados foram tratados a partir da análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (1977): “[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens”. (BARDIN, 1977, p.38).

Essa estratégia de análise permite compreender o sentido das falas contextualizadas, realizando assim, interpretação mais profunda, “ir além das aparências do que está sendo comunicado” (GOMES, 1997, p. 84).

O material obtido foi classificado primeiro em temas. Depois os temas foram agrupados em categorias. Assim organizado, foram realizadas inferências dos dados. Ressalta-se que, na análise de conteúdo, é importante que se foque na manifestação dos fenômenos e na identificação de padrões, regularidades e modelos explicativos (ALVEZ-MAZOTTI, 2001) que contribuem com a compreensão dos temas que emergem com as falas.

Na perspectiva semântica, “O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1979, p.105). Dessa forma, a análise se deu a partir dos conteúdos temáticos que foram manifestados durante a coleta de dados.

Inicialmente a pesquisa tinha como proposta, realizar a coleta de dados no município de Contagem – MG, também pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Entretanto, dada a dificuldade de localização dos jovens egressos do PJU, percebeu-se a necessidade de se rever o lócus da pesquisa. Nesse sentido, optou-se pela realização da pesquisa no município de Santa Luzia – MG, de modo que o processo da coleta de dados fosse viabilizado de forma mais ágil, um dos muitos desafios na realização desta pesquisa. A escolha pelo município de Santa Luzia se deve ao fato de que a pesquisadora já trabalhou no município e tinha acesso mais facilitado à atores estratégicos que possuíam contato com jovens que já haviam participado do PJU.

O processo da coleta de dados foi a fase mais demorada desta pesquisa. Lakatos; Marconi (2003) advertem que tal tarefa é “cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 163). No caso da pesquisa com egressos, as dificuldades aumentam, pois muitos mudam de endereço, mudam o contato telefônico e é necessário levar em consideração a própria disposição do sujeito em cooperar, tendo em vista que não há mais vínculo com o programa.

Dessa forma, para localizar os jovens se fez necessário flexibilidade e sensibilidade às dificuldades apresentadas. A principal estratégia para contatar os sujeitos, se deu por meio de rede social. Contou-se com a colaboração de uma ex-educadora do PJU, a qual ainda mantém contato com alguns jovens. Tal contribuição foi fundamental. Ela fez um “post” em sua rede social pessoal apresentando a pesquisa e a pesquisadora. Dessa forma muitos jovens se prontificaram em colaborar. Alguns se mostraram eufóricos com a ideia, perguntaram se o programa iria voltar, se teria ProJovem para o ensino médio, dentre outras coisas. Não obstante esse momento de euforia, a efetivação das entrevistas ainda se mostrou desafiadora e nem todos os jovens os jovens contatados e que responderam ao convite, participaram da pesquisa.

O processo de realização das entrevistas também foi moroso. Alguns jovens contatados já não moravam mais em Santa Luzia e, os que ainda moravam, apresentavam pouca disponibilidade de tempo.

No primeiro momento, apresentou-se a proposta de agendar dois dias – um sábado e domingo – para realizar as entrevistas, o que não foi possível se concretizar, uma vez que cada jovem tinha rotina de vida específica. Dessa maneira, os agendamentos foram realizados de acordo com a disponibilidade de cada jovem. Tendo em vista a necessidade de se atender as especificidades de cada um, algumas entrevistas foram realizadas no período da noite e nas residências dos próprios participantes. Alguns jovens chegaram a marcar e desmarcar bem na hora, ou a não comparecer no local da entrevista; dessa forma, percebeu-se que era necessário ter mais estratégia quanto ao local de entrevista.

Assim, o local de realização das entrevistas foi bem variado, de acordo com a necessidade que cada jovem apresentava. Houve entrevista na casa do próprio jovem, teve entrevistas realizadas na rua e ainda, entrevistas realizadas por meio virtual, via “messenger” da rede social Facebook.

Não obstante toda a complexidade para realização das entrevistas, o ato em si foi extremamente prazeroso e profundo, a julgar pela empatia entre pesquisadora e sujeitos colaboradores da pesquisa. É possível supor que a trajetória profissional da pesquisadora, em políticas públicas de juventude e com o público jovem de maneira geral, tenha sido fator de contribuição nesse momento. Pode-se considerar que esse conjunto de elementos permitiu que os jovens se sentissem à vontade para falar de suas vidas, das experiências vivenciadas no Programa e de suas percepções quanto ao Programa. Minayo (1999) ressalta que as atitudes do pesquisador constituem elementos fundamentais na

pesquisa qualitativa, uma articulação necessária que “[...]se refere à interação entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos no trabalho” (MINAYO, 1999, p. 62).

#### 4.1.2 Cenário do Estudo

A RMBH, popularmente chamada de “Grande BH”, é composta por 34 municípios que são bem diversos em relação à economia, demografia, geografia, dentre outros aspectos. Segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, a RMBH possui uma população total de 5.8730.841 habitantes. No ano 2000<sup>39</sup>, o censo do IBGE apontou que haviam 857.099 pessoas com idade compreendida entre 15 e 24 anos. Ou seja, 20,50% da população total é composta de jovens. Em níveis percentuais, o município de Santa Luzia é o segundo com maior concentração de população jovem, conforme apresentado na tabela 1.

O relatório da pesquisa realizada por DAYRELL (2005)<sup>40</sup>, aponta que os municípios da RMBH, em sua maioria, por terem atividade econômica principal o comércio, são caracterizados como cidades-dormitórios. A população destes municípios, segundo o relatório dessa pesquisa, carece da atenção do poder público em decorrência da grande carência de projetos e políticas públicas, o que faz com que, muitas vezes, seus moradores tenham de recorrer ao município de Belo Horizonte para ter acesso aos diversos serviços públicos. Por conseguinte, também a juventude da RMBH passa grande parte do seu tempo em Belo Horizonte e vão à capital por diversos motivos: namorar, estudar, procurar emprego ou trabalhar, em busca de acesso aos direitos básicos como cultura, lazer, educação, saúde, dentre outros, uma vez que as oportunidades estão concentradas em Belo Horizonte.

---

<sup>39</sup> Único censo encontrado que sistematizou a população da RMBH pelo recorte etário. Dado disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

<sup>40</sup> Dados do relatório da primeira fase da pesquisa: Juventude, Escolarização e Poder Local. Pesquisa realizada entre os anos de 2003 a 2007 em 10 regiões metropolitanas brasileiras, desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dado disponível em <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2364>.

Tabela 1 – Mapa da População Jovem da RMBH

<b>MAPA DA POPULAÇÃO JOVEM DA RMBH</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>POPULAÇÃO JUVENIL</b>	<b>PERCENTUAL DA POPULAÇÃO JUVENIL</b>
RMBH	4.180.565	857.099	20,50%
BH	2.238.526	453.864	20,27%
RIBEIRÃO DAS NEVES	246.846	54.130	21,92%
SABARÁ	115.352	24.210	20,98%
BETIM	306.675	64.917	21,16%
CAETÉ	36.299	7.359	20,27%
CONTAGEM	538.017	112.971	20,99%
IBIRITÉ	149.955	28.079	18,72%
ITAÚNA	76.862	14.568	18,95%
LAGOA SANTA	37.872	7.439	19,64%
NOVA LIMA	64.387	13.219	20,53%
SANTA LUZIA	194.903	39.433	21,32%
SETE LAGOAS	184.871	36.910	19,96%

Fonte: DAYRELL, Juarez. Relatório da primeira fase da pesquisa. *Políticas públicas de juventude na região metropolitana de Belo Horizonte*. In: Juventude, escolarização e poder local. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2364>.

A história do município de Santa Luzia, em Minas Gerais, tem início por volta do ano 1692, ainda no período do ciclo do ouro, quando então pertencia ao município de Sabará. Sua emancipação política e administrativa se deu somente em 1856. Localizada de forma estratégica na RMBH, próxima aos aeroportos de Confins e da Pampulha, possui três vias de acesso: duas estaduais – MG 10 e MG 20 – e uma federal – BR 381. Santa Luzia é a décima maior cidade mineira, com uma extensão territorial de 235.327 km<sup>2</sup> e uma população residente de 202.942 pessoas, segundo dados do IBGE (2016). É ainda o terceiro maior Polo Industrial da RMBH, teve sua primeira indústria instalada ainda no início do século XX. Não obstante o município contar com considerável polo industrial, os dados do IBGE mostram também que é marcado por alta incidência de pobreza, conforme quadro 5.

Quadro 5 – Dados de Santa Luzia

População total	5.8730.841
Densidade	862,38 habitantes por km <sup>2</sup>
Incidência da Pobreza	19,28%
IDHM 2010	0,715
Produto Interno Bruto - PIB	R\$ 2.099.191,626 mil
PIB per capita	R\$ 13.813,24

Fonte: Elaborado pela autora, dados coletados de: <http://www.santaluzia.mg.gov.br/index.php/estatisticas-e-indicadores>, acesso em: 10/05/2017.

O PJU foi implantado no município de Santa Luzia em outubro de 2009. O início das atividades contava com 34 profissionais, entre educadores, coordenação os profissionais de apoio técnico. A aulas aconteciam em cinco escolas municipais e uma estadual, sempre no período da noite, formando quatro núcleos de ensino. Com o grande número de evasão, alguns núcleos de ensino se juntaram e o município finalizou esse período com apenas dois núcleos de ensino, cerca de duzentos alunos e um quadro de dezenove profissionais. Segundo os dados históricos da execução do programa no município de Santa Luzia, coletados no Memorial ProJovem Urbano de Santa Luzia (2011), os arcos ocupacionais, de acordo com a vocação do município, eram os de Administração, Gestão Pública e 3º Setor.

#### 4.1.3 Participantes do estudo

O critério adotado para escolha dos participantes da pesquisa se pauta pela participação no processo formativo ofertado pelo PJU no município de Santa Luzia entre o período de 2009 a 2013. O recorte foi feito de acordo com o período de execução do programa no município. Não se conseguiu informação com a gestão atual do município sobre o total de jovens participantes do Programa nesse período. Assim, tem-se por definição de jovens participantes, os egressos do PJU. Foram entrevistados 13 jovens e, por meio do Memorial, analisados 157 depoimentos. Portanto, somam-se 170 jovens egressos do PJU que subsidiaram a sistematização deste estudo.

#### 4.1.4 A pesquisa com egressos

Segundo o dicionário Aurélio, egresso significa:

Aquele que saiu, que se afastou ou que se retirou de algum lugar. É um adjetivo que qualifica aquele indivíduo que deixou de pertencer a uma comunidade. Ex.: Ele é um egresso. Egresso é também um substantivo masculino. Da mesma forma é usado para nomear o egresso de uma escola ou de uma universidade, que concluiu o curso ou se afastou por qualquer outro motivo. É muito frequente a aplicação do termo em ‘egresso do sistema prisional’, para designar o detento ou recluso que, tendo cumprido a pena, ou por outra causa legal se retirou do estabelecimento penal. Saída. Retirada. (FERREIRA, 2002, p. 632).

Como já dito, este estudo considera egresso todo jovem que participou do PJU, sem adotar outros critérios, como a conclusão e/ou a certificação, ter participado em algum momento do Programa foi o pré-requisito estabelecido.

A importância de se registrar a percepção de egressos, de maneira a verificar o impacto da execução de atividades governamentais na vida das pessoas repousa no fato de que eles são portadores privilegiados de dados que possibilitam melhor análise dos fenômenos que compõem o objeto a ser estudado. Em se tratando do PJU e das políticas públicas subjacentes a ele,

Apesar das dificuldades próprias na investigação desta categoria de sujeitos, os estudos com egressos são compreendidos pelos planejadores e avaliadores como fundamentais para os processos decisórios sobre a continuidade, a reformulação ou a interrupção dos programas e projetos governamentais. Eles nos possibilitam saber se os objetivos de fato foram alcançados, ou, mais precisamente, se as mudanças preconizadas nos projetos foram efetivas. (LORDELO et al, 2012, p. 146).

Além disso, a pesquisa com egressos de políticas públicas possibilita verificar possíveis mudanças, qualitativas e/ou quantitativas na vida desses sujeitos. No caso dos egressos do PJU, é possível verificar se houve influência do programa quanto à visão de mundo dos jovens, se os processos vivenciados ali contribuíram para que esses jovens pensassem e/ou repensassem seus projetos de vida e se contribuíram para a inserção social e profissional, como propõe o programa. Ressalta-se ainda a contribuição da pesquisa com egressos em se verificar qual foi o aproveitamento dos participantes ao se apropriarem de

[...] informações, habilidades e ferramentas supostamente oferecidas pelo programa educativo. Este talvez seja o mais poderoso e informativo meio para entender a eficácia de um programa: como, afinal, a vida, as práticas e os valores dos sujeitos foram realmente influenciados? O que mudou no modo de pensar, nos valores, na inserção social, na participação no universo do trabalho e da cultura que está diretamente associado à participação do sujeito naquele programa? (DASSANI, LORDELO, 2012, p. 19).

#### 4.1.5 Instrumentos e procedimentos de coletas de dados, interpretação e análise dos dados.

O primeiro passo para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica compreende momento importante e fundamental de toda pesquisa, momento em que se busca os dados necessários para fundamentação da produção do conhecimento.

Por meio da pesquisa bibliográfica, foi possível revisar a proposta de estudo, de maneira a identificar a pertinência do tema na área acadêmica. Foram pesquisados estudos sobre Juventude, Política Pública de Juventude e ProJovem Urbano em artigos acadêmicos, teses e dissertações.

O segundo passo foi a busca por documentos oficiais que regulamentavam, orientavam e determinavam as diretrizes de execução do PJU. Nessa etapa, foi possível identificar os objetivos do programa e o contexto no qual ele surgiu.

Por fim, realizou-se a coleta de dados com os jovens egressos do PJU, a qual teve como estratégia, entrevistas realizadas por meio de um questionário estruturado. O questionário foi estruturado a partir de seis blocos de informação, a saber:

- Dados do egresso;
- Contexto do território onde mora;
- Família;
- Relação com os estudos;
- Relação com o trabalho;
- Projeto de vida.

A estruturação do questionário foi pensada de forma a captar os sentidos que os jovens atribuem à experiência que vivenciaram no processo formativo do PJU, bem como o que representou o programa para eles, no que diz respeito a possíveis contribuições e alterações em suas vidas. As perguntas foram elaboradas e guiadas com base nas leituras sobre o tema e a partir da análise documental realizada do PPI no PJU, bem como nos documentos oficiais do programa.

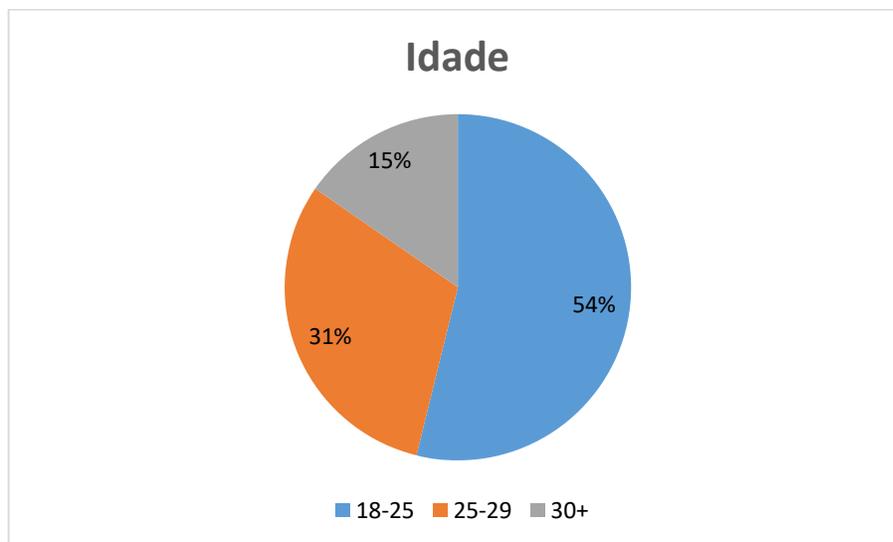
## 4. ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Perfil dos jovens egressos do PJU participantes do estudo

Seguindo a proposta da pesquisa procurou-se inicialmente traçar um perfil dos jovens entrevistados. Os dados utilizados para o desenho deste perfil foram coletados por meio de entrevistas com os jovens egressos do PJU em Santa Luzia.

O primeiro dado considerado pertinente a analisar, diz respeito à idade dos entrevistados. Percebeu-se, de acordo com o gráfico um, que prevaleceu o grupo com idade compreendida entre 18 e 24 anos, somando 54% dos jovens entrevistados.

Gráfico 1 - Idade



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

Em relação ao sexo, 71% declararam ser do sexo feminino. Pode-se supor que uma das causas de se ter um número maior de jovens mulheres seja a gravidez na adolescência, que, conforme mostraremos mais adiante, em muitos casos resulta no abandono da escola. Esse dado pode também revelar tendência de que as mulheres estão estudando mais que os homens, conforme aponta Pesquisa de Opinião Pública, “na média, as mulheres se preocupam mais com esse tema que os homens: 20% contra 14%” (Projeto Juventude e Instituto Cidadania, 2003.). O IBGE também aponta que, em relação à

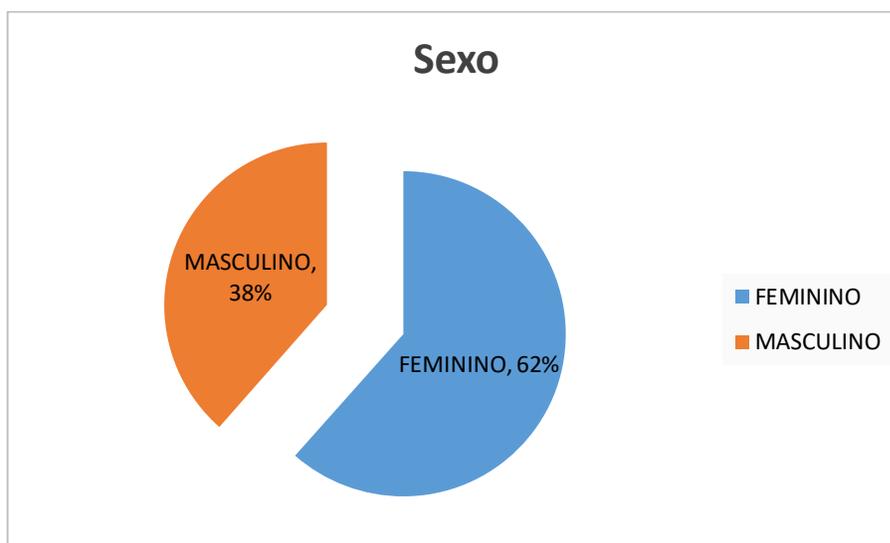
questão de gênero, persiste uma tendência favorável à população feminina, que se mantém com grau de instrução mais elevado que o da população masculina. Conforme exemplificam o quadro seis e o gráfico dois:

Quadro 1 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de anos de estudo – Brasil - 2015

Grupos de anos de estudos	Total	Homens	Mulheres
Sem instrução e menos de 1 ano	11,1	11,4	10,8
1 a 3 anos	9,5	10,0	9,1
4 a 7 anos	21,7	22,5	21,0
8 a 10 anos	13,9	14,5	13,3
11 a 14 anos	30,7	30,0	31,4
15 anos ou mais	13,0	11,6	14,3
Não determinado	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Gráfico 2 - Sexo



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

Em relação à raça/cor, é importante destacar que a resposta é auto declaratória. Nota-se, conforme se pode ver no gráfico três, que nenhum jovem declarou-se branco, sendo que 61% dos jovens se declararam negros e, somando os que se

declararam pardos, temos um total de 92% de jovens negros e pardos e apenas 8% que se consideram amarelos. É importante esclarecer que os jovens que se consideram “amarelos”, não apresentam fenótipos característicos de asiáticos, ou ainda de descendência asiática. O fato de que se declaram amarelos pode ser porque não se identificam com a cor branca, mas não se assumem da raça negra, seja declarando-se negros, seja declarando-se pardos. Esse dado pode também revelar realidade na qual o grupo social composto por pessoas dessa etnia são os mais afetados pelo processo de exclusão social que ainda persiste no Brasil<sup>41</sup>. Frigotto (2004) destaca que a dimensão da raça/cor é importante ao se considerar os sujeitos jovens, pois são os jovens negros, pobres e moradores das periferias, os que mais se envolvem com a criminalidade, têm menos escolaridade e piores empregos,

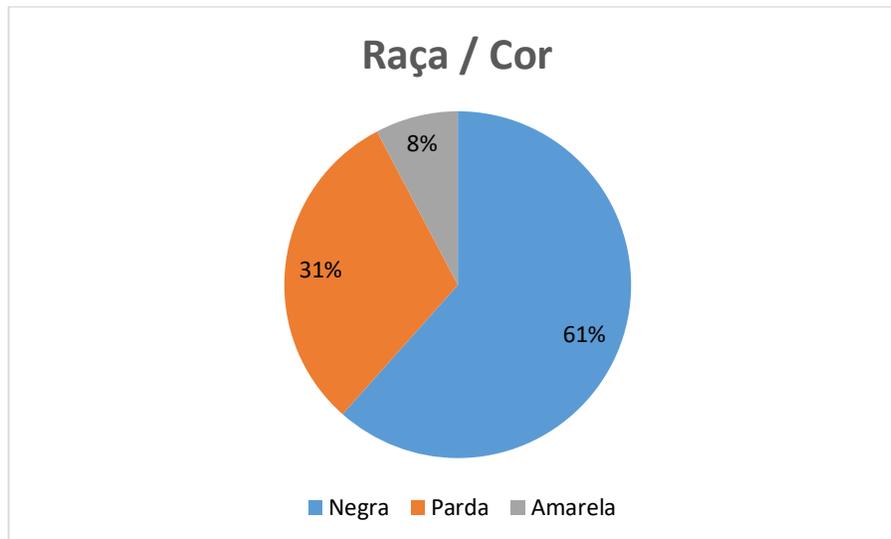
Da mesma forma, o fato de os jovens negros terem piores empregos, pior remuneração e pior escolaridade não pode ser atribuído à sua condição de negros [...]. Cabe realçar, então, que a questão central não é de caráter individual nem primeiramente de gênero, de cor ou de raça, mas de classe social. (FRIGOTTO, 2004, p. 193).

É possível perceber que estes são atributos que se encontram em maior frequência nos jovens da classe trabalhadora e, segundo o autor, as mazelas sociais que se acentuam na juventude negra são produto da origem social deste grupo específico de jovens.

### *Gráfico 3 - Raça / Cor*

---

<sup>41</sup> Pesquisa realizada pelo IBGE em 2009, apontou que a participação da população negra no mercado de trabalho formal é menor que da população branca, por conseguinte, a renda e o nível de instrução também eram menores.



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

No que diz respeito à dimensão familiar, 62% dos jovens entrevistados já têm filhos. O Relatório de Indicadores Sociais de 2015 do IBGE, aponta que muitas adolescentes têm o processo de escolarização interrompido quando ficam grávidas. Durante as entrevistas, algumas jovens relataram que abandonaram os estudos devido à gravidez, outras ainda relataram que muitas vezes faltavam à aula, pois não tinham com quem deixar os filhos. No Memorial ProJovem Urbano de Santa Luzia, foram registradas menções aos filhos 43 vezes. Algumas jovens relataram que a permanência nos estudos dependia de alguém que pudesse ficar com seus filhos. Nas palavras de Nivia:

Aos quinze anos eu engraidei e tive que parar de estudar porque não tinha ninguém para olhar a minha filha pra (sic) mim. Foi uma decisão muito triste. Quando o PROJOVEM apareceu eu fiquei extremamente feliz porque era a chance de conseguir realizar o meu sonho. Mas junto com a alegria, vieram também as dificuldades, porque mais uma vez, minhas filhas não tinham com quem ficar. Conversei com minha mãe e ela se dispôs a ajudar, para que eu não interrompesse os estudos. Graças à Deus consegui chegar até aqui. (Nivia Maria Felício Rufino – jovem egressa do ProJovem Urbano de Santa Luzia. 2011).

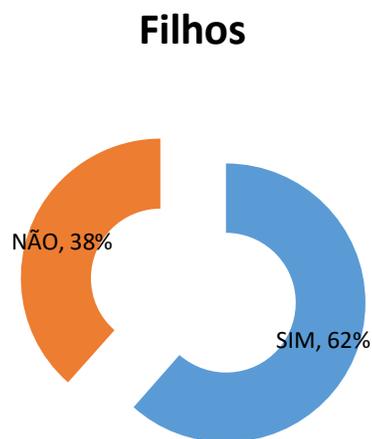
Outro fator de destaque é a baixa instrução dos pais. Este fato chama atenção, pois pode-se concluir que os jovens reproduzem a experiência educativa de seus pais. De acordo com Sarti (2004), a família constitui referência para a construção de significados e elaboração das experiências. Pode-se então entender que a família constitui a primeira referência, uma espécie de exemplo que ilumina escolhas e projetos de vida dos sujeitos, “instituição responsável pela socialização, pela introjeção de valores e pela formação da

identidade; espaço privado que se relaciona com o espaço público” (LOSACCO, 2007 p. 64).

Contudo, nas entrevistas realizadas, foi possível identificar que as famílias reconhecem e valorizam os estudos. Pode-se concluir que os jovens tendem a valorizar a educação escolar, proporcionalmente à valorização que foi transmitida pelos pais ao longo da vida.

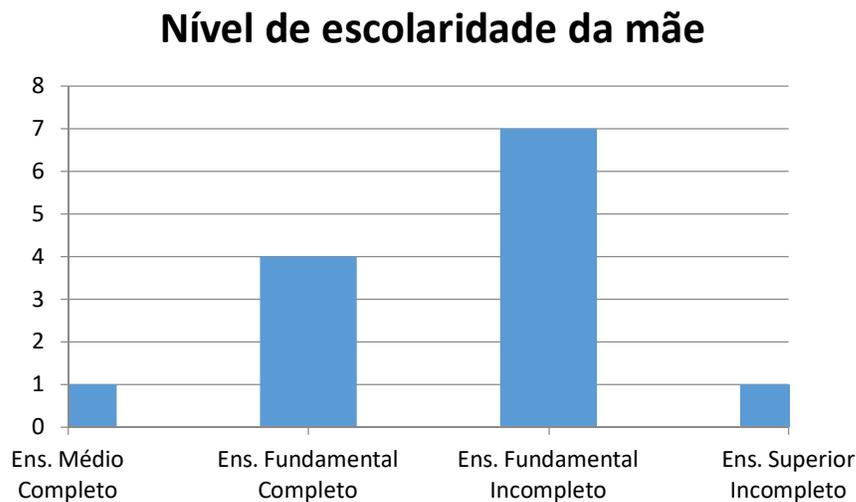
Em pesquisa sobre a experiência do PJU em Belo Horizonte, Leão e Nonato (2012) concluem que o reconhecimento da família em relação aos estudos constitui uma das motivações para que jovens também reconheçam a importância dos estudos. Não obstante o fato de que, em muitos casos, também a infrequência e o insucesso na trajetória escolar são resultado das diversas dificuldades enfrentadas pela família. Por meio das entrevistas foi possível identificar que a trajetória escolar dos jovens tende a reproduzir a trajetória escolar familiar. Ainda que as famílias entendam que a educação seja importante, esse entendimento não se traduz efetivamente em priorizar a permanência na escola e expressa realidade que compõe o perfil de jovens pobres conforme ressalta Gomes (1997, p. 54), “a história de escolarização de uma família particular ilumina a história singular de seus filhos”. Por meio dos gráficos abaixo, é possível visualizar os dados relacionados à dimensão familiar:

Gráfico 4 - Filhos



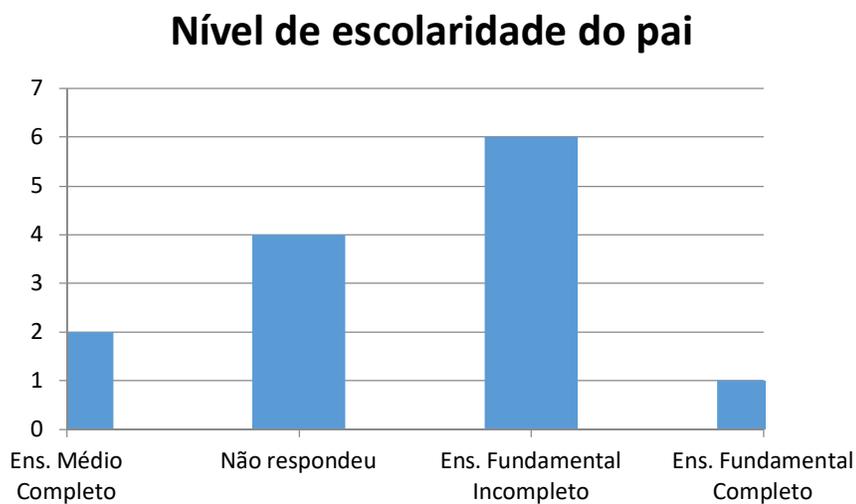
Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

Gráfico 5 - Escolarização dos pais



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

Gráfico 6 - Escolarização dos pais



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

Gráfico 7 - Profissão dos pais



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

Gráfico 8 - Profissão dos pais



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

É possível perceber que o perfil dos jovens entrevistados dialoga com as pesquisas sobre o perfil da juventude brasileira, já apresentadas nos capítulos anteriores

e, mais especificamente, com o perfil do público atendido pelo PJU, expressando um traço do rosto da juventude pobre e trabalhadora do Brasil.

São jovens, em sua maioria, negros, com filhos e membros de famílias caracterizadas pela pouca instrução e atravessadas por diversas mazelas sociais.

Parte-se do entendimento que, para se compreender melhor o impacto de ações governamentais, deve-se considerar a percepção do público atendido. Nesse sentido, para compreender melhor quais elementos surgem em relação ao processo formativo vivenciado por esses jovens no PJU em Santa Luzia, fez-se a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas e do Memorial ProJovem Urbano de Santa Luzia. A partir dessa análise foram identificadas as seguintes categorias de análise: “Adversidades durante a formação no Programa”; “Processo educativo”; “Significado da experiência do PJU”; “Projeto de Vida”; “Relação com o mundo do trabalho”, “Contribuição do PJU para a vida dos jovens”; “Dimensão da Cidadania”. Essas categorias foram identificadas a partir de questões abertas direcionadas pelas entrevistas e nos depoimentos dos jovens, registrado no Memorial ProJovem Urbano de Santa Luzia.

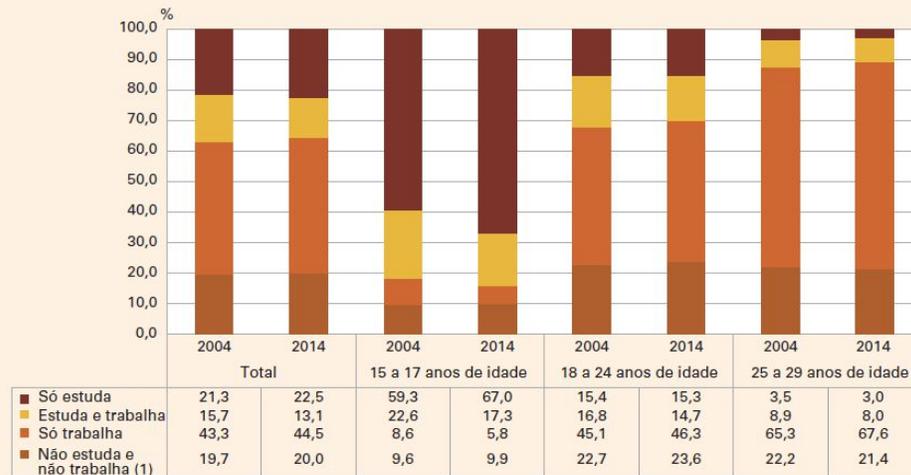
#### 4.2 Categoria 1 – Adversidades durante a formação no Programa

Nesta categoria, que leva em consideração as adversidades vivenciadas durante o processo formativo no PJU. Foram registradas 56 menções em relação às dificuldades enfrentadas para permanência no Programa. As falas dos jovens, na maioria das vezes, relacionavam-se à dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo, ou ao fato de, no caso das jovens mães, não terem com quem deixar os filhos para que pudessem ir à escola.

A figura abaixo revela que, na juventude, inicia-se uma transição entre trabalho e estudo. Alguns jovens se esforçam para conciliar estudo e trabalho. Outros abandonam os estudos para dedicarem-se somente ao trabalho.

Figura 3 - Transição da relação entre estudo e trabalho

**Gráfico 2.5 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência - Brasil - 2004/2014**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2004/2014.

A fala jovem do Juvercino, expressa a dificuldade enfrentada pelos jovens para superarem essa realidade:

Meu nome é Juvercino Alves e quero dizer que o ProJovem Urbano foi tudo de bom que aconteceu na minha vida. Mudou o meu modo de pensar e a minha maneira de agir. Entendi que o estudo é muito importante. Quando começou ProJovem achei que não iria conseguir terminar o curso, por causa do cansaço do trabalho e os problemas do dia a dia, mas com o apoio dos meus amigos e professores, venci mais essa etapa da minha vida. Pretendo continuar meus estudos e cursar o ensino médio. (Juvercino Alves Rodrigues Filho – jovem egresso do PJU em Santa Luzia, 2011).

A realidade de Juvercino não é um fato isolado. Em pesquisa realizada pelo DIEESE (2005), apontou-se o grande número de jovens que ingressam no mercado de trabalho ainda precocemente. Ressalta-se que essa realidade está posta para um determinado segmento da população jovem; é um indicador da realidade de vida de jovens pobres. Segundo o relatório de pesquisa realizada pelo DIEESE,

Pode-se observar que, em geral, os jovens de origem mais abastada tendem a permanecer na escola, enquanto entre aqueles de famílias mais pobres o oposto. [...] Vale destacar que a tentativa de harmonizar a vida estudantil com o desempenho de alguma ocupação mostra-se frustrada para uma parcela expressivamente maior de jovens de famílias pobres. (DIEESE, 2005, p. 10).

É possível perceber, que essa categoria confirma o cenário descrito no capítulo, no qual é explicitado que jovens pobres apresentam maior dificuldade em

permanecer na escola, pois precisam conciliar educação e trabalho para garantirem a sobrevivência. Não obstante o ECA preconizar a que a inserção no mercado de trabalho só é possível a partir de quatorze anos de idade, durante a realização das entrevistas, foi possível identificar que a inserção de jovens pobres no mercado de trabalho se dá, muitas vezes, antes da idade estabelecida pela lei. O ingresso no mercado de trabalho mais cedo, conforme ressalta Novaes (2007), não se dá por opção, mas pela necessidade da sobrevivência da família.

Dessa forma, o trabalho, de maneira contraditória, garante a sobrevivência e dificulta a permanência de jovens pobres na escola, contribuindo para o cenário em que se registra mais de 8 milhões de jovens com baixa escolaridade e mais de 3 milhões que não frequentam a escola, segundo dados do IBGE (2015).

#### 4.3 Categoria 2 – Mundo do Trabalho

O processo de sobrevivência é apontado como um dos grandes desafios que jovens pobres têm de enfrentar. Por isso, a questão do emprego, conforme é mostrado na tabela 2, ocupa o segundo lugar na preocupação de jovens na atualidade, quando perguntados sobre problemas com os quais mais se preocupam.

Nesta categoria, registramos 96 menções em relação ao mundo do trabalho. A participação de jovens no mercado de trabalho pode ser pautada por diversos aspectos. Se, por um lado, tem-se o entendimento de que, quanto mais tarde o jovem ingressar o mercado de trabalho, melhor qualificado e preparado estará, por outro lado, pode-se perceber que priorizar os estudos e adiar a inserção no mercado de trabalho não é uma opção para jovens pobres e que pertencem a classe trabalhadora.

Para a juventude brasileira, conforme se pode ver na tabela 3, o item “emprego” é apontado como o 2º assunto que mais interessa aos jovens. Este dado é coerente com o apresentado na tabela 2 em que a dimensão do emprego associada à dimensão profissional é apontada como a segunda maior preocupação dos jovens

brasileiros<sup>42</sup>. A preocupação da juventude com a dimensão do emprego é marcada por um contexto social de grande número de pessoas desempregadas<sup>43</sup>. Nesse sentido, pode-se entender que o cenário de grande desemprego, pode produzir preocupação com o acesso ao emprego.

Guimarães (2004) faz uma reflexão sobre a centralidade do trabalho no imaginário juvenil. A autora aborda a importância do trabalho ou da ausência dele – se referindo à questão do desemprego –, como o ponto que toca a juventude de forma mais acentuada e, segundo a autora, independentemente do nível de instrução. A autora aborda que, na juventude, o trabalho pode definir “formas de inserção social e do padrão de vida” (GUIMARÃES, 2004, p. 12), de maneira que,

O trabalho parece representar, da forma mais concreta, a conquista de um lugar na sociedade. Ou seja, o ‘medo de sobrar’ se evidencia na reivindicação pelo acesso ao mundo do trabalho [...] O desemprego assume um caráter dramático para os jovens, pois interrompe um percurso de conquista progressiva da autonomia que tem como um dos pilares a emancipação econômica. Mas, se a inclusão na sociedade, as necessidades econômicas e a conquista da autonomia são, sem dúvida, as motivações principais que dizem respeito ao trabalho para os jovens, há também falas que atribuem ao trabalho um sentido de realização pessoal. (TOMMASI, 2007, pg. 31).

Como ressalta NOVAES (2007), esse momento marca a vida da juventude pelo dilema entre o desejo de emancipação e a subordinação à família. Esse dilema pode ser aumentado uma vez que jovens, em geral, enfrentam maiores dificuldades para a inserção no mercado de trabalho. Conforme pesquisa realizada pelo DIEESE (2016), o desemprego entre a população jovem é quase o dobro em relação ao total da população com mais de 16 anos, expressando que a juventude, no Brasil, pertence à faixa da População Economicamente Ativa – PEA mais atingida pelo desemprego.

Tabela 2 - Assuntos que mais interessam aos jovens

<b>ASSUNTOS QUE MAIS INTERESSAM AOS JOVENS</b>	
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>18%</b>
<b>EMPREGO</b>	<b>17%</b>

<sup>42</sup> Dados obtidos da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, que foi realizada pelo Instituto Cidadania, por meio do Projeto Juventude no ano 2003. Foram entrevistados 3501 jovens, com idade entre 15 e 24 anos e de 298 municípios brasileiros.

<sup>43</sup> O desemprego atingiu 11,1 milhões de trabalhadores no primeiro trimestre de 2016, segundo o DIEESE.

CULTURA/LAZER	8%
ESPORTES	11%
RELACIONAMENTOS AMOROSOS	7%
FAMÍLIA	6%
SAÚDE	4%
POLÍTICA	4%
SEXUALIDADE	3%
SEGURANÇA	3%
RELIGIÃO	3%
DROGAS	2%
ECONOMIA	2%
AMIZADES	1%
TEMAS GERAIS	1%

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da Pesquisa de Opinião Pública “Perfil da Juventude Brasileira”, 2003<sup>44</sup>.

Tabela 3 - Problemas que mais preocupam os jovens

<b>Problemas que mais preocupam o jovem atualmente</b>	
<b>SEGURANÇA / VIOLÊNCIA</b>	<b>55%</b>
<b>EMPREGO / PROFISSIONAL</b>	<b>52%</b>
DROGAS	24%
EDUCAÇÃO	17%
SAÚDE	17%
FOME / MISÉRIA	16%
FAMÍLIA	14%
CRISE ECONÔMICA / FINANCEIRA	10%
ASSUNTOS PESSOAIS	8%
QUESTÕES SOCIAIS	5%
ADM. POLÍTICA BRASIL	3%
RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS / AMIZADES	2%
MEIO AMBIENTE	2%

<sup>44</sup> Pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto de Cidadania e SEBRAE.

MORADIA	2%
SEXUALIDADE	2%

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da Pesquisa de Opinião Pública “Perfil da Juventude Brasileira”, 2003<sup>45</sup>.

Dos jovens entrevistados nesta pesquisa, mais da metade não estavam trabalhando no momento da entrevista, dado que dialoga com a pesquisa realizada pelo DIEESE (2016), apontando a taxa de desemprego entre a população juvenil como preocupante, chegando a atingir 30,3% dos jovens na RMBH.

A pesquisa de opinião pública “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada pelo “Projeto Juventude” do Instituto Cidadania, em 2003, destaca os principais conceitos, indicados pelos jovens, associados ao trabalho:

Tabela 4 - Conceitos associados ao trabalho

PRINCIPAIS CONCEITOS ASSOCIADOS AO TRABALHO	
Necessidade	64%
Independência	55%
Crescimento	47%
Auto realização	29%

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da Pesquisa de Opinião Pública “Perfil da Juventude Brasileira”, 2003.

#### 4.4 Categoria 3 –Processo Educativo

O processo educativo oferecido pelo PJU em Santa Luzia, ocorreu, predominantemente, no espaço escolar. Não se pretende aqui realizar análise profunda da instituição escola. Entretanto, é importante destacar algumas reflexões acerca deste espaço, uma vez que este pode ser o único espaço para jovens pobres e trabalhadores se socializarem. A jovem Luma expressa, em sua fala como o processo de socialização e o mundo do trabalho são duas dimensões que se correlacionam na vida do público do PJU:

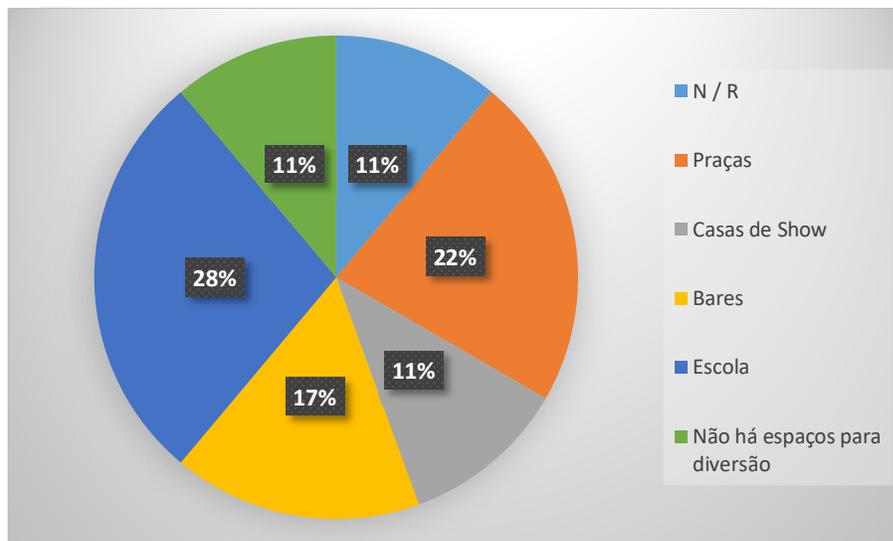
---

<sup>45</sup> Pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto de Cidadania e SEBRAE.

Eu vou ser bem sincera o ProJovem mudou pouca coisa em minha vida, mais as poucas coisas que mudaram foram bem construtivas para minha vida. Com o ProJovem aprendi a falar melhor, ler melhor e a ouvir mais, ampliou meus conhecimentos e aprendi muito com o curso de auxiliar administrativo. Infelizmente o curso de informática deixou a desejar por falta de interesse dos demais. Tive um bom relacionamento com os professores, pena que alguns deles tiveram que sair. Com os colegas também foi bem legal, dar risada todos os dias, pois a turma é bem animada. Espero que a minha vida profissional seja bem prospera por causa do curso. Assim, tudo mudou pouco, mas com o pouco que mudou aprendi bastante. (Luma Rodrigues Alves – jovem egressa do PJU em Santa Luzia.2011).

Nesse sentido, a escola pode ser considerada como importante lugar para o processo de socialização de jovens pobres. “Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição” (DAYRELL, 1996, p. 136). O gráfico 9 mostra a escassez de lugares existentes na comunidade para que os jovens tivessem momentos de diversão.

Gráfico 9 - Lugares para diversão



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

O gráfico acima revela que a juventude pobre não tem muitas opções de espaços, nas comunidades onde vivem, que possam garantir diversão, lazer e outras formas de sociabilidade. Sposito (1996), discorre sobre a importância de se garantir que os sujeitos jovens tenham momentos de encontros com seus pares e que esses momentos também são importantes na formação de jovens. Entretanto, o Estado se mostra ineficiente em garantir esse direito. “Os espaços hoje capazes de propiciar essas formas

de agrupamento são raros e, neste campo, há um enorme vazio por parte do Estado em oferecer políticas públicas, especialmente destinadas aos setores jovens” (SPOSITO, 1996, p. 100- 101).

Dayrell (2005) destaca que a maior parte das ações do poder público voltadas à juventude são de “formatação escolarizada” (DAYRELL, 2005, p. 33), fato que pode reforçar o lugar central da escola na vida da juventude. Os relatos registrados no Memorial ProJovem Urbano de Santa Luzia expressam, de forma contundente, o quanto experiência vivenciada no PJU possibilitou momentos de socialização e criação de vínculos.

Para uma das jovens, a escola possibilitava ocupar o tempo, “Também ocupei o tempo que ficava na rua bebendo ou me drogando” (Elisabeth Teixeira – jovem egressa do PJU em Santa Luzia). Outros jovens expressam o quanto a experiência possibilitou vivenciar:

Aqui encontrei pessoas, fiz amigos, brinquei, estudei. Me exaltei, me desculpei. Amei, fiz ser amada. Briguei, me arrependi. Cantei, chorei. Viajei, fui a festas. Fiz teatro, interpretei. Fui criança, fui adulta. Fui maluca, fui culta. Encantei-me, muitas vezes até me emocionei. Tive dificuldades, aprendi a ter bondade. Praticar a solidariedade. Fui à luta, me cansei. (Adriane Sales – jovem egressa do PJU em Santa Luzia. 2011).

A minha trajetória no ProJovem começou assim, eu jamais pensaria em voltar a estudar, mas surgiu uma oportunidade que eu não esperava. O ambiente na sala de aula foi uma coisa muito legal, fiz muitas amizades e além de tudo os professores eram pessoas magníficas. O meu dia-a-dia mudou completamente fiquei mais responsável e estou aprendendo cada dia mais. Quando chega o momento de eu ir para a escola fico muito feliz. Pois é um momento único. Estou me dedicando o máximo nos meus estudos, pois o ProJovem está na reta final e eu não posso desistir agora. Hoje eu estou muito feliz, conquistei algo muito interessante para minha vida. Eu recomendo do ProJovem para todos os jovens que não completaram seus estudos. (Vandeir Marques da Silva – jovem egresso do PJU em Santa Luzia. 2011).

É possível, então, perceber o quanto as relações sociais foram importantes para os jovens. Nesta categoria, é importante realçar que as relações estabelecidas com os diversos atores do processo educativo foram frequentes nos depoimentos dos jovens registrados no Memorial ProJovem Urbano de Santa Luzia. Destaca-se, nos depoimentos dos jovens, que as palavras relacionadas ao processo educativo somam um total de 696 menções. Sendo que há um destaque para os itens “professores/professoras”, mencionado 178 vezes, e “amigos/colegas/companheiros”, mencionado 95 vezes. O item “amizades/cumplicidade” foi mencionado 46 vezes e merece realce porque, em algumas menções, diz respeito à amizade e cumplicidade dos professores em relação aos jovens. Os depoimentos expressam de maneira contundente a importância do professor na

experiência do PJU, inclusive para a permanência no programa. Alguns mencionam que chegaram a receber visita domiciliar de professores quando desistiram e, após a visita, retornaram ao programa.

Este estudo não se dedicou ao perfil dos professores do PJU. Entretanto, estudo realizado por Telma Jannuzi da Silva Lopes<sup>46</sup>, aponta que os educadores valorizam a dimensão da novidade no ProJovem, visto que se trata de uma nova experiência na vida profissional. A autora ressalta:

A importância de um bom relacionamento com os alunos principalmente com jovens, que já se sentem excluídos. Viram a vida pulsar nestes jovens e o pedido de atenção por parte dos educadores. (...). Viram o programa como uma grande oportunidade que precisa ser bem gerenciada. (LOPES, 2009, p.84).

O caráter da relação entre educando e educador é importante no processo de aprendizagem e de formação do sujeito. Freire afirma que o formador é o “sujeito em relação” (FREIRE, 2007, p. 22-23), que ensinar não se resume à transmissão de conhecimentos, mas se pauta por uma ação que inquieta, que precisa reforçar a capacidade crítica do educando, que tenha disponibilidade de arriscar-se, de se abrir para o novo. Que possibilite a realização pessoal.

Neste ponto, percebe-se importante destacar duas capacidades que o PJU pretende desenvolver nos jovens:

Conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos; exercitar valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação; (BRASIL, 2008, p. 67).

O processo de socialização é compreendido como uma importante dimensão da vivência juvenil. Dayrell (2007) reforça essa importância na construção de valores que respondem às necessidades juvenis.

Nas palavras de uma das professoras, em seu depoimento no Memorial ProJovem Urbano de Santa Luzia:

No ProJovem, o professor não apenas ensina conteúdos didáticos aos alunos, pois é um programa de inclusão social e os alunos esperam bem mais dos educadores. O professor torna-se confiante, amigo e surpreende-se com a história de cada aluno. Muitas vezes me surpreendi ao ouvir desabafos de alunos que contavam seus problemas e os meus tornavam-se pequenos diante

---

<sup>46</sup> LOPES produziu dissertação de mestrado em Educação e Cultura Contemporânea pela Universidade Estácio de Sá, com o título: Representações Sociais do ProJovem: sentidos atribuídos ao programa por seus educadores. O estudo foi realizado no município de Contagem/MG, por meio de questionários e entrevistas. O produto final do estudo foi concluído em 2009.

deles, muitas vezes me surpreendi sorrindo ao ver o progresso de um aluno que antes não conseguia dominar a escrita e a leitura. Enfim, posso dizer que o ProJovem foi uma experiência que valeu a pena!!! (Carla Natália da Cunha Alves – Professora de Português. 2011).

E de um dos jovens:

A minha trajetória no PROJOVEM foi uma experiência bem interessante. Conheci pessoas legais e aprendi muito com os livros. No decorrer das unidades formativas, participei de várias coisas. Uma delas foi a Copa PROJOVEM e diga-se de passagem, meu time foi bicampeão. Aqui eu descobri que tenho vocação para fazer teatro. Com um poema de Carlos Drummond de Andrade, eu escrevi uma peça que infelizmente não deu para ser apresentada, mas foi uma boa coisa, um dia, teve um tal “show do milhão” com perguntas sobre Qualificação Profissional e sabe quem foi grande vencedor? Adivinha... e o mais ilário (sic) é que a final eu disputei contra meu próprio irmão, que na época também era aluno. Foi um tempo de puro estudo e alegria. Em todos os anos que tive de estudo, eu nunca vi professores tão bem qualificados e gente boa como esses. Foi um prazer estudar! (Bruno Erick Prates Barbosa – egresso do ProJovem Urbano de Santa Luzia. 2011).

Outro fator importante a ser destacado nesta categoria são as atividades que foram realizadas fora do espaço da sala de aula. As menções a essas atividades somam um total de 76. Os “passeios” e “excursões” se destacaram. Alguns jovens destacaram esses momentos. A jovem Ivonete, em seu depoimento, expressa a realidade de muitos jovens que não têm oportunidade de realizar experiências como essas, poder sair dos limites do município de Santa Luzia ou mesmo sair dos limites dos bairros onde moravam, “O mais legal é que sempre tive vontade de passear, participar de eventos, festas, para tentar me abrir, pois eu era uma pessoa muito tímida” (Ivonete, jovem egressa do PJU em Santa Luzia, 2011). Ivonete também evoca que as atividades externas têm papel fundamental no processo de formação dos jovens, bem como, reforça novamente, a falta de acesso de jovens pobres ao lazer.

Percebe-se, assim, que o grande desafio, em uma sociedade em que a sociabilidade é pautada pela divisão de classes e individualismo, pode ser o pensar uma formação integral que leve em consideração os diversos elementos que compõem o processo de aprendizagem, tais como as relações que se estabelecem, as atividades que são realizadas para além do espaço físico e do contexto da sala de aula e a discussão de temáticas que fazem parte do cotidiano do público, neste caso, jovens pobres e trabalhadores. A importância desses elementos pode também ser observada naquilo que os jovens dizem em relação ao significado da experiência do PJU, como será mostrado na análise da próxima categoria.

#### 4.5 Categoria 4 – O significado da experiência no PJU

Nesta categoria, os jovens, em seus depoimentos e nas entrevistas, expressaram palavras que se relacionam com sentimentos.

No geral, eles consideram que a vida ficou melhor do que era. O registro da avaliação feita pelos jovens de que a vida melhorou é importante, pois percebe-se que muitos não apontam elementos concretos em relação à essa percepção de mudança. Mesmo não alcançando a inserção no mercado de trabalho ou ascensão profissional, por exemplo, consideram que houve melhoria em suas vidas.

Foram registradas, nesta categoria, 159 menções nos depoimentos apresentados no memorial. Há um destaque para as palavras “chance, oportunidade e privilégio” que juntas, somam 52 menções. Ou seja, nenhum jovem expressa o entendimento de que o PJU, em sendo uma política executada pelo Estado, efetiva a garantia de direitos. Neste caso, a educação, um direito garantido na CF88.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, CF88, Art. 205).

Carvalho, em sua obra “Cidadania no Brasil um longo caminho”, analisa a evolução e consolidação do processo de cidadania no país. Compara-o com a análise que Marshall fez em relação à Inglaterra, onde, diferentemente do Brasil, o desenvolvimento da cidadania se deu de forma muito lenta e seguiu uma ordem. Segundo o autor, essa ordem não foi somente cronológica, mas também lógica. “Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX” (CARVALHO, 2002, p. 10). Apontando a educação como exceção, Carvalho explica que a educação tem mostrado sua contribuição ao longo da história, denominando-a de “pré-requisito” (CARVALHO, 2002, p. 11) para se avançar em relação aos outros direitos, exceção também observada por Marshall. A ausência do acesso à educação, por outro lado, dificulta o processo de constituição da cidadania, não permite que as pessoas, no caso observado por Marshall, - os operários - tenham conhecimento de seus direitos e, tampouco, venham a se organizar de maneira que possam lutar e reivindicar mais direitos.

Nesta pesquisa, identificou-se que os jovens não percebem a educação como um direito, mas como um “privilégio”, concedido a poucas pessoas. Por isso, quem tem acesso, está tendo uma “oportunidade”. Identificou-se, também, que o lugar da educação no imaginário de determinados grupos sociais, neste caso, jovens pobres e trabalhadores, é um lugar socialmente vislumbrado como “distante” como perspectiva do acesso. Pode-se, a partir dessa compreensão, entender que, por isso, as falas dos jovens não expressam a noção de direito. Pois, como mostrado no perfil dos jovens entrevistados e, confirmado por outras pesquisas já apresentadas no início deste capítulo, são jovens que “herdam” de suas famílias trajetórias de poucos anos de escolarização. Portanto, entendem como exceção aqueles que, na realidade do público estudado, têm acesso à educação. Por isso, a educação lhes parece um privilégio. Situação sobre a qual não fazem nenhuma crítica, como se percebe pelas entrevistas e nos depoimentos contidos no memorial. Ao contrário, colocam-se como atores responsáveis por esse cenário, sem problematizar em momento algum o papel do estado.

Em estudo desenvolvido por Leão(2006)<sup>47</sup>, que analisa os sentidos elaborados por jovens pobres em relação à educação, ele verifica que a educação é um valor considerado importante para esse público e ressalta que devido à história de vida desses jovens, que são oriundos de famílias com baixa escolaridade e apresentam dificuldade em manter trajetória contínua na escola, constroem um processo de elaboração no qual se identificam como responsáveis por terem sucesso escolar, não atribuindo responsabilidade ao estado, que deve, como dispõe o artigo 205 da CF88, executar políticas para garantir o acesso à educação. Dessa forma,

Eles se percebem como os autores de seus estudos, suas paixões e seus interesses convergem, têm o sentimento de se construir e de se realizar nos estudos [...] Em geral, eles tiveram dificuldades em reconstruir a sua trajetória de trabalho e escolarização (LEÃO, 2006, p. 37).

É possível perceber, por meio das entrevistas e dos depoimentos dos jovens, que não há responsabilização do Estado no que se refere à garantia de meios efetivos para que jovens pobres e trabalhadores consigam estudar, o que faz com que considerem que a participação no PJU seja uma chance, oportunidade ou privilégio, concedido a alguns, como favor ou dádiva do estado.

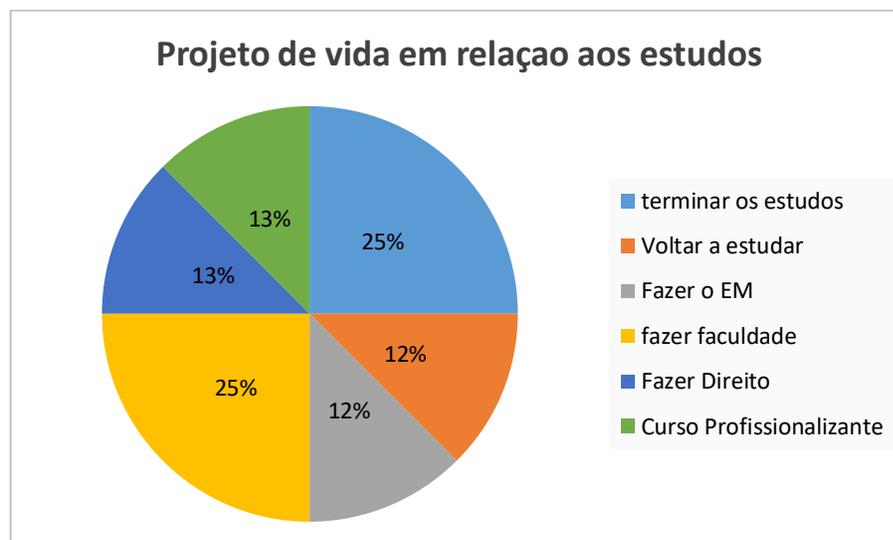
---

<sup>47</sup> “Estudo realizado com jovens pobres da periferia de Belo Horizonte atendidos em um programa federal de inclusão social – o Programa Serviço Civil Voluntário.”

#### 4.6 Categoria 5 – Projeto de Vida

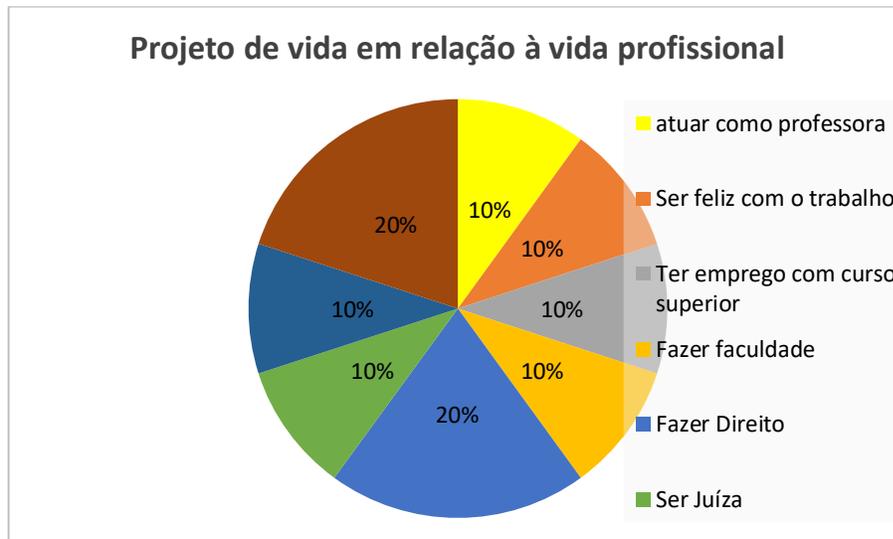
Sobre a categoria “Projeto de Vida”, registram-se 185 menções constantes dos depoimentos registrados no Memorial. No primeiro momento, foi possível perceber que, quando indagados de forma direta, por meio das entrevistas, sobre o projeto de vida, os jovens apresentaram maior dificuldade em responder, eram mais sucintos, com respostas curtas e simples. Alguns falaram da vida profissional e quase todos compartilharam desejos de constituir família, de se casarem e terem filhos.

Gráfico 10 - Projeto de vida



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

Gráfico 11 - Projeto de vida



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das entrevistas realizadas com os jovens egressos do PJU de Santa Luzia, de 2009 a 2013.

Já nos depoimentos registrados no Memorial, as falas em relação ao projeto de vida se mostram mais completas e trazem a contribuição da experiência no PJU para essa dimensão. O jovem Daniel Caetano da Silva consegue, em seu depoimento, expressar o alcance de sua expectativa em relação à sua participação no PJU e sua expectativa de futuro, construída a partir de sua experiência no PJU:

Foi conquistar novas amizades e uma nova família, o ProJovem tem sido para eu (sic) e para todos de grande importância. Todos os objetivos foram alcançados. No começo tivemos muitos amigos, que saíram e parece que nos esqueceram. Não sei se lá fora, é a mesma coisa, mas não vou desistir, espero que com isso tudo Eu possa alcançar meus objetivos. Espero encontrar amigos e professores novamente e gostaria que eles não nos esquecessem. O meu objetivo é ingressar no mercado de trabalho com a Cabeça erguida sem olhar para trás. (Depoimento de Daniel Caetano da Silva – jovem egresso do PJU em Santa Luzia, 2011).

O depoimento do jovem Daniel possibilita dialogar com dois dos objetivos almejados pelo PJU, que pretende que os jovens que concluírem o programa sejam capazes de:

Afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos; [...] estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho; (BRASIL, 2008, p. 67).

Segundo o Dicionário (FERREIRA, 2002 p. 1113), a palavra “projeto” significa: “um plano para a realização de um ato e também pode significar desígnio,

intenção, esboço, lançar à frente”. Nessa esteira, pode-se refletir, a partir da fala dos jovens, que o programa teve algum êxito em contribuir para que os jovens pudessem pensar sobre o seu futuro, lançando seus desejos em um tempo à frente, resgatando e iluminando sonhos. Foram registradas 35 menções da palavra “sonho” e 26 menções da palavra “futuro”. Dayrell (2005), afirma que o projeto de vida é o que dá substância aos objetivos que podem ser buscados, almejados e, neste sentido, significa “uma orientação, um rumo de vida.” (DAYRELL, 2005, p. 2).

Outro ponto importante a ser observado, é a relação feita com o mundo do trabalho. Mesmo quando um jovem relata o desejo de ser feliz, a felicidade está relacionada ao trabalho. Esse fato pode ser compreendido pela realidade de vida dos jovens participantes do PJU, destaca-se, pertencentes à classe que vive do trabalho. De maneira que a realidade concreta das necessidades postas para esse segmento pode orientar seus sonhos e projetos. Significa, assim, dizer que a construção dos sonhos de jovens pobres e trabalhadores “dependem do contexto sócio-econômico-cultural concreto no qual cada jovem se encontra inserido.” (DAYRELL, 2005, p. 2)

Um dos jovens entrevistados expressa essa realidade e pontua, em sua fala, um horizonte de sonhos limitado pelo tempo. “Quero voltar a estudar, fazer o ensino médio, mas faculdade... é muito tempo.” (Felipe<sup>48</sup> – jovem egresso do PJU em Santa Luzia, 2011). Felipe tem 27 anos e, na ocasião da entrevista, estava desempregado, fazendo “bico” como ajudante de pintor. A mãe estava desempregada e o pai aposentado, razão pela qual a renda de Felipe era importante para a sobrevivência da família. A mãe de Felipe iniciou os estudos na faculdade, mas não foi possível concluir devido à situação financeira da família. O jovem Felipe expressa que os projetos de vida de jovens pobres têm pressa, pressa em garantir seu ingresso no mercado de trabalho e, por conseguinte, garantir sua sobrevivência.

#### 4.7 Categoria 6 – Contribuição do PJU na formação dos jovens

---

<sup>48</sup> Nome fictício

Nesta categoria, há elementos que indicam possíveis contribuições do PJU na formação dos jovens. Foram registradas 147 menções que indicavam, na fala dos jovens egressos, contribuições na formação deles. O processo educativo é compreendido por Libâneo (1998) como uma prática social que atua na configuração das características próprias dos seres humanos, podendo situá-los em suas realidades de vida e contribuir com o crescimento dos mesmos. Nesse sentido, Freire (2007) pauta o papel do processo educativo na formação humana, tendo em vista o fato de sermos inacabados, como condição *sine qua non*, que funda e orienta todo o processo educativo.

E na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. (...). Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. (FREIRE, 2007, p. 58).

Percebe-se que os jovens enfatizam, em suas falas, contribuições do processo formativo na dimensão pessoal. “Tudo que aprendi no decorrer do curso me ajudou a crescer e a me descobrir como pessoa, como cidadão e profissional”. ( Depoimento do jovem egresso Salomão Alves de Souza, 2011). O depoimento do jovem Salomão reforça a importância do processo educativo para despontar nos jovens o entendimento próprio de, como ressalta Freire (1996), ampliar suas capacidades, se perceber como inacabado, bem como perceber que sua história também é inacabada e não determinada.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que eu posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabamento que não se sabe como tal e o inacabamento que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. (FREIRE, 2007, p. 53).

Esse processo pode, por conseguinte, despertar nos jovens o aumento da segurança e da auto estima. “Agora me sinto muito mais segura das minhas decisões”. ( Depoimento da egressa Tayany Caroliny Soares Epifanio, 2011).

O registro da palavra “vida”, nesta categoria, desperta atenção. Foram 126 menções, em um total de 147. Significa que 86% das menções registradas nesta categoria se à palavra “vida”. Como se sabe, o sujeito deste estudo são jovens pobres e trabalhadores. Muitos jovens relataram ter ingressado no PJU com a expectativa de que pudessem mudar algo em suas vidas. São mudanças de naturezas diversas, algumas simbólicas, como expressa esta fala: “A minha vida mudou, depois que iniciei minha vida estudantil, aprendi o que é certo e o que é errado” (Ana Paula Rodrigues Martins – jovem egressa do PJU em Santa Luzia, 2011). São também mudanças que indicam, em

diálogo com a categoria “Projeto de Vida”, a elaboração de projetos, de se repensar o futuro, como expressa este outro depoimento:

O ProJovem mudou minha vida, hoje a minha família sente orgulho de mim, porque antes eu não me preocupava com o futuro, mas hoje penso diferente graças ao ProJovem, confesso que não foi fácil, mas graças a Deus eu conseguir (sic) terminar, agora quero terminar os estudos e fazer alguns cursos. Agradeço a Deus e a todos os professores que me ajudaram a chegar até o fim. (Dayana Ercy Bispo, jovem egressa do PJU em Santa Luzia. 2011).

Dessa forma, percebe-se que as possíveis contribuições do PJU na vida dos jovens, se dão no plano do apontamento para novas possibilidades, novos horizontes, novas perspectivas de vida. “Mais ainda, a inconclusão que se reconhece a si mesma implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca” (FREIRE, 2007, p. 55). Não obstante sejam horizontes bem próximos, ou seja, não se trata de deixarem de pertencer à classe trabalhadora, mas de avançar um pouco mais nas possibilidades de inserção social.

#### 4.9 Categoria 7 – Dimensão da Cidadania

Esta categoria registrou 34 menções. Entende-se que tem relação com a proposta do PJU de propiciar aos jovens o “exercício efetivo da cidadania” (BRASIL, 2008, p. 14). Percebe-se que foram poucas menções, sendo que as que se referiam diretamente à proposta do programa para o eixo de ação comunitária foram, ainda, numericamente menores, apenas um jovem citou o plano de ação e apenas oito citaram a disciplina de Participação Cidadã. Morin (2004), entende que a educação tem papel importante na contribuição do exercício da cidadania e que ensinar a pessoa a viver se relaciona com o ensinar a cidadania. O autor afirma que a “Educação deve contribuir para a auto formação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. ” (MORIN, 2004, p. 65). Nesse sentido, compreende-se que a proposta pedagógica do PJU, se constitui a partir do entendimento do papel da educação na formação cidadã.

O PJU, no relatório sobre a primeira experiência desenvolvido pelo SMA, reconhece que os jovens têm “perfeita noção de pertencimento comunitário e disponibilidade para ações coletivas e participativas” (BRASIL, 2008, p. 29).

Nas entrevistas realizadas neste estudo, nenhum jovem relatou participar de algum grupo ou atividade coletiva. Pesquisa de opinião pública realizada pelo Projeto Juventude, já mencionada anteriormente, aponta que 85% dos jovens entrevistados não participam ou são membros de algum grupo. Carrano (2006), aponta que as motivações para participação se relacionam com o cotidiano da vida dos jovens.

As motivações juvenis para a ação coletiva na esfera pública encontram-se orientadas majoritariamente para objetivos de ordem prática em torno de valores que ganham coerência no curso da vida cotidiana. (CARRANO, 2006, p. 5). Essa relação pode ser percebida no depoimento:

Mas quando começou tudo mudou e me reconheci novamente como aluno e vi o quanto isso me fazia falta na vida. O ProJovem no início era cem reais a mais no orçamento e a chance de completar o ensino fundamental, mas já no começo vi que o estudo era diferenciado e voltado para o hoje e não como um ensino comum que só fala dos acontecimentos do passado. Tudo que aprendi no decorrer do curso me ajudou a crescer e me descobrir como pessoa, como cidadão e profissional. (Salomão Alves de Souza – jovem egresso do PJU em Santa Luzia. 2011).

O jovem Salomão explicita a importância da relação apontada por Carrano (2006), entre a realidade da vida dos jovens e a dimensão da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Si hay alguien que puede hacer un juicio de valor acerca de las prácticas pedagógicas juveniles son los próprio jóvenes. ” (ASCENCAO, 2010, p. 174).

A partir da necessidade, produzida por minhas inquietações profissionais como Assistente Social, de se compreender melhor o fenômeno da juventude, constituiu-se o principal objetivo desta pesquisa: explicitar os significados que os jovens atribuem às experiências formativas vivenciadas no ProJovem Urbano (PJU), no município de Santa Luzia, no período de 2009 a 2013. Esta pesquisa foi realizada no município de Santa Luzia, em Minas Gerais. Analisou-se os documentos que regulamentam e direcionam a execução do PJU e o que os jovens egressos desse Programa dizem sobre a experiência que vivenciaram por meio de entrevistas e de depoimentos publicados em um Memorial.

Para melhor compreensão do objeto de estudo, buscou-se sistematizar o conceito de juventude, compreendida de forma heterogênea e na perspectiva sócio histórica. O aumento da população jovem tem produzido grande preocupação para com a questão social que acomete esse grupo geracional na atualidade. Percebeu-se, que é na sociedade contemporânea que a juventude passa a se configurar como questão social e esse fenômeno se dá atrelado à construção de estereótipos negativos em torno dos jovens. Reforça-se, aqui, o entendimento da questão social como conjunto de expressões das contradições do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, é também na atualidade que se começa a pensar políticas públicas para a juventude. Portanto, é somente quando a juventude se constitui como questão social, é que se inicia a efetivação de políticas públicas para esse grupo. Percebemos, assim, que a juventude só se torna foco de atenção quando se torna um problema social. Portanto, verificou-se a necessidade de se discutir e entender o que é ser jovem no tempo em que vivemos, considerando as crescentes desigualdades sociais.

Através deste trabalho, foi possível dialogar com as questões suscitadas e, a partir das análises teóricas, compreender melhor a atual discussão sobre juventude, assim como a importância de se pautar essa demanda na sociedade.

Nesse sentido, abordou-se também a evolução histórica das políticas públicas de juventude, com enfoque a partir da década de 90. Foi possível perceber que a constituição das políticas públicas de juventude ocorreu em diálogo com o aumento da

discussão sobre juventude tanto na academia, quanto na sociedade civil organizada. Diante do contexto social em que se percebe o crescimento da visibilidade juvenil, em que vários atores de diferentes segmentos - Estado, universidades, movimentos religiosos, entre outros – querem discutir juventude, coloca-se a necessidade de estudos que possam dar voz aos jovens, para que eles mesmos possam dizer o que querem e quais políticas consideram prioritárias para concretizar os sonhos tecidos.

Fêz-se breve reflexão teórica sobre juventude, o que contribuiu com a caracterização do público alvo do PJU e situou-se o contexto em que o Programa é implantado. O cenário foi destacado por diversas pesquisas realizadas que expressam que há número considerável de jovens que não concluíram o ensino fundamental e que se encontram fora do mercado formal de trabalho. É para responder a essa demanda que o Programa surgiu. Implantado pela SNJ, o programa tem como proposta promover a inclusão social por meio da elevação da escolaridade e da qualificação profissional. Foi considerado importante e estratégico por autores reconhecidos na área de políticas públicas para a juventude, bem como pelo SMA, organismo que teve responsabilidade de avaliar e monitorar a execução das atividades desenvolvidas pelo PJU. A autora concorda com a importância que o Programa teve e também considera que foi pensado de forma estratégica, principalmente pelo fato de ter sido implantado pela SNJ e em sintonia com as principais discussões acadêmicas e sistematizações de pesquisas sobre a realidade da juventude pobre e trabalhadora no Brasil.

Realizou-se análise documental do Projeto Pedagógico Integrado do PJU. Foi possível identificar que o PJU teve êxito em construir proposta de processo formativo com abordagem voltada, especificamente, para jovens. Destaca-se esse fato, pois não se tem conhecimento de programas e projetos de escolarização voltados somente para o público jovem que desenvolvessem metodologia de ensino com abordagem que considera a cultura, a singularidade e a diversidade própria da fase da juventude. Nota-se que as experiências de escolarização que existem sempre relacionam a fase da juventude com a fase adulta, sendo que esta última não tem limite de recorte etário.

Da mesma forma, identificou-se que o conteúdo de ensino conseguiu relacionar a formação básica para a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e a participação cidadã. A organização da estrutura metodológica e dos materiais didáticos construída pelo programa contribuiu para que os jovens conseguissem dialogar com as conexões dessas dimensões. Acredita-se que o fato de o programa ter sido vinculado à Secretaria Nacional de Juventude e não à Secretaria de Educação,

possivelmente tenha sido fator que contribuiu para o êxito quanto à proposta metodológica. Neste sentido, destacada toda a contribuição e êxito que o programa conseguiu alcançar, considera-se importante que seja realizada pesquisas sobre o término do programa, bem como explicitar a lacuna deixada pela não execução do programa.

Na etapa do trabalho de campo foi possível se aproximar do mundo juvenil por meio de entrevistas realizadas com jovens egressos do PJU em Santa Luzia no período de 2009 a 2013. Outra fonte de coleta de dados que contribuiu com a análise da percepção dos jovens quanto a experiência que vivenciaram no Programa, foi por meio dos depoimentos publicados no Memorial ProJovem Urbano – Santa Luzia, organizado pelos profissionais que atuaram na execução do PJU no município e pelos jovens que participaram do Programa. Por meio da análise dos conteúdos das entrevistas realizadas e dos depoimentos contidos no Memorial do ProJovem Urbano de Santa Luzia, foi possível perceber que a participação no Programa não produziu grandes mudanças na vida profissional dos jovens egressos do PJU em Santa Luzia.

Entretanto, verificou-se que o Programa contribuiu com algumas interferências na forma de pensar dos jovens, bem como na elaboração e/ou redirecionamentos de sonhos e projeto de vida.

O primeiro ponto importante que se verificou na análise dos dados, refere-se à importância que os professores tiveram para os jovens. Nesse sentido, considera-se que esse deve ser um ponto de atenção, pois, o professor constitui um ator importante no processo educacional. Da mesma forma, verificou-se que a dimensão afetiva, das relações e dos vínculos também se destacou nas falas dos jovens. O que demonstra que a dimensão intersubjetiva é importante para os jovens.

O processo educacional vivenciado pelos jovens é o segundo ponto importante e se destaca a partir de vários fatores, que, de certa forma, contribuíram para o processo de aprendizagem. Considera-se importante um olhar atento para esses fatores, pois, existe várias formas do jovem se relacionar com sua realidade e isto dependerá do conhecimento que ele tem e de como sente e percebe esta realidade. É, portanto, importante que o processo formativo possibilite situar os jovens em seu contexto real, de forma crítica. Denotar significado à existência humana e refletir sobre essa existência, um processo que dialogue com as possibilidades de novos olhares sobre a realidade.

O terceiro ponto importante que se verificou explícita que, de maneira geral, a avaliação dos jovens em relação ao Programa foi boa, o que demonstra boa aceitação

do Programa por parte do público. Muitos falaram da retomada do desejo pelos estudos e do desejo de continuar estudando.

Entretanto, não obstante o desejo em continuar os estudos, verificou-se que muitos falaram de colegas que não conseguiram prosseguir no Programa, por diversas dificuldades, dentre as quais, as principais, relacionavam-se com a necessidade de trabalhar. A maioria dos jovens entrevistados, não estava estudando quando da entrevista ou não deram continuidade aos estudos após a conclusão do ensino fundamental pelo PJU. As falas sempre se reportavam à preocupação com o trabalho, sempre posto como prioridade. Tal realidade, também foi identificada pelo SMA na primeira experiência do ProJovem, em que se registrou alto número de evasão de jovens.

Portanto, evidenciou-se que o programa não se fez satisfatório no que diz respeito à necessidade de se considerar a realidade de jovens que necessitam conciliar trabalho e estudos para sobreviverem. Fato percebido na fala dos jovens que se sentem desanimados com as muitas desistências de colegas, saídas de professores e fusão de núcleos de ensino. Destaca-se que o desafio para garantir a permanência no processo de educação formal persiste e merece atenção especial do Estado.

Dessa forma, percebe-se que este desafio expressa os limites do Programa em não considerar o recorte de atendimento da juventude pobre e trabalhadora, que garante sua existência por meio da venda de sua força de trabalho.

Em decorrência, percebe-se o insucesso do PJU em alcançar a meta proposta de romper com o ciclo de reprodução das desigualdades sociais. O Programa acaba por reproduzir a realidade de exclusão que acomete a história de vida desse grupo de jovens.

Nesse sentido, pode-se dizer que o Programa ProJovem Urbano descobriu uma estratégia inovadora para acessar os jovens no processo de escolarização, mas não obteve êxito no que se refere à sua principal meta - romper o ciclo de reprodução das desigualdades sociais – que constitui fator fundamental na vida de jovens pobres e vivem da venda da força de trabalho. Percebe-se, assim, que a meta do PJU esbarra no mercado, de maneira que está para além das possibilidades da esfera das políticas públicas. Questiona-se se a meta do PJU deveria ser ajustada e medir o grau de efetividade do Programa quanto à inserção dos jovens no mercado de trabalho, de acordo com o cenário político econômico do país.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N ° 6.

ALMEIDA, Alisson Alves; PEDRA, Bruno Victor; OLIVEIRA, Maria Isabela Gonçalves. *Memorial ProJovem Urbano*. Santa Luzia/MG 2009-2011. 2011.

ALVINO-BORBA, A., MATA-LIMA, H. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

ASCENÇÃO, José Eduardo Dos Ramos de. *Pedagogía de la Juventud. Propuestas para la Enseñanza y El Aprendizaje de Adolescentes y Jóvenes*. Visibilidades Juvenis. (Organização: Hilário Dick. Lourival Rodrigues da Silva). Gráfica e Editora América. 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lisboa, 1977.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. *Dicionário de termos técnicos da Assistência Social*. ASCOM, 2007.

BOBBIO, Noberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, E. Campus, 2004. 7ª Tiragem. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 1999.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei 9394/96* de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Plano Nacional de Educação*. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. PNL2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 10/05/2016.

\_\_\_\_\_. *1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude - Levante sua Bandeira – Caderno de Resoluções*. Conselho Nacional de Juventude/Secretaria Nacional de Juventude/Governo Federal, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. CFESS manifesta. 2011. Disponível em: [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0016/4417/cfessmanifesta2011\\_conf.juveSITE.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0016/4417/cfessmanifesta2011_conf.juveSITE.pdf). Acesso em 20/12/2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto 5557*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm). Acesso em 21/10/2015.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Juventude*. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htmAndgt](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htmAndgt); Acesso em: 16/08/2015.

\_\_\_\_\_. *Cadastro Único*. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em 07/02/2017.

\_\_\_\_\_. *Juventude Viva*. Disponível em: [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4790/Guia\\_Plano\\_JuvViva\\_Final.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4790/Guia_Plano_JuvViva_Final.pdf). Acesso em 20/12/2016.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). *Lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. *Nota Técnica Projovem Urbano* SECADI/MEC nº 02/2012 .

\_\_\_\_\_. *Parecer CNE/CEB nº. 18/2008* .

\_\_\_\_\_. *ProJovem Urbano em Revista*. 2010.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude*. 2003-2010. 2011. Disponível em: [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/download\\_reflexoes\\_sobre\\_PPJs\\_2003\\_-2010\\_1.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/download_reflexoes_sobre_PPJs_2003_-2010_1.pdf). Acesso em 15/07/2016.

\_\_\_\_\_. *Resolução CD/FNDE nº 60* de 09 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. *Agenda Juventude Brasil 2013: pesquisa de opinião pública*. 2013. Disponível em: [www.participatorio.juventude.gov.br](http://www.participatorio.juventude.gov.br). Acesso em 21/12/2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. *Manual do educador: orientações gerais*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. *Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008. Disponível em: [http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto\\_pedagogico\\_projovem\\_PPI.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_PPI.pdf). Acesso em 21/10/015.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: um longo caminho a percorrer*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão de e AQUINO Luseni (org.). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA-2008, abr. 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 164 p. (Biblioteca da educação. Escola 16) ISBN 8524904445.

CONJUVE. *Política Nacional de Juventude. Diretrizes e Perspectivas*. Brasília, 2006. 2ª edição.

DAYRELL, Juarez. *Por uma pedagogia das juventudes*. [http://aic.org.br/wp-content/uploads/2013/11/por-uma-pedagogia-da-juventude\\_juarez-dayrell.pdf](http://aic.org.br/wp-content/uploads/2013/11/por-uma-pedagogia-da-juventude_juarez-dayrell.pdf). Acesso em 25/03/2017.

\_\_\_\_\_. *Formação do aluno trabalhador: uma abordagem alternativa*. Educação em Revista. Belo Horizonte, p. 21-29. 1992.

\_\_\_\_\_. *O jovem como sujeito social*. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo, 2003, n. 024.

\_\_\_\_\_. Relatório da primeira fase da pesquisa. *Políticas públicas de juventude na região metropolitana de Belo Horizonte*. In: Juventude, escolarização e poder local. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2364>. Acesso em 13/05/2015.

\_\_\_\_\_. Por uma pedagogia da juventude. Revista Onda Jovem, Ano 1. VI. 1. 2005, 34-38.

\_\_\_\_\_; GOMES, Nilma Lino. *A juventude no Brasil*. 2005. Disponível em: Disponível em [www.cmjhb.com.br](http://www.cmjhb.com.br). Acesso em 13/05/2015.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado; LORDELO, José Albertino Carvalho. *A importância dos estudos com egressos na avaliação de programas*. In: *Estudo com estudantes egressos. Concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas* / LORDELO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia Machado (Organizadores). - Salvador : EDUFBA, 2012.

DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. Papyrus Editora. Campinas. 1994.

DIEESE. *Boletim Emprego em Pauta*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2016/boletimEmpregoEmPauta.pdf>. Acesso em 13/05/2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: dicionário de língua portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. 35ª Edição. Ed. Paz e Terra. SP 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso*. In: *Educação Social*, Campinas, vol.26, N. 92, p. 1087 – 1113, outubro de 2005.

Gomes, J. V. *Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego*. *Juventude e Contemporaneidade: revista brasileira de educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 53-63, maio/ago.; set./dez. 1997.

GROPPO, Luís Antônio. 2004. *Dialética das juventudes modernas e contemporâneas*. *Revista de Educação do Cogeime A n o 13 - n0 25*. 2004.

\_\_\_\_\_, Luís Antônio. *Juventudes no Brasil e no Mundo*. Editora em Debate. 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? Abramo, Hena Wendel e Branco, Pedro Paulo Martoni (orgs.). Retratos da Juventude Brasileira, São Paulo, Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.*

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. 8ª ed. Ed. Cortez. São Paulo. 2008.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 21/05/2017.

\_\_\_\_\_. *Censo 2000*. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 18/04/2008.

\_\_\_\_\_. *Dados de Santa Luzia*. <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=315780>. Acesso em: 20/05/2017

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. 2009. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 20/12/2016.

IPEA. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília, 2009.

KUENZER, A. Z.. *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. In: Lombardi, J.C; Saviani, D; Sanfelice, J.L. (Org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 1ed.Campinas: Editora Autores Associados, 2002, v. 1, p. 77-96.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. Ed. Atlas. São Paulo. 2003.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. *Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p.31-48, jan./abr. 2006.

LEÃO, Geraldo; NONATO, Symaira Poliana. *Políticas Públicas, juventude e desigualdades sociais*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 833-848. out. /dez, 2012.

LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens 1. Da Antiguidade à Era Moderna*. Ed Copyright. São Paulo. 1996.

LOSACCO, S. *O jovem e o contexto familiar*. In: ACOSTA, A.R.; VITALLE, M.A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_, Karl. O CAPITAL, vl 1 – Capítulo 5 – O Processo de Trabalho.

\_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 9ª ed. 128p.

NOVAES, Regina. *Juventude e Sociedade: Jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. *Revista Sociologia Especial: Ciência e Vida*, nº 2. São Paulo. 2007, p. 6-15.

NETO, Ana Maria Q.Fausto; QUIROGA, Consuelo. *Juventude Urbana Pobre: Manifestações Públicas e Leituras Sociais*. *Revista Pensar BH / Política Social*. n.7. 2003. p. 19-22.

SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez: 1996.

SEBRAE; Instituto de Cidadania. Projeto Juventude. Pesquisa de Opinião Pública – *Perfil da Juventude Brasileira* – dez. 2003

SPOSITO, Marília Pontes. “ Introdução: Espaço público e tempos juvenis.”. In: SPOSITO, Marília (org.), *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: Um estudo de ações do poder público em cidades de Regiões Metropolitanas Brasileiras*. São Paulo. Global. 2007, p. 5-43.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e políticas públicas no Brasil*. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>. Acesso em 18/04/2008.

## APÊNDICES



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS  
GERAIS

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: Formação de Jovens em Relação de Trabalho e Educação. Você foi selecionado por ter participado do ProJovem Urbano em Santa Luzia e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo deste estudo consiste em compreender a formação de jovens em relações de trabalho e educação no ProJovem Urbano em Santa Luzia, no período de 2009 à 2011.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em ser entrevistado pela própria pesquisadora. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o Projeto de Pesquisa de sua participação, agora ou a qualquer momento.

PESQUISADOR:

---

Assinatura

Giovanna Isabel Fernandes Costa – gifcosta@yahoo.com.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Santa Luzia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Sujeito da pesquisa

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

Número do Questionário: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**I – DADOS DO/A ENTREVISTADO/A**

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Apelido \_\_\_\_\_ Raça/cor: \_\_\_\_\_
3. Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) F ( ) M
4. Município e Estado onde nasceu \_\_\_\_\_
5. Município onde reside: \_\_\_\_\_
6. Há quanto tempo reside nesta comunidade?
 

<input type="checkbox"/> 0 a 5 anos	<input type="checkbox"/> 5 a 10 anos
<input type="checkbox"/> 10 a 20 anos	<input type="checkbox"/> 20 a 30 anos
<input type="checkbox"/> Nasceu e sempre residiu nessa comunidade	<input type="checkbox"/> Não respondeu
7. Qual é seu estado civil?
 

<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Divorciado
<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Separado
<input type="checkbox"/> Viúvo	<input type="checkbox"/> União estável/amigado
<input type="checkbox"/> Não respondeu	
8. Quantos filhos você tem?
 

<input type="checkbox"/> Até 2 filhos	<input type="checkbox"/> de 2 a 4 filhos
<input type="checkbox"/> Não possui Filhos	<input type="checkbox"/> Não respondeu
9. Cidade onde morava quando participava do PJU: \_\_\_\_\_
10. Bairro onde morava quando participava do PJU: \_\_\_\_\_
11. Renda individual quando participava do PJU: \_\_\_\_\_
12. Renda individual atualmente: \_\_\_\_\_
13. Renda familiar atualmente: \_\_\_\_\_
14. Com quem morava quando participava do PJU: \_\_\_\_\_
15. Com quem mora atualmente: \_\_\_\_\_

16. Você já utilizou alguma droga? Qual(is) (álcool, cigarro, maconha, crack, inalantes, dentre outros)?
- ( ) Nunca utilizou \_\_\_\_\_
- ( ) Já experimentei. Qual/is \_\_\_\_\_
- ( ) Uso ocasionalmente. Qual/is \_\_\_\_\_
- ( ) Uso habitualmente. Qual/is \_\_\_\_\_
- ( ) Sou usuário abusivo ou dependente. Qual/is \_\_\_\_\_
- ( ) Não respondeu. \_\_\_\_\_

## II – CONTEXTO DO TERRITÓRIO ONDE MORA:

17. O bairro onde mora tem água e esgoto? ( )sim ( )não
18. As ruas do bairro são asfaltadas? ( )sim ( )não
19. Tem transporte público? ( )sim ( )não
20. Você percebe situações de discriminação no bairro onde mora?
- ( )sim Se sim, quais? \_\_\_\_\_
- ( )não
21. Você percebe situações de violência e conflitos no bairro onde mora?
- ( )sim Se sim, quais? \_\_\_\_\_
- ( )não
22. Existem políticas públicas ou projetos no bairro onde mora?
- ( )sim Se sim, quais? \_\_\_\_\_
- ( )não
23. Existem políticas públicas ou projetos para juventude no bairro onde mora? ( )sim
- Se sim, quais? \_\_\_\_\_
- ( )não
24. Em qual(is) lugar(es) os adolescentes e jovens da comunidade costuma(m) se encontrar para se divertir?

- ( ) Em bares ( ) Nas ruas
- ( ) Em casas de show ( ) Nas praças
- ( ) Não há espaço para diversão em minha comunidade ( ) Não respondeu
- ( ) Outro(s) Quais?

25. Em sua comunidade existem associações?

( ) Sim. Quais?

( ) Não.

26. Você participa de alguma associação ou grupo comunitário?

( ) Sim. Qual(is)? \_\_\_\_\_

( ) Não

### III – FAMÍLIA

27. Qual o nível de escolaridade da sua mãe?

- |                                 |                              |
|---------------------------------|------------------------------|
| ( ) Fundamental<br>incompleto   | ( ) Fundamental<br>completo  |
| ( ) Ensino médio<br>incompleto  | ( ) Ensino médio<br>completo |
| ( ) Superior incompleto         | ( ) Superior incompleto      |
| ( ) Curso<br>Profissionalizante | Se sim, qual?                |
| ( ) Sabe ler e escrever         | ( ) Analfabeto/a             |

28. Qual o nível de escolaridade do seu pai?

- |                              |                           |
|------------------------------|---------------------------|
| ( ) Fundamental incompleto   | ( ) Fundamental completo  |
| ( ) Ensino médio incompleto  | ( ) Ensino médio completo |
| ( ) Superior incompleto      | ( ) Superior incompleto   |
| ( ) Curso Profissionalizante | Se sim, qual?             |
| ( ) Sabe ler e escrever      | ( ) Analfabeto/a          |

29. Profissão da mãe: \_\_\_\_\_

30. Profissão do pai: \_\_\_\_\_

31. Como é a relação com sua família?

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

32. A família é beneficiária de algum programa governamental (federal, estadual ou municipal)?

Não.

( ) Sim. Qual (is)?

33. Quais (is) as pessoas do núcleo familiar que já participaram ou participam de algum projeto social?

No momento não há nenhum membro que esteja participando de algum programa ou projeto social.

Nome(s) do(s) membro(s) da família	Programa / Projeto

34. Houve mudança na rotina familiar após o ingresso no programa?

Sim

Não

35. Houve mudança na convivência familiar após o ingresso no programa?

Sim

Não

#### IV – RELAÇÃO COM OS ESTUDOS

36. Você considera que, por meio da participação no PJU, sua vida:

Está melhor do que era

Está igual ao que era

Está pior do que era

Não fez nenhuma diferença

Não sabe

Não respondeu

37. Qual era a sua idade quando parou de estudar?

38. Por qual motivo parou de estudar?

39. Você concluiu no Ensino Fundamental no PJU?

Sim

Não

40. Se não, concluiu depois em outro projeto?

Sim

Não

41. Se sim, deu continuidade aos estudos?

Sim

Não

42. Qual sua escolaridade hoje?

Fundamental incompleto

Fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Superior incompleto

Superior incompleto

Curso Profissionalizante

Se sim, qual?

Sabe ler e escrever

Analfabeto/a

43. Fale um pouco de sua experiência com escola quando criança:

44. Fale um pouco de sua experiência com a escola quando adolescente:

45. Se estuda, qual sua experiência com a escola atualmente?

46. Qual é a importância dos estudos para sua família?

47. Com qual experiência escolar você se identificou mais?

PJU

Escola tradicional

48. Principal motivo para participar do PJU?

49. O que mudou em sua vida após participar do PJU?

50. O que mais gostou e o que menos gostou no PJU?

51. Qual foi sua maior dificuldade para participar do PJU?

#### **V - RELAÇÃO COM O TRABALHO**

52. Você trabalha atualmente?

Sim. Com remuneração

Sim. Sem remuneração.

Não.

53. Com qual idade começou a trabalhar?

A partir dos 5 anos

de 5 a 11 anos

de 12 a 17 anos

de 18 a 29 anos

Depois de 30 anos

Nunca Trabalhei

54. Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_

55. Em qual empresa ou instituição você trabalha?

\_\_\_\_\_

56. Já trabalhou com carteira assinada?

Sim. Por quanto tempo?

Não.

57. Quais atividades trabalhistas já desenvolveu? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

58. Qual (is) curso(s) já realizou ou está realizando? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

—

59. Qual (is) curso(s) profissionalizantes gostaria de realizar? \_\_\_\_\_

---

#### **VI – PROJETO DE VIDA**

60. O que é mais importante pra você hoje

61. Quais seus projetos para educação em sua vida?

62. Quais seus projetos para a vida profissional?

63. Quais são seus sonhos em relação à vida escolar e profissional?

64. O que você tem feito para realizar seus projetos e sonhos:

## ANEXOS

### ANEXO Nº. 1

#### ARCOS OCUPACIONAIS DO PROGRAMA PROJOVEM

- 1-. Administração: Arquivador, Almoxarife, Contínuo (Office-Boy/Office - Girl) e Auxiliar Administrativo.
- 2- Agro-Extrativista: Trabalhador em Cultivo Regional Extrativista Florestal de Produtos Regionais, Criador de Pequenos Animais e Artesão Regional.
3. Alimentação: Chapista Cozinheiro Auxiliar Repositor de Mercadorias e Vendedor Ambulante (Alimentação).
- 4- Arte e Cultura I: Auxiliar de Produção Cultural, Auxiliar de Cenotecnia; Auxiliar de Figurino.
5. Arte e Cultura II: Revelador de Filmes Fotográficos; Fotógrafo Social; Operador de Câmera de Vídeo (Cameraman) e Finalizador de Vídeo.
6. Construção e Reparos I: Revestimentos; Ladrilheiro; Gesseiro; Pinto e Reparador (Revestimento).
7. Construção e Reparos II (Instalações) Eletricista de Instalações (Edifícios); Trabalhador da Manutenção de Edificações; Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações e Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança.
8. Educação: Auxiliar de Administração (Escolar); Contador de Histórias; Inspetor de Alunos e Recreador.
9. Esporte e Lazer: Recreador; Agente Comunitário de Esporte e Lazer; e Monitor de Esporte e Lazer e Animador de Eventos.
10. Gestão Pública e 3º Setor: Agente Comunitário; Agente de Projetos Sociais; Coletor de Dados de Pesquisas e Informações Locais e Auxiliar Administrativo.
11. Gráfica: Guilhotineiro (Indústria Gráfica); Encadernador; Impressor (Serigrafia) e Operador de Acabamento (Indústria Gráfica).
12. Joalheria: Joalheiro na Confecção de Bijuterias e Jóias de Fantasia; Joalheiro (Reparações); Gravador (Joalheria e Ourivesaria) e Vendedor de Comércio (Varejista).
13. Madeira e Móveis: Marceneiro; Reformador de Móveis; Auxiliar de Desenhista de Móveis e Vendedor de Móveis. 95
14. Metalmeccânica: Serralheiro; Funileiro Industrial; Auxiliar de Promoção de Vendas e Assistente de Vendas (Automóveis e Autopeças).

15. Pesca/Piscicultura: Pescador Artesanal; Auxiliar de Piscicultor; Trabalhador no Beneficiamento do Pescado; Vendedor de Pescado e Peixeiro (Comércio Varejista).
16. Saúde: Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas; Recepcionista de Consultório Médico e Dentário; Atendente de Laboratório de Análises Clínicas; Atendente de Farmácia (Balconista).
17. Serviços Domésticos I: Faxineira; Porteiro; Cozinheira no Serviço Doméstico e Caseiro.
18. Serviços Domésticos II: Cuidador de Idosos; Passador de Roupas; Cuidador de Crianças (Babá) e Lavadeiro.
19. Serviços Pessoais: Manicura/Pedicura; Depilador; Cabeleireiro e Maquiador.
20. Telemática: Operador de Microcomputador; Helpdesk ; Telemarketing (Vendas ) e Assistente de Vendas (Informática e Celulares).
21. Transporte: Cobrador de Transportes Coletivos; Despachante de Trafégo; Assistente Administrativo; Ajudante Geral em Transportes.
22. Turismo e Hospitalidade: Organizador de Eventos; Cumim (Auxiliar de Garçon); Recepcionista de Hotéis e Guia de Turismo Local.
23. Vestuário: Costureiro; Montador de Artefatos de Couro; Costureira de Reparação de Roupas e Vendedor de Comércio Varejista.

- RESOLUÇÃO CD/FNDE nº 60, de 09 de novembro de 2011.

TERMO DE ADESÃO AO PROJÓVEM URBANO  
MODELO PARA O DISTRITO FEDERAL E OS ESTADOS  
TERMO DE ADESÃO